



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Belchior Faustino Canivete

**História e memória em Moçambique:  
disputa sobre memória na cidade da Beira**

Rio de Janeiro

2016

Belchior Faustino Canivete

**História e memória em Moçambique: disputa sobre memória na cidade da Beira**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Myriam Sepúlveda dos Santos

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

C223 Canivete, Belchior Faustino.  
História e memória em Moçambique: disputa sobre memória  
na cidade da Beira / Belchior Faustino Canivete. – 2016.  
128 f.

Orientador: Myrian Sepúlveda.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.  
Bibliografia.

1. Moçambique – História – Teses. 2. Memória coletiva –  
Moçambique – Teses. I. Santos, Myrian Sepúlveda dos, 1955-.  
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
Ciências Sociais. III. Título.

CDU 967.9

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Belchior Faustino Canivete

**História e memória em Moçambique: disputa sobre memória na cidade da Beira**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Myrian Sepúlveda (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

---

Prof. Dr. Lívio Sansone

Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Maurício Barros de Castro

Instituto de Artes – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane Manhães Prado

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2016

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à Belchior Júnior e à Dandara, meus filhos e razão pela qual tudo faz sentido.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta longa jornada intelectual e emocional está finalmente chegando ao fim. Mesmo que essa jornada tivesse sido um processo individual, nunca foi uma experiência solitária ou isolada; em vez disso, estes últimos anos têm sido cheios de encontros muito ricos, interessantes e inspiradores, pelos quais eu estou muito grato.

Meus sinceros agradecimentos vão para a minha “mulher”, Clara Martins, pela sua imensa compreensão nesse período em que teve que lidar com dois bebês em casa: a nossa Dandarinha, de mês e meio, e a minha tese. Agradecimentos vão também para a minha mãe, Maria Antônia, que sempre me apoiou nessa caminhada para perseguir os meus sonhos. Também estou profundamente grato à “Professora” Myrian Sepúlveda dos Santos por orientar meu trabalho e fornecer um retorno oportuno e sensível quando eu precisei. Sem a ajuda destas pessoas não conseguiria escrever esta tese.

É da natureza de alguns grupos formular visões do passado, interpretar a história e investi-la com significado, algumas vezes deliberadamente e explicitamente, outras vezes inadvertidamente e aleatoriamente.

*Rousso*

## RESUMO

CANIVETE, Belchior F. **História e memória em Moçambique**: disputa sobre memória na cidade da Beira. 2016. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A tese explora discursos, comemorações e monumentos que fazem parte da construção da história nacional de Moçambique, bem como alguns conflitos mais recentes nesta área. Refletindo sobre os dados recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves e membros de partidos políticos, e observações etnográficas feitas durante dois anos (2014 e 2016) na cidade da Beira,- uma área em conflito e experimentando mudanças políticas -, a pesquisa revela que as novas elites políticas que ascenderam ao poder a partir das eleições autárquicas de 2013, estão tentando controlar e disputar narrativas. Em relação ao conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO (1976-1992), há aqui a tentativa de tornar uma segunda versão da história como oficial e hegemônica, através da renomeação de uma praça e construção de um monumento em homenagem ao primeiro Comandante da RENAMO, André Matsangaíssa, e também através da oficialização da Praça da Paz. No que tange a guerra entre a FRELIMO e o Governo português (1964-1974), a comemoração do “Dia dos Heróis” revela que o MDM desafia a narrativa hegemônica patrocinada pelo Estado, assim revelando os limites da tese de solidariedade e reforço da coesão social de Durkheim.

Palavras-chave: Memória coletiva. História. Memórias subterrâneas. Memórias hegemônicas.



## ABSTRACT

CANIVETE, Belchior F. **History and memory in Mozambique:** dispute over memory of the city of Beira. 2016. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The thesis explores speeches, celebrations and monuments that are part of the construction of the national history of Mozambique, as well as some more recent conflicts in this area. Reflecting on the data collected through semi-structured interviews with key informants and members of political parties, and ethnographic observations made during two years (2014 and 2016) in the city of Beira,-an area in conflict and experiencing political change, the survey reveals that the new political elites who rose to power from the municipal elections of 2013 are trying to control and contest narratives. In relation to the armed conflict between FRELIMO and RENAMO (1976-1992), there's the attempt to make a second version of the history as an officer and hegemonic, by renaming a square and the construction of a monument in honor of the first Commander of the RENAMO, André Matsangaissa, and also through the formalization of the Square of Peace. In the war between FRELIMO and the Portuguese Government (1964-1974), the commemoration of “Heroes Day” reveals that MDM challenges the hegemonic narrative sponsored by State, thus revealing the limits of solidarity thesis and strengthening the social cohesion of Durkheim.

Keywords: Collective memory. History. Undergrounds memories. Hegemonic memories.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLLN	Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional
AGP	Acordo Geral de Paz
AIM	Agência de Informação de Moçambique
AMB	Assembleia Municipal da Beira
ANC	African National Congress
ANP	Assembleia Nacional Popular
AP	Assembleia Popular
AR	Assembleia da República
ARPAC	Arquivo de Patrimônio Cultural
CEA	Centros de Estudos Africanos
CIO	Central Intelligence Organisation
CMB	Conselho Municipal da Cidade da Beira
CNAM	Congresso Nacional Africano de Moçambique
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
DTI	Departamento de Trabalho Ideológico
EUA	Estados Unidos da América
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FIR	Força de Intervenção Rápida
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRECOMO	Frente Comum Moçambicana
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUMO	Frente Unida de Moçambique
FUNIPOMO	Frente Unida Popular para Moçambique
GEs	Grupos Especiais
GEPs	Grupos Especiais de Para-quedistas
GUMO	Grupo Unido Moçambicano
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
LAM	Linhas Áreas de Moçambique
MAE	Ministério da Administração Estatal

MANU	Mozambique African National Union ou Makonde African National Union
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MFA	Movimento das Forças Armadas
MNR	Mozambique National Resistance
NDP	National Democratic Party
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAA	Portuguese East Africa Association
PCN	Partido de Coligação Nacional
PDD	Partido para a Paz, Democracia e Progresso
PIDE-DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Direção Geral de Segurança
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCIS	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PRM	Polícia da República de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RENAMO-UE	RENAMO União Eleitoral
SADF	South African Defense Forces
TA	Tribunal Administrativo
TANU	Tanganyika African National Union
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UE	União Eleitoral
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UP	Universidade Pedagógica
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
ZANLA	Zimbabwean African National Liberation Army
ZANU	Zimbabwe African National Union

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE EM SUAS DIVERSAS VERSÕES</b> .....	28
1.1	<b>“Reacionários”</b> .....	33
1.2	<b>Antigos presos políticos</b> .....	34
1.3	<b>“Comprometidos”</b> .....	35
1.4	<b>Origem da narrativa dominante da luta armada e sua transmissão</b> .....	36
1.5	<b>Comemorações oficiais do Estado</b> .....	38
1.6	<b>A comemoração oficial da oposição</b> .....	39
1.7	<b>Trabalho de memória nas comunidades afetadas pelo conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO</b> .....	40
2	<b>HEROIFICAÇÃO DA LUTA ARMADA</b> .....	42
2.1	<b>A história da luta armada por seus diversos atores</b> .....	42
2.2	<b>A construção da história da história de Moçambique pela FRELIMO</b> .....	57
3	<b>A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA</b> .....	61
3.1	<b>Memórias subterrâneas</b> .....	61
3.1.1	<b><u>“Os reacionários”</u></b> .....	61
3.1.2	<b><u>Antigos Presos Políticos</u></b> .....	63
3.1.3	<b><u>Soldados moçambicanos alistados no exército português</u></b> .....	66
3.1.4	<b><u>Fuzilamento de guerrilheiros dentro da FRELIMO</u></b> .....	67
3.1.5	<b><u>O problema dos outros partidos que fizeram a guerra</u></b> .....	69
3.1.6	<b><u>Experiência das populações dos aldeamentos</u></b> .....	70
3.2	<b>O enquadramento da memória coletiva da luta armada</b> .....	72
3.2.1	<b><u>Hino nacional</u></b> .....	73
3.2.2	<b><u>Datas comemorativas</u></b> .....	74
3.2.3	<b><u>Monumentos e comemorações</u></b> .....	75
3.2.4	<b><u>Museu da Revolução</u></b> .....	79
3.2.5	<b><u>Mídia</u></b> .....	81
3.2.6	<b><u>Biografias</u></b> .....	82
3.2.7	<b><u>Festivais nacionais de dança e cultura</u></b> .....	83
3.2.8	<b><u>Currículo escolar</u></b> .....	84
3.2.9	<b><u>Estátuas</u></b> .....	90

4	<b>NARRATIVAS HISTÓRICAS DA GUERRA ENTRE O GOVERNO DA FRELIMO E A RENAMO.....</b>	92
4.1	<b>Alguns dados da história recente de Moçambique .....</b>	92
4.2	<b>Guerra de desestabilização ou luta pela democracia: interpretações da FRELIMO e da RENAMO do conflito .....</b>	94
5	<b>DISPUTAS SOBRE MEMÓRIA NA CIDADE DA BEIRA .....</b>	96
5.1	<b>Narrativa da guerra ou guerra sobre a narrativa: A política oficial de lembrança da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, na Cidade da Beira.....</b>	99
5.2	<b>“Uria Simango também é herói: a comemoração do “Dia dos heróis” na cidade da Beira .....</b>	104
5.2.1	<b><u>Descrição da cerimônia oficial do Dia dos Heróis .....</u></b>	106
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	116
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	121

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar, em primeiro lugar, diversas narrativas históricas sobre a luta armada e sobre a guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Como parte dessas narrativas, serão considerados livros didáticos, textos, entrevistas, monumentos, práticas comemorativas, jornais, museu e hino nacional. História e memória nem sempre caminham juntas. O segundo objetivo da tese é mostrar os conflitos entre história e memória a partir de um trabalho de campo desenvolvido na cidade da Beira.

A ideia para esta tese começou com um encontro surpreendente para um jovem pesquisador como eu. Em 2014, eu encontrei-me com o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, professor do IFCS da UFRJ. Quando fui selecionado para o PPCIS da UERJ, a minha proposta de pesquisa era analisar como é que uma comunidade do distrito de Chinde, na Província da Zambézia, ciclicamente afetada pelas cheias, percebia o risco de cheias, e que estratégias ela desenvolvia para lidar com o risco. No primeiro ano no PPCIS, eu me apaixonei pelos trabalhos do Reginaldo Gonçalves. Depois de várias tentativas para encontrá-lo, finalmente consegui ter uma reunião com ele em 2014. Expliquei que era um estudante moçambicano fazendo doutorado na UERJ e que trabalhava no ARPAC, uma instituição de pesquisa parecida com o IPHAN.

Eu sou funcionário do ARPAC- Instituto de Investigação Sócio-cultural desde 2007. A gênese desta instituição de pesquisa está ligada à campanha nacional de preservação e valorização da cultura que decorreu em Moçambique, entre 1978 a 1982. Em julho de 1983, o Governo de Moçambique e o PNUD assinaram um acordo para a criação de um projeto que objetivava documentar e arquivar a informação recolhida durante essa campanha. Esse projeto, denominado Projeto Moz/82/004, recebeu o nome de Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC, 2011). Foram selecionados alguns estudantes das províncias do país para beneficiarem de formação na área cultural, tanto em Moçambique, como no estrangeiro, principalmente na França. Um dos colaboradores iniciais do ARPAC foi o antropólogo Michel Samuel. Convidado pela Cooperação Francesa, Samuel ministrava cursos de metodologias de pesquisa.

O ARPAC, como instituição pública, foi criado pelo decreto nº 26/93 de 16 de Novembro de 1993. De acordo com este decreto, esta instituição “pesquisa, conserva e divulga de forma

sistemática e utilizando métodos científicos, a cultura e o patrimônio cultural moçambicanos com a finalidade de estudo, educação e deleite”. Em 2002, através do decreto nº 25/2002 de 22 de outubro de 2002, a instituição mudou novamente de designação passando a ostentar a atual denominação, ARPAC- Instituto de Investigação Sócio-Cultural. Essa mudança surge “devido ao equívoco que criava o nome ARQUIVO” (ARPAC, 2011). A sua sede encontra-se na cidade de Maputo. A instituição possui delegações províncias em Maputo, Gaza, Manica, Sofala, Tete, Niassa e Cabo Delgado. Entre os diretores da instituição, destacam-se o linguista Renato Matusse (1992-1995) e os historiadores Luís Covane (1995-2000) e Fernando Dava (2000-2015). Professor do Departamento de História da UEM, Luís Covane desempenhou, mais tarde, o cargo de Vice-Ministro da Educação e Cultura. Atualmente, é Reitor da Universidade Nachingwea, instituição de ensino superior pertencente ao partido FRELIMO. Nachingwea foi um centro de preparação político-militar da FRELIMO durante o período de guerra entre a FRELIMO e o Governo português. Doutorado em sociolinguística pela Universidade de Newcastle-Tyne, na Grã-Bretanha, Renato Matusse ocupou vários cargos nacionais e internacionais. Foi Conselheiro do Presidente da República para Assuntos Políticos de 2003 a 2013. Ele é autor da biografia do Presidente Armando Guebuza, “Guebuza, paixão pela terra”, publicada em 2004.

A pedido da FRELIMO, o ARPAC tem produzido biografias dos heróis nacionais cujos restos mortais se encontram na Praça dos Heróis Moçambicanos. Incluem-se entre as publicações, “A vida e obra dos heróis”: John Issa, Paulo Samuel Kankhomba, Tomás Nduda, Mateus Sansão Muthemba e José Macamo, todas em 2008; Belmiro Obadias Muianga (2009); Samora Machel (2011), alusivo à comemoração da passagem dos 25 anos da sua morte; Robati Carlos (2012); Romão Fernandes Farinha, Francisco Magumbwa, Francisco Manyanga, Armando Tivane, Emília Daússe e Luís José Joaquim Marra, em 2013; e Bernabé Kajika (2014). Estas biografias seguem uma estrutura padronizada, cobrindo aspectos específicos como a infância e juventude, ingresso e feitos na FRELIMO, morte e formas de reconhecimento. A historiadora Amélia Neves de Souto (2013) cita Fernando Dava, antigo Diretor-Geral do ARPAC, que afirmou que algumas destas biografias foram extremamente difíceis para escrever devido à ausência de fontes, contradições nas fontes disponíveis e dificuldades de encontrar exemplos de heroísmo. Como observou Werbner (1998, p. 88), “as biografias e identidades pessoais dos mortos constituem um meio de construção da nação”. As biografias dos heróis são distribuídas nas cerimônias oficiais que visam assinalar a

passagem do 40º aniversário da sua morte. Estas cerimônias de homenagem são orientadas pelo Presidente da República e estão presentes nas instituições oficiais.

Durante a conversa, Reginaldo pediu-me para contar “algumas coisas” do meu trabalho. Eu, ávido em relatar a minha experiência profissional ao ilustre antropólogo e, longe de imaginar que o meu trajeto estava sendo invertido aí, não demorei a encontrar exemplos para dar ao Reginaldo. Primeiramente, eu falei da minha primeira pesquisa na instituição. Ela foi sobre Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO. Na história oficial, Mondlane é cultuado como “arquiteto da unidade nacional”. Não sei por que motivo procurei “inovar” em relação aos outros trabalhos sobre os heróis e, num dos capítulos do trabalho, eu usei o conceito “invenção das tradições” de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, argumentando que a comemoração do “Dia dos Heróis”, no dia 3 de fevereiro, data da morte de Eduardo Mondlane, era uma tradição inventada. A estrutura canônica adotada pela instituição para os trabalhos desse gênero me obrigava a usar o título “formas de reconhecimento” para esse capítulo. Ainda neste capítulo, os pesquisadores deveriam fazer um mapeamento das escolas, avenidas, monumentos, com o nome do herói que estava sendo pesquisado. O Diretor-Geral marcou uma apresentação para, alegadamente, perceber o andamento da minha pesquisa. Durante a minha apresentação, eu me lembro de ter sido interrompido várias vezes pelo Diretor-Geral, que pretendia que em cada momento da trajetória de vida de Eduardo Mondlane eu enfatizasse a sua consciência nacionalista e liderança natural. Uma crítica que me foi feita por um colega estava justamente relacionada com o uso do conceito “invenção de tradições” em detrimento de “formas de reconhecimento”. Ele argumentava, ferozmente, que a institucionalização do 3 de fevereiro como “Dia dos Heróis Moçambicanos” era indiscutivelmente “uma forma de reconhecimento do papel de Eduardo Mondlane na edificação da nação moçambicana”.

Depois, eu contei várias histórias de um seminário de investigação, organizado pelo ARPAC, na cidade de Quelimane, Província da Zambézia, em 2011, proclamado pelo Governo, “Ano Samora Machel”. Sob o lema, “Por uma investigação que valorize o legado de Samora Moisés Machel”, o seminário iniciou com a apresentação do tema: “Infância e constituição da família”. Quando se refere à constituição da família de Samora Machel, a narrativa oficial tem dado destaque à Josina Machel e Graça Machel. A primeira, com quem se casou durante a luta armada de libertação nacional e, a segunda, depois da independência. Porém, Samora Machel teve relações amorosas e filhos com outras duas mulheres que raramente ou nunca são referenciadas na narrativa oficial. Uma das mulheres com quem Samora Machel teve filhos, mas não se casou, continua viva. São poucas as referências em



relação a esta mulher nos livros publicados sobre Samora Machel. Durante a sua apresentação, o pesquisador referiu-se as outras mulheres de Samora Machel como “concubinas”. A sala “ficou gelada”. O Diretor-Geral e o Assessor do Ministro da Educação e Cultura, que participava do seminário como convidado, entraram em pânico, mas era impossível parar a apresentação. Seguiu-se depois a apresentação do tema “A morte do Presidente Samora Moisés Machel”. A morte de Samora Machel ainda não foi devidamente esclarecida, e suas várias versões continuam sendo disputadas por acadêmicos, membros da FRELIMO e familiares de Samora Machel. Sendo um tema tão sensível e até certo ponto ainda pululando no imaginário dos moçambicanos, muita gente ficou atenta para escutar a intervenção do pesquisador. Durante a apresentação eram distribuídos *slides* da apresentação de forma a permitir que os presentes acompanhassem a apresentação. Aconselhado pelo Diretor-Geral, o investigador apenas identificou as diversas versões sobre a morte de Samora Machel, deixando a interpretação para o leitor. Uma das versões defendia a existência de uma mão interna na morte do Presidente, pois, de acordo com a apresentação deste pesquisador, Samora Machel estava insatisfeito com a atuação de alguns dos generais do exército governamental que enfrentava desde 1976 uma guerra contra RENAMO. Na sua apresentação, o pesquisador foi mais longe indicando o nome dos generais que teriam participado na orquestração da morte de Samora Machel. Intervindo depois da apresentação, o Assessor do Ministro da Educação e Cultura alertou sobre o perigo de se citar o nome desses generais tendo em conta que alguns ainda estão vivos. Foi-se a uma sessão de intervalo e, no regresso, foram recolhidos os *slides* da apresentação sobre “A morte do Presidente Samora Moisés Machel”. Uma freira de uma congregação religiosa, que por qualquer razão tinha se ausentado da sala, guardou o *slide* na sua bolsa. A solução foi invadir a bolsa e retirar o *slide*, o que deixou a religiosa incrédula.

Depois de escutar atentamente a minha “descrição densa” sobre o ARPAC, Reginaldo disse: “eu já vejo a tua tese! Se tu entrares por este caminho da memória e identidade, podes lucrar muito mais! É um trabalho duro, mas acho que vale a pena! Tens a vantagem de estar por dentro e também por fora”! Eu senti a necessidade urgente de fazer uma pesquisa, mas eu não tinha ideia de um método pré-estabelecido. Porém, como escreveu Pollak (1990, p. 16), “toda pesquisa é uma aventura”. Para mim foi um desafio interessante estar dentro de uma instituição que faz aquilo que Pollak (1989) chamou de enquadramento da memória, e ter de me distanciar para analisar a forma como as narrativas históricas são construídas.

As abordagens teóricas utilizadas foram aquelas que nos auxiliam a compreender o debate existente entre história e memória, ou ainda, entre memórias hegemônicas e memórias subterrâneas. O que é memória coletiva? Quais são as ligações entre memória (coletiva) e história? Memória coletiva e história são noções mutuamente exclusivas? Quais são as manifestações concretas da memória coletiva?

Embora José Reginaldo Gonçalves não empregue a noção de memória coletiva, sua abordagem sobre o patrimônio é relevante para refletir sobre a disputa da memória na cidade da Beira. No seu texto “Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso”, publicado em 2002, José Reginaldo Gonçalves sugere que, em termos analíticos, talvez seja mais rendoso pensarmos o patrimônio cultural como determinado gênero de discurso, marcado por um conjunto de regras específicas, tais como, vocabulário, gramática, entonação, ritmos, movimentos corporais, etc. Segundo Gonçalves, diferentes grupos sociais têm gêneros de discursos específicos por meio dos quais dialogam com outros discursos. Ele ressalta que é por intermédio desses discursos que elaboramos nossas formas de autoconsciência individual e coletiva. Nessa perspectiva, interessa ver como as pessoas elaboram a sua auto-percepção. Para exemplificar a sua tese, o antropólogo construiu os princípios da “monumentalidade” e do “cotidiano”. De acordo com o seu esquema, os discursos do patrimônio cultural podem ser interpretados como narrativas articuladas em torno desses dois discursos. O autor assinala que o discurso da monumentalidade é desenvolvido nos meios intelectuais e produzido por empreendimentos políticos e ideológicos. Este discurso é centrado principalmente na espiritualidade, na imaterialidade, na hierarquia e na etiqueta. Enquanto isso, o gênero de discurso cotidiano, surge da experiência cotidiana e da memória biográfica, e se centra particularmente no corpo, na materialidade, na irreverência e no riso. Ele ressalta que esses gêneros não chegam a ser monopólio de um ou de outro grupo. Se, por um lado, um tipo de arquitetura, culinária, festa, artesanato, música, pode ser juridicamente reconhecida pelo Estado como patrimônio cultural, por outro lado, os discursos de patrimônio cultural, produzidos por empreendimentos políticos, podem ser reinterpretados pelas culturas populares. Gonçalves insiste que devemos prestar atenção ao conjunto de regras de cada um desses discursos, pois esses gêneros discursivos têm diferentes concepções de patrimônio, tempo, espaço, subjetividade, etc.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi o primeiro a introduzir formalmente o conceito de memória coletiva na teoria social. A ideia fundamental de Halbwachs é a de que a memória depende do contexto social. Ele desenvolveu o conceito de memória coletiva enfatizando as estruturas sociais da memória. Segundo Halbwachs, a memória é sempre

socialmente estruturada uma vez que são os grupos sociais que determinam os aspectos do passado que são recordados e a forma como são recordados: “O indivíduo convoca lembranças à mente por confiar nas estruturas sociais da memória” (Halbwachs, 1992, p. 182). Elas são linguagem, tempo e espaço. É impossível, ele defendeu, uma memória sem estas estruturas disponibilizadas pelo grupo. São estas estruturas que dão coerência e integridade às memórias. Sem tal apoio, imagens individuais do passado são incertas, incompletas e provisórias. “É neste sentido”, afirma Halbwachs (Ibidem, p. 38) “que aqui existe uma memória coletiva e estruturas sociais para a memória”. Dito de outra forma, a memória do indivíduo depende da sua contínua interação com os membros dos grupos sociais dos quais ele faz parte. É dele a afirmação de que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (2006, p. 30).

Embora acredite que são os indivíduos que se lembram, ele insistiu que eles o fazem enquanto integrantes de grupos sociais específicos e inspiram-se nesses grupos para reconstruir o passado. Como Halbwachs especifica em “A memória coletiva”: “Contudo se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (Ibidem, p.69).

Halbwachs também enfatizou a ligação entre a duração de um grupo e a sua memória. Ele defendeu que a memória de um grupo se conserva apenas enquanto o grupo existir:

A memória de uma sociedade se estende até onde pode – quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe. Não é absolutamente por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram (Ibidem, p. 105).

Outro ponto central na teoria Halbwachiana é o caráter reconstrutivo da memória coletiva. Halbwachs compreende a memória individual e coletiva como um processo de reconstrução. Ele recusou a ideia de que o passado permanece inteiro em nossa memória postulando a tese de que o passado é constantemente reconstruído para se adaptar às exigências, necessidades e aspirações contemporâneas do grupo. Como afirmou Halbwachs: “Os quadros coletivos são, pelo contrário, precisamente os instrumentos usados pela memória coletiva para reconstruir uma imagem do passado que está de acordo com a época, com os pensamentos predominantes da sociedade” (1992, p. 40). Essa reconstrução implica uma representação seletiva do passado em função das preocupações do presente. Quando estas estruturas desaparecem ou mudam, também se alteram as representações dos acontecimentos

pretéritos: “É a razão ou inteligência que escolhe entre o armazém de lembranças, elimina algumas delas, e arranja as outras de acordo com uma ordem se ajustando com nossas ideias do momento” (Ibidem, p. 172). Halbwachs sugeriu ainda que essa reconstrução contínua do passado no presente constitui um fator de identidade do grupo: “No momento em que examina o seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (2006, p. 108).

Maurice Halbwachs estabeleceu uma nítida distinção entre memória e história. Para Halbwachs, a memória não é confiável, é subjetiva, espontânea, alguma coisa em permanente transformação, enquanto a história é capaz de encontrar a verdade graças ao uso de evidência e de outros princípios da história científica. Ele sustentou que só quando a memória morre completamente é que entra o historiador: “Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (Idem, p. 101). O sociólogo defendeu que memória coletiva era múltipla - famílias, partidos políticos, igrejas, associações, e nações geram distintas memórias coletivas de acordo com suas estruturas sociais particulares -. Mas, “a história é uma e se pode dizer que só existe uma história” (Ibidem, p. 106).

Halbwachs tem uma visão positivista da história. Esta concepção de história é profundamente influenciada pelo contexto da época. Halbwachs escreve num contexto em que a história é levada muito a sério. O passado sobrevive de uma forma ativa no presente. Vários autores têm se oposto a esta visão de Maurice Halbwachs. Michel Foucault, por exemplo, mostrou como o poder está envolvido no nosso entendimento do passado, sublinhando que nosso entendimento da história é formado pelos interesses dos grupos dominantes. No seu texto “Nietzsche, a genealogia e a história”, escrito em 1971, o filósofo francês Michel Foucault retoma o conceito de genealogia do seu homólogo alemão Friedrich Nietzsche para criticar aquilo que ele denominou de história tradicional. Foucault descreveu sua genealogia como história efetiva. Diferentemente da história tradicional, que pesquisa a origem, conservando assim a continuidade do passado e presente, o método genealógico rejeita a origem. Foucault reprova a forma como a história e o passado são apresentados: considerados como uma unidade coerente e totalizante e com desenvolvimento linear baseado na noção de progresso. Para o filósofo francês, esta concepção linear da história privilegia uma versão dominante, grandes narrativas, ignorando a pluralidade e as contradições do passado, os excluídos e os silêncios. Mais exatamente, a história também é seletiva, inclusiva e exclusiva. Ele sustentou que a história é articulada na diversidade de contingências e discontinuidades. É dele a afirmativa de que “a história será ‘efetiva’ à medida que reintroduzir o descontínuo

em nosso próprio ser” (Foucault, 1971, p. 272). Portanto, Foucault criticou a linearidade histórica e progressiva propondo aos historiadores uma nova noção de temporalidade (descontinuidade). Trata-se, como ele disse, “de fazer da história uma contra-memória” (Idem, *Ibidem*, 277), entendida como os vestígios ou restos que contradizem e resistem as versões oficiais da continuidade histórica.

Foucault desmascarou a pretensa objetividade e a inocência epistemológica do historiador. Para ele, o historiador era incapaz de representar uma visão exata do passado. Ele sustentou que o passado é sempre reconstruído em função do presente.

Um dos traços da história é o de não escolher: ela se impõe o dever de tudo conhecer, sem hierarquia de importância; de tudo compreender, sem distinção de altura; de tudo aceitar, sem fazer diferença. Nada deve lhe escapar, mas também nada deve ser excluído. Os historiadores dirão que isso é uma prova de tato e de discrição: com que direito fariam intervir seu gosto, quando se trata dos outros, de suas preferências, quando se trata do que realmente se passou? (Idem, *Ibidem*, p. 275).

Vale clarificar que Foucault não opõe a objetividade a relatividade da ciência e ideologia, nem ataca a neutralidade do historiador, mas recusa o fato de o historiador reivindicar representar no seu trabalho uma certa verdade do passado. Para ele, o trabalho dos historiadores confirma uma certa visão do presente.

O conceito de história de Walter Benjamin é um aspecto importante para compreendermos a contribuição do filósofo sobre a memória. No ensaio “Sobre o Conceito de História”, (também traduzido como “Teses sobre a Filosofia da História”), escrito em 1968, Benjamin problematizou as concepções da história de tempo vazio, homogêneo e linear e do progresso, propondo um tempo qualitativo, heterogêneo, descontínuo. Benjamin tem uma concepção da história como incompleta, inacabada. O autor recusou a ideia de que o passado pode somente ser compreendido à luz do presente. Para ele, o passado está implicitamente presente no presente e não como construção deste último (Santos, 2003). Desta forma, a relação entre passado e presente é pensada, não em sequência, mas como um processo de mão dupla: “Existe um encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossa”, escreveu Benjamin (2012, p. 242). Algo que é história pode virar tradição, memória. Por outro lado, histórias que as pessoas contam de acontecimentos é incorporada na memória coletiva.

O filósofo acusou a concepção historicista/positivista da história, que defende a ideia de que a história procura fatos objetivos, “reais”, de identificação com os vencedores, com as classes dominantes. É precisamente contra essa história que ele chama de tradicional ou conformista, que o autor se revolta, ao propor “escovar a história à contrapelo”. Isso significa

ir contra a corrente da versão oficial da história, construindo um conceito de história que valorize o ponto de vista dos excluídos, a memória coletiva dos vencidos.

Benjamin refletiu também sobre o outro lado (o bárbaro) dos chamados bens culturais que, tal como a tradição, tornam-se um instrumento dos dominadores. Para o autor, há uma relação dialética entre cultura e a barbárie. É dele a afirmativa de que “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (Ibidem, p. 245).

O historiador francês François Hartog dedicou parte considerável de seu trabalho ao exame das relações entre os historiadores e as sociedades com o tempo. No livro “Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo”, ele definiu a noção “regimes de historicidade” como “a maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e dar-lhes sentido” (Hartog, 2013, p. 139). São, portanto, estas categorias que organizam a própria experiência. Hartog descreveu três tipos de regime de historicidade: antigo regime, o regime moderno e o regime presentista.

O antigo regime de historicidade corresponde ao grande modelo da *historia magistra vitae*. Nesta ordem do tempo é a categoria do passado que se faz preponderante. O tempo não anda. O passado é um exemplo a ser imitado, ele está sempre presente. É possível prever o futuro a partir das lições retiradas do passado. Como escreve Hartog: “1980 vinha olhar 1880, e 1880, refletindo esse olhar, devolvia a inteligibilidade a 1980” (Idem, Ibidem, p. 164). Este regime de temporalidade surgiu na Grécia, no século IV a.C, tendo vigorado até o século XVIII. Nessa concepção clássica de memória, o que era entendido como memória era o vínculo com as divindades, com o mundo religioso. A memória permite entrar em contato com o universo. É um caminho para conhecer o mundo.

Segundo Hartog, a revolução francesa, que teve lugar em 1789, abriu uma crise na relação com o tempo. O futurismo, isto é, a hegemonia do ponto de vista do futuro, tornou-se o ponto de vista dominante. O progresso torna-se uma das maiores deidades da modernidade. A história é concebida como processo, e o tempo, percebido como aceleração. Hartog afirma que o passado se torna imprevisível, nebuloso e obsoleto. Ele já não explica mais o futuro, deixa de ser o exemplo. Na moderna concepção de história a exemplaridade é substituída pelo unívoco. Para usar as palavras de Hartog: “O historiador não produz mais exemplaridade, mas está à busca do único” (Ibidem, p. 137).

No decorrer do século XIX, a história se institucionaliza como uma disciplina científica, marcando uma nítida cisão entre o passado e o presente. O passado passa a ser objeto de estudo e não faz mais parte do cotidiano das pessoas: “A história” escreve Hartog, “devia ser apenas a ciência do passado, ciência pura, e o historiador, somente um olho que decifra seus documentos no silêncio dos arquivos” (Ibidem, p. 186). A nova disciplina apoia-se num tempo linear, cumulativo e progressivo.

Hartog defende a tese de que os tempos modernos são caracterizados por uma crise no tempo, cujo marco é a queda do muro de Berlim, em 1989. Ele sustenta que o que temos experimentado no ocidente a partir daí é uma ênfase crescente no presente, um presente onipresente, aquilo que ele denomina de presentismo. O presentismo é a experiência contemporânea de paragem do tempo, sem passado, sem futuro. O passado e o futuro são representados e sentidos como algo distante e retornando ao presente. “Os mortos já não participam no mundo”, afirma Hartog (Ibidem, p. 143). O mundo constitui propriedade exclusiva dos vivos. O passado é associado à morte, e o presente, à vida. O presente, de acordo com o autor, está ansioso por se historicizar cotidianamente: Para dizê-lo nas palavras de Hartog: “O presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado” (Ibidem, p. 150). Paralelamente, este presente se descobriu ansioso também em relação à questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma obsessão pela memória. A memória que era conhecimento do mundo, transforma-se em forma de conhecimento dos indivíduos ou grupos: “Inteiramente psicologizada, a memória tornou-se um assunto privado, que produz uma nova economia da ‘identidade do eu’. ‘Pertence a mim [doravante] a atividade de lembrar-me e sou eu que me lembro”” (Ibidem, p. 162). A memória é um instrumento presentista.

Além disso, o presente, incômodo, tornou-se preocupado com o patrimônio, ansioso por comemorações, atormentado com a conservação de monumentos, objetos, modos de vida, paisagens, espécies animais, e ansioso em defender o meio ambiente. Como a história responde as demandas múltiplas da história contemporânea?

Hartog focou sua análise no trabalho do seu compatriota Pierre Nora, que retomou, em 1984, o antagonismo entre memória e história. Para Hartog, “Les lieux de mémoire” de Nora, procura responder a essa conjuntura nova, marcada por um questionamento do regime moderno de historicidade. “Les lieux de mémoire” são, portanto, sintomas de uma crise nesta ordem de tempo que opera valorizando o futuro. Nora aponta para o desaparecimento da memória com o fim daquilo que ele designou “sociedades-memórias”, como resultado da globalização, a democratização, a massificação e a midiaticização. Nora defendeu que o efeito

da aceleração não era apenas a multiplicação das memórias coletivas, mas também a ruptura com o passado, isto é, com o campo da experiência. Para Nora, é tarefa do “historiador do presente’ fazer, ‘de forma consciente’, o passado manifestar-se no presente” (Apud Hartog, 2013, p. 160), aquilo que ele tem chamado de “história como memória”. Nora sustenta que essa memória é uma reconstrução histórica, pois trata-se de um “passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre” (Idem, Ibidem, p. 151). Esta história está enraizada no que Nora tem chamado *lieux de mémoire*, incorporando traços, vestígios concretos do passado.

Para Nora, portanto, a operação intelectual leva a destruição da memória. Nora traz uma ideia de história altamente disciplinadora e aparentemente bem sucedida. Quem disse que essa memória não existe? Existe realmente uma memória espontânea? Historiadores começaram a valorizar depoimentos de testemunhas e estão trazendo um passado que foi ocultado pelo discurso histórico. Por outro lado, podem haver tensões entre a história ou a memória nacional e as memórias subterrâneas ou clandestinas, há muito tempo confinadas ao esquecimento, e que podem emergir no espaço público levando a uma revisão da história nacional. Nora adota uma perspectiva evolucionista.

Hartog sustentou que embora as categorias passado, presente e futuro sejam universais, o seu conteúdo e a maneira de organizá-las uma em relação à outra diferem de sociedade para sociedade. Mais exatamente, há diferentes experiências de tempo, diferentes formas de representá-lo e diferentes formas de usá-lo. Ele enfatizou que esses regimes de temporalidade não se sucedem no tempo, mas sim convivem, entrecruzam-se e sobrepõe-se. Hartog problematizou assim a noção de história e a sua ideia de tempo como linear e progressivo.

Estudos contemporâneos concordam que há também o uso da memória coletiva para fins estratégicos e políticos. Grupos que detêm o poder na sociedade influenciam o que é lembrado ou esquecido de acordo com os seus interesses e objetivos políticos do presente. Nesta direção, são muito interessantes as pesquisas de Michael Pollak e Henri Rousso. O historiador e sociólogo austríaco Michael Pollak nos ajuda a pensar a forma pela qual alguns símbolos do passado são impostos e outros esquecidos. Michael Pollak, no seu texto “Memória, esquecimento e silêncio”, publicado em 1989, criticou o conceito de memória coletiva de Halbwachs, argumentando que este conceito sublinha apenas as funções positivas da memória como, por exemplo, a de reforço da coesão social, negligenciando deste modo o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. De acordo com Pollak, a crença de Halbwachs na continuidade e estabilidade da memória coletiva, e no poder



da sociedade para configurar a memória individual, negligencia as tensões, conflitos e disputas entre memórias concorrentes na sociedade. Esta disputa pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado que pretende a dominação hegemônica sobre a sociedade civil, mas também entre a sociedade englobante e grupos minoritários.

Pollak propõe uma inversão de perspectiva no estudo da memória coletiva, defendendo a adoção de uma abordagem construtivista que privilegia os grupos dominados, os excluídos, marginalizados e as minorias. Ele cunhou o conceito “memórias subterrâneas”, que são lembranças “comprometedoras”, “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas”, que se opõem à mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional. Essas memórias subterrâneas, sustentou Pollak, prosseguem o seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível e, dependendo da conjuntura do presente, elas podem emergir. A memória nacional entra em disputa.

O conceito de enquadramento é muito importante para Michael Pollak. Pollak vê a memória coletiva como o resultado de um trabalho contínuo de “enquadramento” ou de “organização”, feito por profissionais de História integrados em diferentes grupos sociais. Segundo Pollak, esse trabalho de organização ou de enquadramento da memória envolve a produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, e a construção de objetos materiais, como, por exemplo, monumentos, museus, bibliotecas, práticas comemorativas, etc.

No seu famoso livro “The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944”, publicado em 1987, o historiador francês mostrou como a memória nacional francesa foi forjada através da habilidade de organização do esquecimento. Rousso dividiu a história da França em quatro períodos. Durante o primeiro período, 1945 a 1953, que ele denominou de “luto inacabado”, surgiu uma tensão entre o desejo de celebrar ações heroicas ou gloriosas (da Resistência) e esquecer a vergonha (a Colaboração). Esse período foi caracterizado, por um lado, pela edificação de vários memoriais de guerra em cidades e vilas, para honrar os franceses mortos durante a IIª Guerra Mundial e, por outro, por execuções sumárias, - *l'épuration* -, julgamentos e perseguições de colaboradores, acusados de traição. Segundo Rousso, durante esse período, o Governo do General De Gaulle ignorou o anti-semitismo do regime de Vichy e sua cumplicidade na deportação de vários judeus. A memória e a memorialização centraram-se nos crimes cometidos pelos alemães contra os franceses, destacando, por exemplo, o Campo de Concentração de Buchenwald, onde resistentes e políticos franceses estiveram detidos, e ignorando o Campo de Concentração de Auschwitz-Birkenau onde os judeus foram concentrados.

No período que ele chamou de “memórias reprimidas”, que vai de 1954 a 1971, marcado pelo domínio político de Charles De Gaulle, foi construído aquilo que ficou conhecido como o “mito Gaulista”. De acordo com esta visão sobre a ocupação da França, com a exceção de um punhado de marginais, a França permaneceu unida e patriótica. Os interesses da França foram protegidos por uma elite heroica de combatentes da Resistência, apoiados pelas massas. Essa Resistência, de acordo com esta visão, era personificada pelo General Charles De Gaulle. Este mito Gaulista minimizou o papel de Vichy e o seu apoio entre a população francesa, e criou um novo objeto de memória, - a Resistência -, que reconciliou os Gaulistas e os Comunistas.

O período 1972-1980 é marcado pela irrupção de lembranças reprimidas durante a construção do mito Gaulista. Este período, Rousso chamou de “o espelho quebrado”. Ele enfatizou a importância do filme<sup>1</sup>, da literatura e da pesquisa acadêmica<sup>2</sup> para a mudança de apreciação do período de Vichy por parte da opinião pública francesa. Segundo Rousso, no último período, que começa em 1980, com a subida de François Mitterrand ao poder, a repressão e reavaliação do período da ocupação transformaram-se numa obsessão. Esse período é caracterizado pelo surgimento de constantes revelações sobre os *les années noires*. Além disso, os julgamentos de Klaus Barbie (1987), Paul Touvier (1994), Maurice Papon (1997-1998) e a tentativa de extradição de Aloïs Brunner da Síria para a França, deram ao período da ocupação uma grande visibilidade na mídia francesa.

Rousso (1987) também problematizou a ideia de Halbwachs de que a história era universal. Ele deu exemplo da história da Revolução, Vichy e da guerra argelina, cujas divisões e contradições têm se perpetuado na sociedade francesa. Para ele, essa história, que Nora chamou de “história como memória”, tinha a função de forjar uma identidade nacional. De acordo com Rousso, o historiador encontra-se agora numa encruzilhada ao escrever a história. Por um lado, como um cidadão, ele é influenciado pela memória dominante que, sugere determinadas áreas de pesquisa ou interpretações. Por outro lado, ele é aquilo que Rousso chama de “vetor de memória”, que são os vários mediadores que moldam a memória coletiva de um evento. Sua visão sobre o passado exerce uma influência sobre as representações do presente.

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, “Le Chagrin et la pitié”, de Marcel Ophüls, que saiu em 1969; *The Sorrow and the Pity*, em 1971; e o filme de Louis Malle, “Lacombe Lucien”, estreado em 1973.

<sup>2</sup> A tradução do livro do americano Robert Paxton, “Vichy France: Old Guard and New Order 1940-1944” (“La France de Vichy”), em 1972.

No seu estudo sobre a história e memória na França depois da IIª Guerra Mundial, Rouso (1987) destacou os vetores oficiais, organizacionais, culturais e acadêmicos. Os primeiros incluem as cerimônias, monumentos, os tribunais e celebrações regulares ou irregulares organizadas pelos governos locais ou regionais. Os vetores organizacionais incluem, por exemplo, as associações de deportados, membros da resistência. Constituem os vetores culturais, a literatura, o filme e a televisão. Já o historiador faria parte do vetor acadêmico, que inclui os trabalhos de pesquisa acadêmica e o currículo escolar.

Estas análises se tornaram importantes para ajudar a pensar a disputa sobre a memória na cidade da Beira, no sentido de compreender que as histórias da luta armada e da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO não são universais; que existem contradições entre as visões do passado promovidas pelo Governo e diferentes grupos; que os processos de construção da memória são marcados pela seletividade dos discursos do passado e sua reconstrução contínua para se ajustarem aos objetivos políticos do presente; que entre as memórias dos grupos e a memória nacional existem uma série de mediações; e que há tensões entre a memória nacional e as memórias subterrâneas, que por muito tempo permaneceram silenciadas e que, por razões que adiante discutiremos, agora invadem o espaço público.

Assim sendo, além da análise das narrativas históricas oficiais produzidas oficialmente sobre a história recente de Moçambique, eu me voltei para um trabalho de campo procurando perceber a percepção de narrativas, monumentos e cerimônias políticas na cidade da Beira. Historicamente, esta cidade é uma área caracterizada por conflitos políticos e étnicos e, desde 2003, ela está passando por um período de mudanças políticas.

Depois da independência, Samora Machel, então Presidente da República Popular de Moçambique, apelidou as populações da cidade da Beira, capital da Província de Sofala, de centro dos reacionários. Vale lembrar que Uria Simango, Vice-Presidente da FRELIMO, Joana Simeão, Mateus Gwenjere e outros dissidentes da FRELIMO e membros de partidos políticos rivais, eram originários da cidade da Beira. Por outro lado, durante o conflito armado entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, a Província de Sofala foi o centro da RENAMO. Para além de a maior parte dos dirigentes da RENAMO ser natural desta província, era no interior da Província de Sofala onde se localizavam as principais bases do antigo movimento guerrilheiro. O Governo da FRELIMO impôs a sua autoridade naquela que era considerada uma cidade reacionária através da arrogância dos seus governantes.

Há também uma resistência das populações do centro do país, principalmente as populações da cidade da Beira, a segunda maior cidade do país, em relação as lideranças do sul do país, mais intelectualizadas. Estas são acusadas de ocupar as posições mais elevadas desde o período da luta anti-colonial e de privilegiar a cidade de Maputo, a capital do país. Depois das mudanças políticas ocorridas no Município da Beira, a partir de 2003, a cidade tem sido o centro da construção de uma memória que procura disputar espaços com as narrativas oficiais anteriormente construídas.

Na pesquisa, informações foram obtidas basicamente a partir de fontes escritas e de entrevistas. As fontes escritas consistem de documentos publicados e não publicados, e artigos de jornais impressos ou online. As entrevistas foram realizadas com membros da FRELIMO e do MDM, funcionários do CMB e da Direção Provincial dos Combatentes de Sofala. Em relação aos monumentos e comemorações, eu fiz um trabalho de campo utilizando uma abordagem etnográfica, ou seja, entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves, observação participante e descrição densa de tudo o que foi observado, para entender profundamente as razões que estão por detrás do formato fragmentado das comemorações e das construções de monumentos na cidade da Beira.

Os dados foram coletados durante dois anos (2014 e 2016), abrangendo um período de dois meses de trabalho etnográfico e um período de um mês pesquisando a organização da comemoração do “Dia dos Heróis”. Portanto, durante esse período, eu visitei duas vezes à cidade da Beira. Em 2014, eu participei da celebração oficial do “Dia dos Heróis” no Monumento aos Heróis Moçambicanos, no bairro da Chota. Depois da cerimônia, eu conduzi três entrevistas: uma com um membro da FRELIMO, outra com um membro do MDM, e a última, com um colega da graduação que trabalha na UP, uma instituição pública de ensino superior. Meu objetivo era saber dos participantes quais as suas versões para aquele acontecimento. Ainda durante esta primeira estadia na cidade da Beira, eu entrevistei duas lideranças locais do MDM, um membro da Banda Militar, dois indivíduos que desenvolvem atividades econômicas no entorno da Praça André Matsangaíssa, um jardineiro do CMB responsável pela manutenção da Praça André Matsangaíssa, e dois membros da RENAMO. Enquanto as entrevistas com as lideranças do MDM foram realizadas nas suas casas, a entrevista com o membro da banda militar foi conduzida no seu local de trabalho. Eu entrevistei o jardineiro do CMB na sede da Delegação Provincial do ARPAC, e os membros da RENAMO, na sede da sua Delegação Política Provincial. A entrevista com os “comerciantes” do entorno da Praça André Matsangaíssa foi realizada na própria praça. Para

complementar as entrevistas, eu realizei pesquisa no Diário de Moçambique, um jornal produzido localmente.

Em 2016, eu regressei à cidade da Beira para perceber como a cerimônia do “Dia dos Heróis” é organizada. Durante o período de um mês, que durou a minha visita à cidade, eu entrevistei uma funcionária da Direção Provincial dos Antigos Combatentes, que faz parte da comissão do Estado responsável pela organização das cerimônias de celebração das datas nacionais na cidade da Beira. Eu também entrevistei a Secretária da AMB para perceber o processo de aprovação da proposta de renomeação da Praça número 2314 para Praça André Matsangaíssa. Na AMB, eu consultei documentos não publicados, como, por exemplo, atas de sessões ordinárias da AMB. As duas entrevistas foram conduzidas nos locais de trabalho das entrevistadas. Ainda durante a minha estadia na cidade da Beira, eu observei a comemoração do “Dia da Independência”.

Portanto, entre 2014 e 2016, eu realizei, no total, dezesseis entrevistas. Como a identidade real dos entrevistados não é relevante para a minha pesquisa, eu decidi preservar seu anonimato.

No primeiro capítulo da tese, eu tento apresentar as diversas versões da história de Moçambique. O segundo capítulo tenta analisar o conteúdo da narrativa que a FRELIMO faz da história de Moçambique, desde o início da luta anti-colonial. No terceiro capítulo eu tento descrever as ações da FRELIMO para tornar a sua versão da história em uma memória coletiva através de discursos, livros escolares, práticas comemorativas oficiais, hino nacional, museu, e monumentos. No capítulo seguinte eu tento analisar o conteúdo das narrativas históricas da FRELIMO e da RENAMO sobre a guerra de 1976-1992. Finalmente, eu procuro mostrar como grupos políticos, na cidade da Beira, estão disputando narrativas ou procurando oficializar determinada versão da história. No trabalho de campo feito na cidade da Beira, onde eu fiz a etnografia da comemoração oficial do “Dia dos Heróis”, eu observei disputas entre os membros da FRELIMO e do MDM, o partido do Presidente do CMB. Além disso, há aqui uma tentativa da RENAMO de tornar a sua narrativa histórica da guerra contra o Governo da FRELIMO como oficial e hegemônica.

## 1 HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE EM SUAS DIVERSAS VERSÕES

Depois da independência, a FRELIMO promoveu várias ações para transformar a sua versão da guerra contra o Governo português numa memória coletiva. Na verdade, essa memória coletiva é o ingrediente básico da identidade nacional. O período de guerra de 1964-1974 é denominado de luta armada de libertação nacional. De acordo com a visão da FRELIMO dos eventos, a luta armada de libertação nacional foi uma revolução que visava acabar com a exploração do homem pelo homem e implementar o poder popular. É sublinhado que a FRELIMO iniciou a revolução, mas ela transformou-se numa revolução popular, uma vez que todos os moçambicanos participaram na luta armada, com a exceção de alguns moçambicanos, - os “reacionários” -, que colaboraram com os portugueses. Essa narrativa histórica glorifica a FRELIMO, os combatentes e Eduardo Mondlane. Enquanto a FRELIMO é retratada como o guia do povo moçambicano, Mondlane é cultuado como o arquiteto da unidade nacional. Um outro elemento importante dessa versão da FRELIMO são as chamadas “zonas libertadas”, isto é, as áreas controladas pela FRELIMO. A narrativa enfatiza que elas são uma espécie de pré-Estado, pois foi lá onde se implementaram inicialmente as estruturas do novo Estado independente como o poder popular e um novo sistema econômico assente na produção coletiva. A glorificação dos combatentes da FRELIMO e da experiência das “zonas libertadas” resultou no silenciamento e esquecimento das experiências dos presos políticos, soldados moçambicanos que combateram do lado das tropas portuguesas, dissidentes da FRELIMO, membros de partidos políticos rivais e populações das cidades e dos aldeamentos coloniais. Essa versão foi disseminada em livros didáticos, discursos oficiais em dias de celebração de datas nacionais, hino nacional, museus, monumentos e rituais comemorativos.

Em 1976, um conflito armado foi deflagrado entre o Governo da FRELIMO e o movimento denominado RENAMO. Seguiram-se 16 anos de um conflito militar ininterrupto. A introdução de uma constituição multipartidária em 1990, e a assinatura do AGP em 1992, favoreceram a irrupção de lembranças proibidas (caso dos atos de violência dentro da organização), indizíveis (caso dos antigos presos políticos) e vergonhosas (caso dos comandos). O livro de Barnabé Ncomo, “Uria Simango: um homem, uma causa”, foi seguramente o primeiro livro sobre memória tão distinto da história oficial. Ncomo reivindica

o reconhecimento da contribuição de Uria Simango (e de outros dissidentes da FRELIMO) no processo de libertação nacional:

A história desse homem está intrinsecamente ligada à luta de libertação nacional de Moçambique, um país cuja memória coletiva há muito se encontra ao sabor daqueles que procuram negar o papel de Uria Simango no processo da sua libertação (NCOMO, 2004, p.15).

Ncomo foi concedido o estatuto de autoridade suprema em matéria da luta armada de libertação. Uma das razões para este impacto foi a consequência não intencionada da censura. Alguns dizem que nenhuma editora aceitou publicar o seu livro, o que obrigou o autor a criar a sua própria editora, e outros, que os dirigentes da FRELIMO tinham comprado a maior parte dos livros para retirá-lo rapidamente de circulação. Fato é que “Uria Simango: um homem, uma causa”, tornou-se um gênero de contra-mito ao mito oficial da FRELIMO. Como referem alguns moçambicanos com quem tenho conversado: “Este livro retrata a história real”. Contudo, apesar do grande impacto, o livro de Ncomo raramente é citado nos trabalhos acadêmicos de estudantes e professores moçambicanos.

Antigos presos políticos e ex – oficiais do exército português pegaram também nas suas canetas e quebraram longos silêncios. Suas memórias refletem o desapontamento que sofreram depois da independência. Eles estão agora ansiosos pela sua reabilitação e aptos a sublinhar a ideia de que também participaram da luta de libertação, embora não pegando em armas. Do lado dos antigos presos políticos, nós encontramos, primeiramente, a publicação de Matias Mboa, “Memórias da luta clandestina” (2009) e “Memórias de um combatente da causa: o passado que levou o verso da minha vida” (2011), de Aurélio Valente Langa. Matias Mboa rejeitou o retrato dos ex – presos políticos como traidores. A colaboração nas cadeias da PIDE foi “uma chance que se abria para iniciar novas frentes de luta” (Mboa, 2009, p. 50), como, por exemplo, às de mobilização e de consciencialização política. Nas suas memórias, Mboa fala do seu desapontamento com a FRELIMO, que acusa de ignorar “o sacrifício daqueles que, sem armas na mão, também se bateram contra o inimigo e pela mesma causa” (Idem, Ibidem, p. 51) e de lhes recusar um monumento, a “Vila Algarve”, sede da PIDE em Moçambique.

Aurélio Valente Langa enfatizou a ideia de luta armada e luta clandestina: “A luta clandestina foi outra, e igualmente importante, forma de lutar pela independência do nosso país” (Langa, 2011, p. 15), ele escreveu em 2011. Além do mais, ele sublinhou também a necessidade de declarar patrimônio histórico não apenas os locais importantes da luta armada,

mas também a “Vila Algarve” e as cadeias da Machava e Mabalane. Aurélio Valente Langa assim corroborou o argumento de Matias Mboa.

Do lado dos antigos comandos do exército português, também depois de um longo silêncio, uma memória de grande importância foi publicada em 2015: “Mafalala 1974 – memórias de 7 de setembro: a grande operação”, de Aurélio Le Bon. Le Bon pertenceu aos comandos do exército português, onde serviu de 1971 a 1974. Durante o período de transição, tiveram lugar alguns confrontos violentos entre, por um lado, setores radicais da comunidade portuguesa e, por outro lado, alguns grupos de provocadores provenientes dos bairros suburbanos, com destaque para o Bairro da Mafalala. Moradores dos bairros suburbanos, antigos presos políticos e ex- comandos tomaram à Rádio Clube<sup>3</sup>, que tinha sido invadida por um grupo de colonos portugueses. Le Bon desafiou a interpretação oficial da luta armada porque ele rejeitou a ideia de que apenas os combatentes tinham se sacrificado pela independência nacional: “Houve, afinal, muito mais atores e palcos de luta pela emancipação de Moçambique do que sabíamos” (Le Bon, 2015, p. 14) argumentou. Além disso, ele acusou a história oficial de ser “muito linear e pouco multifacetada” (Idem, *Ibidem*), e de não reconhecer devidamente o bairro da Mafalala e a casa onde o seu grupo se reunia para planejar as suas ações.

Em Moçambique, nos finais dos anos 1990 e 2000, irromperam controvérsias públicas à volta das questões relacionadas com a luta armada, como, por exemplo, a data da fundação da FRELIMO, o primeiro tiro, que marcou o início da luta armada, as execuções de adversários e fuzilamentos de guerrilheiros dentro da organização. Em 1998, Fanuel Malhuza, membro fundador da UDENAMO e da FRELIMO, onde desempenhou as funções de Vice-Presidente e Secretário-Adjunto das Relações Exteriores, respectivamente, afirmou que a FRELIMO não foi criada a 25 de junho de 1962, mas entre 30 de maio a 2 de junho, durante a realização da “All African Freedom Fighters Conference”, que decorreu em Acra, capital do Gana. Em 2009, ano em que se comemorava a passagem dos 40 anos da morte de Eduardo Mondlane, o Governo moçambicano decretou o “Ano Eduardo Mondlane”. A UEM, a maior e mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique, organizou o “Simpósio Internacional Eduardo Mondlane”. Alberto Chipande, um dos oradores do simpósio, dissertou sobre o tema “Eduardo Mondlane e a luta armada”. Quando ele referiu que tinha dado o primeiro tiro, ouviu-se uma estrondosa gargalhada na plateia. Gargalhadas têm valor como inversões simbólicas do mito. Nestas gargalhadas, não é o heroísmo de Chipande que é

---

<sup>3</sup> Atual Rádio Moçambique. Uma rádio estatal.



alvejado, mas a sua glorificação. A famosa frase de Alberto Chipande, “fui eu que dei o primeiro tiro” tornou-se sujeita à dúvidas crescentes sobre a sua autenticidade, até pelos seus “camaradas” da luta armada. Para Eduardo Nihia, que participou no ataque à Zambézia, o primeiro tiro pode ter sido dado em qualquer uma das frentes onde a FRELIMO realizou ataques no dia 25 de setembro, nomeadamente, em Tacuane (Zambézia) e Charre (Tete), no centro de Moçambique; e Chai (Cabo Delgado) e Metangula (Niassa), no norte. Devido à proximidade entre Cabo Delgado e Dar-es-Salaam, onde estava localizada a sede da FRELIMO, a informação enviada pelo grupo de Cabo Delgado foi a primeira a chegar à direção da FRELIMO.

Foi em todas as frentes. O que aconteceu é que Cabo Delgado é ali perto [Tanzânia]. Logo que os companheiros de Cabo Delgado, Chipande e outros, dispararam, a informação foi imediatamente levada à Tanzânia onde estava o nosso Estado Maior, comunicando que a luta iniciou. Comunicou-se que o primeiro tiro foi em Chai e a nossa informação não foi levada a Tanzânia. A primeira informação é que fica. Por essa razão ficou registrado que a luta começou em Moçambique no distrito de Chai. Isso é que veio ao ar (NIHIA, 2014).

No mesmo ano, Mariano Matsinhe, membro sênior da FRELIMO, admitiu que “era norma na FRELIMO fuzilar pessoas” (Matsinhe, 2009). Para além do fuzilamento dos dissidentes do movimento, Matsinhe referiu-se ao fuzilamento de combatentes que perturbavam as populações ou que desertavam para as tropas portuguesas. As declarações de Matsinhe demonstram que houve uma história de violência dentro da organização que foi silenciada. Por que é que as memórias da guerra de 1964-1974 ainda permanecem e são tão controversas?

Por outro lado, tem havido batalhas intestinais sobre como interpretar o conflito de 1976-1992 entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. A AR<sup>4</sup> tem sido a principal arena de confrontação entre a FRELIMO e a RENAMO. Através de provocação, reação violenta e diversão, deputados de ambas bancadas apresentam diferentes versões da guerra. A RENAMO tem reivindicado a elevação à categoria de heróis nacionais dos seus guerrilheiros mortos em combate pelas tropas governamentais. Em março de 2011, a AR aprovou, com o voto majoritário da bancada da FRELIMO, à proposta de lei sobre o sistema de títulos honoríficos e condecorações. A RENAMO considerou a lei nº 10/2011 de 13 de julho como sendo discriminatória, porque não fazia referência à luta pela democracia levada a cabo por André Matsangaíssa e Afonso Dhlakama. Este antigo movimento armado afirma ser o verdadeiro representante do povo moçambicano, reivindicando que lutou contra o governo marxista da FRELIMO para instalar a democracia multipartidária no país. Em vários

---

<sup>4</sup> O Parlamento moçambicano criado depois da introdução do multipartidarismo no país.

discursos o líder da RENAMO tem se autodenominado de ‘pai da democracia’. Na versão da FRELIMO, o conflito era uma guerra de desestabilização fomentada pelos regimes de minoria branca da Rodésia do Sul e da África do Sul através da RENAMO. Os guerrilheiros da RENAMO eram apelidados de “bandidos armados”, “raptadores”, “criminosos”. É sublinhado que a RENAMO não tem base política legítima em Moçambique, se alimentado graças à violência contra as populações e ao apoio estrangeiro.

Em 2012, foi construída a Praça da Paz, na cidade de Maputo, onde teve lugar a cerimônia central de comemoração do “Dia da Paz”, orientada pelo então Presidente da República, Armando Guebuza. Afonso Dhlakama não marcou presença nessa cerimônia. O autoproclamado “pai da democracia”, participou de outra cerimônia que visava comemorar o mesmo evento, mas na Praça da Paz, na cidade de Quelimane, Província da Zambézia. Em 2014, o Presidente da RENAMO estava fazendo campanha eleitoral para as eleições presidenciais de outubro desse ano, na província de Tete. Afonso Dhlakama decidiu participar, pela primeira vez, nas comemorações oficiais do “Dia da Paz” promovidas pelo Estado, na cidade de Tete, capital da província. A Delegação Provincial do seu partido informou ao Governo da Província de Tete que Dhlakama estaria presente nas celebrações, na Praça da Paz. De acordo com o roteiro do programa enviado pelo Governo provincial às diversas instituições públicas da província, a cerimônia oficial, que seria orientada pelo Governador da Província, iniciaria às 7h30. Às 8h estava programada a deposição da coroa de flores, às 9h, a leitura de mensagens dos partidos políticos, intercalada com atividades culturais. A cerimônia de celebração do 4 de outubro terminaria com o discurso do Governador da Província de Tete. Estranhamente, o Governador Paulo Auade decidiu antecipar o início da cerimônia para às 7h. Na altura, estavam presentes na Praça da Paz, “alguns funcionários protocolares da sua residência e um reduzido número de pessoas” (*Canal de Moçambique*, 6/10/2014). Afonso Dhlakama chegou às 8h, mas a cerimônia oficial já tinha terminado. O Presidente da RENAMO depositou também uma coroa de flores na Praça da Paz e falou para “as milhares de pessoas que estavam na estrada para o ver e saudar” (Idem, *Ibidem*). Será que a antecipação desta cerimônia pelo Governador da Província de Tete foi deliberadamente premeditada? Quando um evento é tão heterogêneo, pode uma única data nacional esconder este fato? O que é que seria celebrado numa cerimônia baseada no “Dia da Paz”? Que mortos seriam honrados? Os guerrilheiros da RENAMO tombados durante os confrontos com as tropas do Governo? Os soldados das FAM? As vítimas civis que morreram durante os ataques de ambos os lados?

Nos últimos 15 anos houve uma notável mudança na discussão acadêmica da experiência da luta armada. O silenciamento de indivíduos ou grupos da narrativa heroica da luta armada tornou-se um foco de atenção dos acadêmicos. Na sua maioria, estes trabalhos, como, por exemplo, Ncomo (2004), West (2003), Mateus (2006) e Peixoto e Meneses (2013), procuram reabilitar indivíduos ou protagonistas considerados traidores ou comprometidos pela narrativa oficial do período de guerra de 1964-1974. O primeiro e único trabalho sobre os reacionários foi publicado pelo historiador moçambicano, Barnabé Ncomo, em 2003. A figura dominante na pesquisa sobre os antigos presos políticos foi a historiadora Dalila Cabrita Mateus (2006). A maior contribuição para a história dos comprometidos veio de Maria Paula Meneses (2009, 2013, 2015). Esta revisão examina o estado da pesquisa atual sobre as memórias da luta armada e do conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO.

### 1.1 “Reacionários”

Depois da independência, dissidentes da FRELIMO e membros de partidos políticos rivais foram executados, acusados de traição. Estes exigiam a realização de um referendo ou de eleições, em vez da entrega direta do poder à FRELIMO. O livro de Barnabé Ncomo, “Uria Simango: um homem, uma causa”, publicado pela primeira vez em 2003, foi seguramente o primeiro livro sobre memória indiscutivelmente distinto da história oficial. Desmobilizado das FAM, Ncomo é originário da Província de Sofala, onde nasceu Uria Simango. No seu livro, o autor não esconde a sua simpatia por Uria Simango. Ele rejeita o retrato de Uria Simango como colaborador do Governo colonial português. Seu trabalho confia excessivamente em testemunhas oculares, alguns deles se manifestando arrependidos pelo tratamento dado ao antigo companheiro. Aliás, logo no início, Barnabé Ncomo chama atenção aos leitores para a veracidade dos depoimentos, enfatizando que é ínfima a margem de erro dos relatos que traz no seu livro. Em todo o seu livro, além do mais, Ncomo faz abundante uso de documentos alegadamente inéditos.

O que Ncomo propôs foi aquilo que eu chamo “interpretação cristã” da história da luta armada. O argumento é simplesmente sumarizado: existiam duas correntes de pensamento que disputavam o controle da organização: a missionária, chefiada por Uria Simango; e a marxista-leninista, dirigida por Eduardo Mondlane. A trajetória de Simango se assemelha à de Jesus Cristo. Simango é retratado como um homem guiado pelos princípios cristãos, tais

como, não violência e pacifismo, mas que morreu traído pelos seus companheiros e adversários.

Todavia, o seu carácter e estatuto de mensageiro de Deus, impediam-no, moralmente, de envolver-se conscientemente em querelas de liderança na perspectiva maquiaveliana, daí que sempre procurou agir como mediador em momentos de disputas entre outras individualidades na organização. As posições políticas que sempre ocupou tanto na UDENAMO, como na própria FRELIMO, foram-lhe frequentemente impostas por aqueles que viam nele o homem à altura de defender a causa que se propunha enfrentar, e não produto deliberado de uma luta pelo Poder político, como mais tarde se propalou pelo país e pelo mundo inteiro” (Ncomo, 2004, p. 89).

As declarações oficiais do regime eram claramente equívocas: “Contrariamente ao que o regime Frelimista tem difundido em relação à Uria Simango, a pesquisa mostra que este tinha uma causa a defender” (Idem, Ibidem, p. 22). Ele comparou os campos de reeducação para onde foram enviados os dissidentes da FRELIMO e antigos presos políticos com os campos de concentração nazis e os *goulags* soviéticos.

## 1.2 Antigos presos políticos

Os trabalhos de West e Mateus são interessantes porque permitem comparar experiências de presos políticos de dois lugares distintos. Enquanto West realizou pesquisa em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, a pesquisa de Mateus foi feita em Maputo, no sul. A pesquisa de West, “Voices twice silenced: Betrayal and mourning at colonialism’s end in Mozambique”, baseou-se na recolha de histórias de vida de três antigos presos políticos. Estes relataram que antes da criação da FRELIMO faziam parte da MANU, e que foram presos pela PIDE-DGS acusados de vender cartões da FRELIMO. Nas cadeias da PIDE-DGS, estes presos políticos foram reabilitados e usados como operativos de contra-insurgência pelas autoridades portuguesas.

Em “Memórias do colonialismo e da guerra”, a historiadora portuguesa, Dalila Cabrita Mateus, entrevistou, em Maputo, dez antigos presos políticos. O livro de Mateus conta-nos algo sobre o perfil dos antigos presos políticos. Ao olharmos para a biografia destes antigos presos políticos nós podemos ver combatentes que tinham sido indicados pela FRELIMO para preparar as condições pra o início da luta armada no sul de Moçambique, -a chamada IV<sup>a</sup> Região Militar -, indivíduos que se dedicavam à distribuição de panfletos e recrutamento de jovens para prestar treino militar, e pessoas presas pela PIDE na Suazilândia, quando iam se juntar à FRELIMO na Tanzânia.

O livro de Mateus apresenta uma pesquisa interessante num tópico que foi tabu depois da independência, a colaboração. As entrevistas revelaram vários exemplos que mostram a colaboração diária dos presos políticos durante o seu encarceramento e o tratamento privilegiado de determinados grupos, como, por exemplo, intelectuais, negros e brancos. Os antigos presos políticos narraram que alguns deles escreviam no jornal *Ressurgimento* onde afirmavam que se arrependiam da sua militância e classificavam as ações da FRELIMO como terrorismo. Em troca destes serviços, eles beneficiavam de algumas vantagens como comida, descanso e leitura. Esses privilégios eram concedidos também aos intelectuais, negros e brancos, que se encontravam nas cadeias da PIDE-DGS. “Memórias do colonialismo e da guerra” expressa a percepção de colaboração a partir da experiência dos presos políticos. Estes negaram que traíram a FRELIMO, sustentando que a colaboração com a PIDE-DGS permitiu a abertura de outras frentes da luta armada, tais como as de mobilização e de consciencialização política.

West e Mateus focaram também na forma como a FRELIMO tratou dos colaboradores no período pós-guerra. De acordo com estes dois autores, depois da independência, houve uma grande desconfiança da direção da FRELIMO em relação a estes que estiveram presos durante a guerra. Em 1978, os presos políticos foram julgados pela direção da FRELIMO. Eles foram condenados a penas diversas, como, por exemplo, prisão domiciliária, encarceramento na cadeia, envio para um campo de reeducação ou para um centro de preparação político-militar. West (2003) e Mateus (2006) concordam que houve um apagamento dos antigos presos políticos e seus percursos de luta clandestina da narrativa histórica oficial.

### 1.3 “Comprometidos”

Os trabalhos da antropóloga Maria Paula Meneses têm se centrado frequentemente nos “comprometidos”. O termo “comprometidos” refere-se a todos os moçambicanos que cooperaram com as autoridades coloniais durante o período da guerra, tais como, antigos membros da PIDE-DGS, membros da ANP, soldados do exército português, madrinhas da guerra, autoridades tradicionais, políticos, etc. Depois da independência, os nomes, imagens e crimes dos chamados comprometidos foram publicados em locais públicos. Além disso, seus direitos cívicos foram caçados.

Em 2013, Meneses, em colaboração com Peixoto, publicou o artigo “Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique”. Neste artigo, produzido no contexto do projeto de investigação “‘Os comprometidos’: questionando o futuro do passado em Moçambique”, as pesquisadoras examinaram as disputas em torno da história e da memória em Moçambique a partir da análise da trajetória de Domingos Arouca. Arouca trabalhou como enfermeiro, antes de ganhar na loteria e ir estudar Direito na Universidade de Lisboa, Portugal, formando-se em 1960. Regressado à Lourenço Marques, trabalhou no Banco Nacional Ultramarino como conselheiro jurídico. Participou também do associativismo onde desempenhou o cargo de Presidente do Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Nos finais de Maio de 1965 foi preso pela PIDE-DGS sob a acusação de ser membro da FRELIMO. Cumpriu uma parte da pena em Moçambique e outra em Portugal, tendo sido restituído a liberdade em 1973. Depois da independência, Domingos Arouca foi identificado pela FRELIMO como “comprometido”. Arouca exiliou-se em Portugal de onde regressou em 1992, depois da abertura democrática em Moçambique. Arouca recriou o FUMO e concorreu às primeiras eleições gerais de 1994. Domingos Arouca faleceu em 2009 de causas naturais. Para Peixoto e Meneses, a figura de Domingos Arouca foi silenciada da história oficial.

#### 1.4 **Origem da narrativa dominante da luta armada e sua transmissão**

Nos últimos 5 anos, historiadores moçambicanos, como Borges Coelho e Amélia Souto, tomaram parte nas controvérsias nacionais, pelo menos analisando de que forma a versão dominante da história da luta armada foi estabelecida depois da independência, sua transmissão até hoje, grupos de pessoas que, por diferentes razões, têm problemas específicos de entrar na narrativa oficial, desafios e os agentes da produção da memória em Moçambique. Nos seus textos “History, Fiction: A note on the politics of the past in Mozambique”, publicado em 2010, e “Abrir a Fábula: questões da política em Moçambique”, publicado um ano depois, o historiador João Paulo Borges Coelho sublinhou que a narrativa histórica da luta armada tinha a estrutura de um conto,

começando com uma agressão colonial simbólica (o massacre de Mueda, que corresponde a outros fenômenos idênticos como o massacre de Pidjiguiti em 1959, para Guiné-Bissau, ou a vaga de repressão que se seguiu ao assalto da prisão de Luanda em fevereiro de 1961, para Angola), seguido pelo ‘primeiro tiro’ disparado pelos guerrilheiros nos colonialistas, e desdobrando como uma estória heroica na

qual o movimento livrou-se dos reacionários e adquiriu uma crescente pureza revolucionária (2010, p. 3).

Coelho mostrou também como a narrativa tomou uma forma mítica. De acordo com Coelho, a estória é baseada em séries de oposições binárias (colonialismo versus revolução, reacionários versus revolucionários, civis versus militares, rural versus urbano” (Ibidem). O historiador João Paulo Borges Coelho observa que, apesar da centralidade da narrativa da luta armada para a construção da identidade nacional, a FRELIMO, na sua transmissão, privilegiou a oralidade em detrimento da escrita.

Nos 35 anos da independência, nenhuma tentativa foi feita para registrá-la na forma escrita. Se nós excluirmos os discursos fragmentários de Samora Machel, ocasionalmente publicados pela FRELIMO e os canais de informação e propaganda do Estado, ou nos jornais nos dias de celebração especial, não há história oficial escrita da saga da libertação. Como é que isto deveria ser entendido? (Coelho, 2011, p. 4)

Em Moçambique, algumas pessoas ganham uma influência especial na produção da memória da luta armada em virtude da sua posição durante e depois da luta armada. Uma das pessoas mais influentes no período pós-guerra foi Samora Machel. Machel foi chefe do Departamento de Defesa e, depois da morte de Eduardo Mondlane, foi nomeado Presidente da FRELIMO. Samora Machel dirigiu a FRELIMO até a independência de Moçambique e, em 1975, foi indicado para o cargo de Presidente da República Popular de Moçambique. Outros, como, por exemplo, Alberto Chipande, tinham um interesse especial no desenvolvimento de narrativas, uma vez que as narrativas eram sobre eles. Na história oficial da FRELIMO, Alberto Chipande é idolatrado como o homem que deu o primeiro tiro para o início da luta armada de libertação nacional. No primeiro Governo pós-independência, Chipande foi nomeado para o cargo de Ministro da Defesa Nacional.

Para Coelho, o número reduzido de vozes capazes de contar a história confere uma grande coesão, coesão essa reforçada pela disciplina militarizada da FRELIMO (Ibidem, p. 5). Apesar de concordar com a argumentação de Coelho de que a existência de “guardiões da verdade” confere coesão à narrativa histórica da FRELIMO, acredito que é preciso também analisar as questões relativas à transmissão da memória da luta armada a partir de uma perspectiva histórica. A memória da luta armada foi produzida num contexto social e histórico de construção da nação e da identidade coletiva. Os combatentes da luta armada eram retratados como autênticos carregadores do espírito de heroísmo ativo e portadores de certos princípios e valores, tais como, a luta contra o racismo, a luta contra a exploração, a

emancipação da mulher, forjados durante a luta armada e, especificamente, nas zonas controladas pela FRELIMO. Como afirmou Jorge Rebelo (2006, p. 370), “a luta armada foi uma escola. Não era só disparar. Foi luta política e militar”. Os combatentes da luta armada tornaram-se o modelo de um novo tipo de homem que a nova nação deveria produzir, - “o homem novo” -, e fonte de legitimação.

O historiador João Paulo Borges Coelho (2010, 2011), defende que apesar da narrativa histórica da FRELIMO não perder a sua centralidade na sociedade, ela está se fragmentando. Elementos-chaves da narrativa começam a ser questionados. Um dos elementos centrais dessa narrativa, “o primeiro tiro”, está sendo questionado, “algo que”, escreve Coelho, seria impensável desafiar há alguns anos atrás” (2010, p. 9).

### 1.5 Comemorações oficiais do Estado

No âmbito da sua dissertação de mestrado com o título “Negotiating social memory in postcolonial Mozambique: the case of heritage sites in Mandhlakazi District”, que procurava analisar a contestação, construção e negociação da memória social, envolvendo o Estado pós-colonial de Moçambique, elites e grupos sociais subalternos, Inguane (2007) fez uma pesquisa etnográfica sobre a cerimônia do 87º aniversário de Eduardo Mondlane. Inguane observou o uso constante de *slogans* do partido FRELIMO através de canções e discursos o que, segundo ele, não deixava claro se tratava do aniversário de Eduardo Mondlane ou de uma celebração do partido FRELIMO. Na mesma linha, Santos (2007) observou as celebrações do 7 de abril, “Dia da Mulher Moçambicana”, em Mocímboa da Praia, na Província de Cabo Delgado. Enquanto os *makondes*, do interior, participaram na guerra e viveram nas zonas libertadas, os *mwani*, do litoral, viveram nos aldeamentos coloniais e, alguns deles fizeram parte da administração portuguesa. Durante o seu trabalho de campo, ela notou que os *mwani* eram os únicos que tinham boas lembranças da administração colonial e descreviam a vida na cidade no tempo da guerra. Durante a celebração do “Dia da Mulher Moçambicana”, Santos observou como a comemoração enfatiza a experiência dos *makondes* e exclui e silencia as experiências dos *mwani*. De acordo com Santos (2007, p. 20): “Estes que não podem reivindicar a sua participação na luta de libertação, ou pior, que estiveram alinhados com os poderes coloniais, foram marginalizados nas representações da nação e do seu povo. Sua



experiência nunca é apresentada, e a parte que eles jogaram durante a luta de libertação é negada”.

### 1.6 A comemoração oficial da oposição

No seu texto “The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique”, publicado em 2013, Igreja analisou o impacto legal da decisão da RENAMO de construir o monumento de André Matsangaíssa na cidade da Beira, e como a edificação do monumento repercutiu no processo de descentralização democrática no país. Importa referir que até 1998, a administração pública em Moçambique era feita de forma centralizada. Em 1997, a AR promulgou a lei 2/97, que aprova o quadro jurídico para a implantação das autarquias locais em Moçambique. De acordo com a lei 2/97, as autarquias locais são os municípios e as povoações. Enquanto os municípios correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas, as povoações correspondem à circunscrição territorial da sede do posto administrativo. A lei prevê ainda a realização de processos eleitorais para a eleição do Presidente do Conselho Municipal e membros da Assembleia Municipal. Tanto o presidente assim como os membros da assembleia municipal são eleitos para um mandato de cinco anos.

Nas eleições autárquicas de 2003, a RENAMO-UE, uma coligação da RENAMO e alguns partidos sem assento na AR, venceu as eleições na cidade da Beira. Com o voto majoritário da bancada da Renamo-UE, a AMB aprovou, em 2007, uma proposta do CMB que propunha a alteração do nome de uma praça, localizada no bairro da Munhava, para o nome de André Matsangaíssa, primeiro Comandante da RENAMO, e a construção de um monumento em sua homenagem, na mesma praça. De acordo com Igreja (2013, p. 183), a FRELIMO reagiu desfavoravelmente e apresentou um recurso legal no TA e, a sua bancada, na AR, propôs a alteração de alguns aspectos da lei 2/97. Igreja defende que o partido no poder concedeu à RENAMO o direito de participar politicamente, mas recusou a sua tentativa de mudar a versão da história oficial do país. (Idem, Ibidem, p. 186).

## 1.7 Trabalho de memória nas comunidades afetadas pelo conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO

Refletindo sobre abordagens de cura e reconciliação pós-conflitos violentos, os trabalhos de Honwana (1998) e Igreja (2008) mostram como estratégias de esquecimento coletivo são muito populares nas comunidades rurais afetadas pela guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Comunidades rurais usam vários rituais tradicionais para ajudar a tratar do conflito armado e iniciar o processo de reconciliação. Um dos rituais destacado por Honwana (1998), no seu artigo “Sealing the past, facing the future: trauma healing in rural Mozambique” foi o *Ku femba*, usado para pacificar os espíritos *Mpfhukwa*. O *Mpfhukwa* são espíritos de combatentes e civis assassinados durante a guerra e que não receberam os rituais de enterro para que repousassem convenientemente depois da morte. Se forem maltratados em vida, estes espíritos podem atormentar, provocar doenças e matar, não apenas quem os tratou mal quando estavam no mundo dos vivos, mas também seus familiares. A ira dos espíritos *Mpfhukwa* também pode se estender à pessoas que cruzam o seu caminho. Foi isso que aconteceu numa estrada ligando a localidade de Munguine e a vila da Manhiça, na Província de Maputo. A comunidade pediu à um espirita *Tinyanga* da Província de Manica para apanhar o espírito *Mpfhukwa* de um guerrilheiro da RENAMO, que estava impedindo as pessoas de transitarem pela estrada. A população local contribuiu com dinheiro e capulanas<sup>5</sup> para a realização do ritual.

Nas áreas rurais, muitas famílias afetadas pela guerra têm também realizado rituais de limpeza para purificar e proteger seus parentes das experiências traumáticas que eles viveram durante o conflito. Um dos exemplos trazidos por Honwana (1998), no seu texto, é a cerimônia de purificação de Paulo, um menino de 9 anos que foi raptado pelos combatentes da RENAMO para fazer parte da guerrilha. Baseada na observação deste ritual de purificação, Honwana concluiu que, por um lado, o trauma é percebido como uma aflição coletiva, pois ele afeta não apenas o indivíduo, mas os seus parentes vivos e mortos; por outro lado, o caso do Paulo mostra que práticas de cura costumeira promovem um corte com os traumas do passado. Segundo Honwana, o objetivo da cerimônia de purificação não é ignorar o trauma do passado, mas reconhece-lo simbolicamente antes de fechá-lo firmemente e enfrentar o futuro.

---

<sup>5</sup> Vestimenta tradicional.

Na mesma direção, Igreja, Dias- Lambranca e Richters, realizaram pesquisa no distrito de Gorongosa, na Província de Sofala. É importante destacar que era no distrito de Gorongosa onde se localizava o quartel-general da RENAMO. No texto “*Gamba spirits, gender relations, and healing in post-civil war Gorongosa, Mozambique*”, os autores descreveram a cerimônia de cura dos espíritos *gamba*. Espíritos *gamba* são, geralmente, espíritos de soldados que morreram durante o conflito. Seus corpos não foram enterrados apropriadamente e, eles regressam ao mundo dos vivos para fazer justiça. A preferência destes espíritos são corpos de mulheres com experiências, pessoais ou familiares, de sofrimento extremo, como, por exemplo, infertilidade, e cujos parentes estiveram envolvidos no assassinato destes combatentes. Estes espíritos preferem conversar com os curandeiros usando o corpo das vítimas. Durante a cerimônia de diagnóstico e cura, parentes da mulher possuída pelo espírito *gamba* reconhecem o delito do passado do seu familiar e declaram que estão dispostos a cumprir as exigências do espírito. Os autores defendem que essa sessão de cura é um tipo de reencenação de memórias coletivas que força os sobreviventes da guerra em Gorongosa a tratar das memórias da guerra entre o Governo e a RENAMO.

A narrativa dominante da luta armada tem sido desafiada por acadêmicos, nacionais e estrangeiros, desde o início dos anos 2000. Estes têm trazido, nos seus trabalhos, novas interpretações ou narrativas alternativas da luta armada que durante muito tempo permaneceram marginalizadas. Há poucos estudos que focam na forma como rituais e práticas comemorativas contribuem para a construção de interpretações específicas do passado nacional no presente. O trabalho de Santos (2007) é uma exceção. Contudo, como eu pude observar, pesquisas sobre eventos comemorativos e construções de monumentos que se realizam em áreas experimentando conflito político ou mudanças políticas estão faltando. Na cidade da Beira, monumentos e comemorações tornaram-se as principais ferramentas através das quais o novo Governo do CMB mostrou aos cidadãos da cidade da Beira o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido do período da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Um exemplo famoso de renomeação de espaço público, e que gerou acesos debates, não só na cidade da Beira, foi a Praça 2314, que foi renomeada como Praça André Matsangaíssa, no dia 17 de outubro de 2008. Esta tese procura adicionar-se ao debate sobre as comemorações e construções de monumentos em lugares experimentando conflito ou mudanças políticas.

## 2 HEROIFICAÇÃO DA LUTA ARMADA

Neste capítulo eu analiso o conteúdo da narrativa que a FRELIMO fez da história de Moçambique desde o início da luta anti-colonial.

### 2.1 A história da luta armada por seus diversos atores

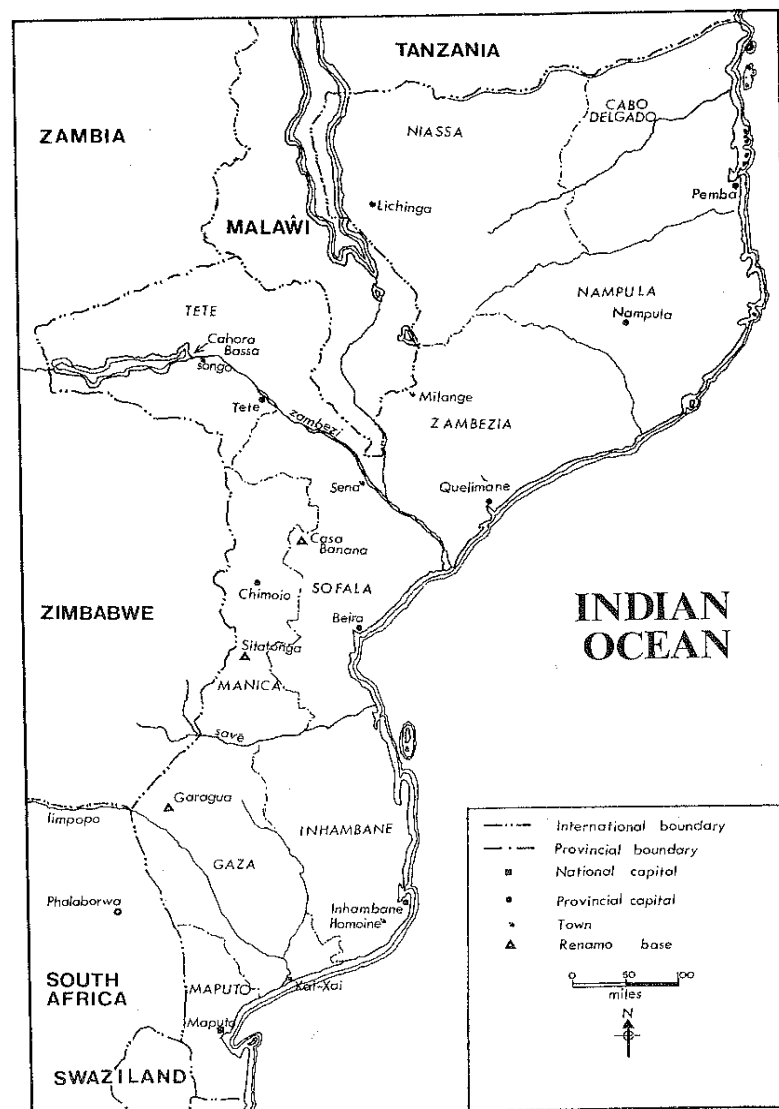


Figura 1: Mapa de Moçambique (Fonte: Vines)

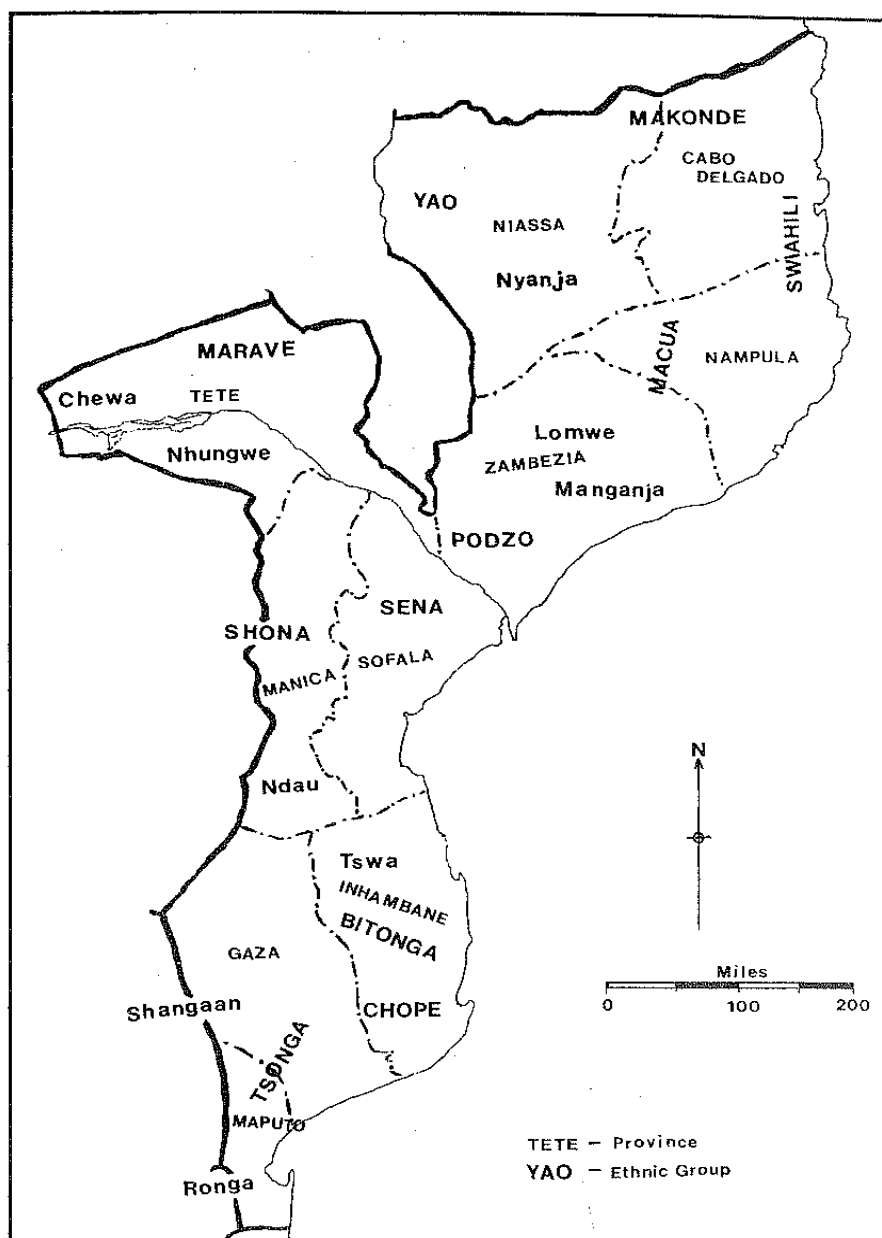


Figura 2: Grupos etno-linguísticos de Moçambique e províncias (Fonte: Vines)

Para o Governo português, Moçambique era uma Província Ultramarina, portanto, parte integrante do território português. Uma vez que as autoridades portuguesas proibiam a existência de partidos políticos, com a exceção do partido governamental, a União Nacional, as primeiras organizações nacionalistas moçambicanas foram criadas no exílio. No dia 18 de outubro de 1960, inspirada no NDP, um partido nacionalista dirigido por Joshua Nkomo, foi

criada a UDENAMO, em Bulawayo, na Rodésia do Norte<sup>6</sup>. Diferentemente de Portugal, o Governo do Reino Unido tolerava as atividades políticas dos partidos nacionalistas nas suas colônias. Os membros da UDENAMO eram majoritariamente emigrantes das regiões sul e centro de Moçambique. Adelino Gwambe foi eleito Presidente e, Fanuel Mahluza, Vice-Presidente. Outras lideranças da UDENAMO eram Calvino Mahlayeye (Secretário-Geral) e Jaime Sigaúque (Secretário da Organização). Em 1961, o reverendo Uria Simango, que presidia a PEAA, em Salisbury<sup>7</sup>, foi convidado à fazer parte da UDENAMO. Simango formou-se como pastor num curso teológico em Rikatla, Lourenço Marques, na década 50, e encontrava-se em Salisbury desde cerca de 1958 (Liesegang e Tembe, 2005). Temendo que os membros da UDENAMO fossem presos pela PIDE-DGS, Joshua Nkomo aconselhou-lhes a mudaram-se para a Tanganyika<sup>8</sup>, que se encontrava num período de transição para a independência. Em março de 1961, uma parte dos membros da UDENAMO transferiu-se para a capital da Tanzânia, Dar-es-Salaam, onde a MANU já estava instalada. Constituída majoritariamente por emigrantes *makondes* no Quênia e na Tanzânia, a MANU instalou-se em Dar-es-Salaam em fevereiro de 1961. O seu escritório funcionava numa das salas da sede da TANU. O Presidente da MANU era Mattew Mmole, um moçambicano que nasceu e fez a sua formação académica na Tanzânia (Idem, Ibidem). Outras lideranças importantes eram Lawrence Millinga, Samly Diankali e Daud Atupali. Em abril de 1961, Adelino Gwambe convidou Marcelino dos Santos, na altura Secretário-Geral da CONCP, para a UDENAMO, e nomeou-lhe Secretário das Relações Exteriores.

Ainda nesse ano, as duas organizações iniciaram contatos com vista à sua unificação, mas estes foram inicialmente bloqueados pelos membros da TANU, que tinham esperança de anexar Cabo Delgado em caso de uma futura independência. Fanuel Mahluza lembra que os encontros entre a MANU e a UDENAMO eram sempre presenciados pelos membros da TANU. Ele explica que para os membros da MANU, Moçambique era apenas Cabo Delgado: “Os da MANU diziam aos tanzanianos que quando Moçambique ficar independente, referindo-se à Cabo Delgado, porque eles não conheciam Moçambique todo” (1998). Outra razão para o bloqueio do processo de unificação pela TANU, tem a ver com as constantes

---

<sup>6</sup> Atual Zâmbia. O país tornou-se independente do Reino Unido no dia 24 de outubro de 1964. Por questões de uniformidade, adotarei a designação Zâmbia, não diferenciando se estou me referindo ao período colonial ou pós-colonial.

<sup>7</sup> Atual Harare, capital do Zimbabué.

<sup>8</sup> Atual Tanzânia. Uniformemente, adotarei a denominação Tanzânia, não distinguido se estou me referindo à colônia britânica ou ao país independente. A independência da Tanzânia deu-se a 8 de dezembro de 1961.

desavenças entre Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, e Adelino Gwambe, que era aliado do Presidente do Gana, Nkwame Nkrumah. Na altura, Nkrumah e Nyerere disputavam o protagonismo do nacionalismo africano. Além do mais, Gwambe defendia publicamente a necessidade de uma luta armada enquanto Nyerere advogava uma solução negociada, como ocorreu com a Tanzânia (Liesegang e Tembe, 2005; Ncomo, 2004).

Durante a conferência “All African Freedom Fighters Conference” que decorreu em Acra, capital do Gana, de 30 de maio a 2 de junho de 1962, as duas organizações chegaram a um acordo em relação à sua fusão e à criação da Frente de Libertação de Moçambique. Da MANU estiveram presentes Mattew Mmole, Samly Diankali, e Daud Atupali, e da UDENAMO, Fanuel Mahluza, Calvinho Mahlayeye, Marcelino dos Santos e Adelino Gwambe. Mahluza (Ibidem) recorda que foi ele quem propôs o acrônimo FRELIMO e que a sua criação foi anunciada posteriormente aos órgãos de informação que se encontravam na capital ganense. O relato de Mahluza é corroborado por Lopes Tembe, outro membro fundador da UDENAMO. De acordo com Tembe, “após o termo da Conferência, os dois movimentos anunciaram ao povo moçambicano, a África e a todo o mundo o desejo do povo moçambicano em criar uma frente unida designada por Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), através da Declaração assinada em Accra” (2012, p. 59).

No dia 14 de junho, os membros da UDENAMO e da MANU regressaram à Tanzânia onde encontraram Baltazar Changonga, líder da UNAMI. Changonga deslocou-se à Tanzânia para reivindicar a inclusão da sua organização na FRELIMO. A UNAMI foi criada no Malawi, em 1961. Os membros dessa organização provinham do centro do país. Para além de Baltazar Changonga, outra liderança importante da UNAMI era Evaristo Gadaga. Neste encontro, os três movimentos acordaram que a conferência para a sua unificação seria realizada entre os dias 23 e 25 de junho.

De acordo com Mahluza, havia um forte ceticismo em relação à capacidade de Adelino Gwambe de liderar o movimento, devido à sua idade. Na altura, Gwambe contava com 21 anos de idade. A “inelegibilidade” de Gwambe obrigou os dirigentes da UDENAMO à procurar um outro candidato do sul do país com prestígio a nível internacional. É assim que Fanuel Mahluza e mais outros membros da UDENAMO, nomeadamente, Lopes Tembe, Calvinho Malhayeye e João Munguambe, escreveram, no início de junho, uma carta para Eduardo Mondlane, que tinha acabado o seu doutorado em Sociologia e Antropologia nos EUA, e trabalhava na ONU.

Segundo Lopes Tembe, a primeira vez que eles ouviram falar de Eduardo Mondlane foi através de uma matéria de um jornal publicado em Dar-es-Salaam. A matéria, de maio de 1962, mencionava que Eduardo Mondlane tinha apresentado, em Nova Iorque, uma petição à Comissão da ONU para a descolonização das então colônias portuguesas. Tembe recorda que:

Ao lermos sobre esta petição nos jornais de Tanganyika ficámos muito emocionados. Muitos de nós não conheciam Eduardo Mondlane. Porém Filipe Magaia conhecia-o de Lourenço Marques e descreveu-nos o seu perfil. Perante grande júbilo e orgulho de vermos um moçambicano daquele calibre, juntámos esforços para tentar trazê-lo a Dar-es-Salaam para se encontrar conosco, tendo reunido fundos com contribuição de meio *xelin*<sup>9</sup> por cada membro para envio de respetivo convite por telegrama” (Ibidem, p. 57).

De acordo com Mahluza, na carta, escrita em *tsonga*, alertaram-lhe do perigo de uma liderança *ndau* na FRELIMO, através da figura de Uria Simango. Mahluza (2000) contou que: “Fiz porque algo no íntimo me dizia que a liderança da frente tinha de ser feita por um *tsonga*”. No dia 7 de junho, Mondlane chega à Dar-es-Salaam, integrado no programa da ONU para as colônias de África, Ásia, América e Caraíbas, que visava auscultar os refugiados sobre a situação política dos seus países. No dia 15 de junho, Mondlane encontrou-se com Gwambe e outros membros da UDENAMO, UNAMI e MANU, para definirem as modalidades da unificação. No dia seguinte, Gwambe deslocou-se à Índia para participar na Conferência Mundial da Paz. No dia 17 de junho, Mondlane recebeu o cartão de membro da UDENAMO para poder participar na conferência. Como narra Lopes Tembe (Ibidem, p. 60):

Na Conferência da unidade devia-se organizar as eleições e os candidatos deviam fazê-lo através dos partidos. Porém, Eduardo Mondlane não se tinha afiliado a nenhum partido. Na véspera da eleição tinha de se fazer um arranjo para Mondlane ter um cartão que lhe permitisse inscrever-se para concorrer às eleições. Assim, recebeu o cartão da UDENAMO onde a maioria dos membros já o conhecia e, através desta organização, participou como candidato à presidência da FRELIMO.

Adelino Gwambe regressou à Dar-es-Salaam no dia 23 e, no mesmo dia, teve uma reunião com Eduardo Mondlane. Nessa reunião ficou claro que as suas posições em relação ao caminho para a independência eram irreconciliáveis. Contrariamente à Adelino Gwambe, Eduardo Mondlane defendia a realização de negociações com Portugal, com a intervenção do governo americano. Fora do pleito eleitoral, e contrariado coma situação, Tembe recorda que “Gwambe afastou-se do grupo juntamente com alguns membros da UDENAMO” (Ibidem).

Nos dias 23 a 25 de junho, em Dar-es-Salaam, realizou-se a reunião para a unificação da MANU, UDENAMO e UNAMI na FRELIMO, e para a eleição do presidente da

---

<sup>9</sup> Moeda tanzaniana.



organização. Se, por um lado, Adelino Gwambe não participou na conferência, por outro lado, Baltazar Chagonga, Presidente da UNAMI, defendia que a filiação do seu movimento na FRELIMO não implicava necessariamente o desaparecimento da sua organização. Eduardo Mondlane foi eleito Presidente da FRELIMO e, Uria Simango, seu vice. Para além destas duas figuras, integravam também a direção da FRELIMO: David Mabunda (Secretário-Geral; ex- UDENAMO); Paulo Gumane (Secretário-Geral Adjunto; ex- UDENAMO); Matthew Mmole (Tesoureiro; ex- MANU); Marcelino dos Santos (Secretário das Relações Exteriores; ex- UDENAMO); e Fanuel Mahluza (Secretário Adjunto das Relações Exteriores; ex- UDENAMO).

Em agosto de 1962, Matthew Mmole e Lawrence Millinga foram expulsos da FRELIMO pelo Comitê Central. Matthew Mmole acusou a direção da FRELIMO de favorecer os indivíduos do sul de Moçambique, que ocupavam as posições mais privilegiadas dentro da organização. O Comitê Central da FRELIMO era o órgão máximo do movimento nos intervalos entre os congressos. Este órgão central devia realizar pelo menos uma reunião plenária a cada seis meses. Eram membros do Comitê Central, o presidente, vice-presidente, e os secretários dos departamentos.

De 23 a 25 de setembro de 1962, realizou-se o Iº Congresso da FRELIMO que confirmou Eduardo Mondlane e Uria Simango como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A única alteração de vulto na composição da direção foi a “eleição” de Leo Milas para o cargo de Secretário da Informação, possivelmente, por indicação pessoal de Eduardo Mondlane. Depois do congresso, a liderança da FRELIMO ausentou-se de Dar-es-Salaam. Enquanto Eduardo Mondlane retornou à Nova Iorque, Uria Simango deslocou-se ao Congo. É neste momento que começam os primeiros conflitos dentro da FRELIMO por conta das constantes ausências de Eduardo Mondlane<sup>10</sup>, da nomeação de Marcelino dos Santos para o cargo de Secretário das Relações Exteriores, e da escolha do país para a preparação da luta armada. Alguns moçambicanos negros implicavam com Marcelino dos Santos pelo fato de ser mulato e exigiam a sua expulsão da FRELIMO, alegando que ele era um cabo verdiano (Vines, 1991; Liesegang e Tembe, 2005). Em relação às discussões sobre o país para a preparação da luta armada, Chissano (Apud Liesegang e Tembe, 2005), lembrou que alguns membros da FRELIMO tinham preferência pela União Soviética, outros pela Jugoslávia ou China. Uma outra opção dos membros da FRELIMO, segundo Chissano, era um país africano. Posto ao corrente dos acontecimentos em Dar-es-Salaam, Eduardo Mondlane enviou

---

<sup>10</sup> Mondlane lecionava Sociologia e Antropologia na Universidade de Syracuse.

Leo Milas para acalmar a situação. Milas, que chegou em Dar-es-Salaam em novembro, dizia que era filho de moçambicanos e que foi ainda criança para os EUA, onde fez o mestrado em Língua Romana na Universidade da Carolina do Sul<sup>11</sup> (Opello Jr, 2007, p. 73). Porém, Chissano afirma que “a chegada de Milas foi outro foco de conflito” (Apud Liesegang e Tembe, 2005, p. 12). Em dezembro de 1962, Leo Milas foi espancado por cerca de 30 membros da FRELIMO (Vines, 1991). Em janeiro de 1963, vários membros da direção da FRELIMO, tais como, o Secretário-Geral, David Mabunda, o seu adjunto, Paulo Gumane, Joel Gudwana (também conhecido por Maduna Xinana) e João Munguambe, Secretário do Departamento de Defesa e Segurança, foram expulsos da FRELIMO, acusados de envolvimento no espancamento de Leo Milas.

A expulsão dos membros da FRELIMO implicava o abandono da Tanzânia. David Mabunda e Paulo Gumane, juntaram-se à Adelino Gwambe, em Kampala, Uganda, e recriaram a UDENAMO. Vale lembrar que Adelino Gwambe foi expulso da Tanzânia em 1962. Aurélio Bucuane, membro fundador da UDENAMO, lembra que “Nyerere mandou embora o Adelino Gwambe, e nós ficamos sem crédito. Eu e o Chambal regressamos. O Gwambe desapareceu dali” (Bucuane, 2006, p. 195).

Em Maio de 1963, no Cairo, Egito, a organização foi novamente reconstituída, passando a denominar-se UDENAMO-Monomotapa. Paulo Gumane foi eleito Presidente, tendo Mabunda como Secretário-Geral, e Mahluza, como Secretário de Defesa. Ainda em 1963, a UDENAMO-Monomotapa, a MANU e o MANC se fundiram para formar o FUNIPAMO. Enquanto isso, Matthew Mmole e Laurence Millinga, criaram, no mesmo ano, a UDENAMO-Moçambique.

Em 1963, três movimentos iniciaram a preparação para a luta armada. A FRELIMO enviou dois grupos para receberem treino militar na Argélia. O primeiro grupo era chefiado por Feliciano Gundana, e o segundo, por Samora Machel. Outro contingente, chefiado por Filipe Samuel Magaia, Secretário do Departamento de Defesa e Segurança, recebeu treinamento militar na China. A UDENAMO-Monomotapa enviou Fanuel Mahluza para um curso na União Soviética e outros membros para treinar no Egito, e o FUNIPAMO, mandou doze membros para a China (Liesegang e Tembe, 2005). Em junho de 1964, o MORECO,

---

<sup>11</sup> Leo Milas foi expulso da FRELIMO em agosto de 1962, depois de ter sido descoberta a sua verdadeira identidade. O seu verdadeiro nome era Leon Clinton Aldridge, e ele era de nacionalidade americana. Para Vines, Milas era um agente da PIDE-DGS. Possivelmente, Eduardo Mondlane contratou um detetive privado para investigar o passado de Milas (1991).

UDENAMO-Moçambique, UDENAMO- Monomotapa e a MANU se unificaram e criaram o COREMO, em Lusaka, Zâmbia.

Os primeiros ataques da FRELIMO contra posições portuguesas foram realizados no dia 25 de setembro de 1964. O grupo dirigido por Alberto Chipande, realizou ataque armado em Chai, na Província de Cabo Delgado; Osvaldo Tazama, em Metangunla, na Província de Niassa; Gouveia em Charre, na Província de Tete; e Silva em Tacuane, na Província da Zambézia. Um ano depois, a FRELIMO foi obrigada a encerrar as suas ações armadas em Tete e Zambézia devido à deficiente organização militar, o fraco trabalho com as populações no interior e a intransigência do Governo do Malawi em permitir a circulação de armamento através do seu território (Coelho, 1989). Segundo Vines (1991) e Coelho (1989), o COREMO foi mais ativo militarmente em Tete do que a FRELIMO. Mahluza, Secretário de Defesa do COREMO, recordou que num dos ataques, a sua organização capturou 24 soldados portugueses. De acordo com Mahluza (2000), o “COREMO é quem, efetivamente, lutou em Tete”.

Em dezembro de 1964, a FRELIMO enviou um grupo de guerrilheiros para o sul do país com o objetivo de criar condições para a abertura de uma frente na região. Contudo, esse grupo acabou sendo preso pela PIDE-DGS. Julgado por um tribunal militar, as penas aplicadas ao grupo variaram entre três a cinco anos. Durante a guerra, a PIDE-DGS usou a tortura para obter informação e, deste modo, eliminar a FRELIMO. Os investigadores e agentes da PIDE-DGS atacaram os presos políticos nas duas frentes, fisicamente e mentalmente. Palmatórias e chicotadas eram uma prática comum dentro da sede da PIDE-DGS e em outros centros de detenção. Albino Magaia, antigo preso político, recorda que na Vila Algarve, a sede da PIDE-DGS, existia uma sala própria para espancamentos, denominada *Kula* (cresce, numa das línguas do sul do país): “Desciam-se as escadas, fechavam a porta, torturavam; assassinaram ali muita gente” (2006, p. 43), contou. Como defender a integridade física e preservar a integridade moral? Falar para os investigadores e agentes da PIDE era inevitável.

Enquanto os presos políticos militares foram julgados por um tribunal militar, os civis normalmente ficavam muito tempo encarcerados nas cadeias da PIDE-DGS, sem julgamento. Eles apanhavam aquilo que se chamava de “medidas administrativas”. Esta foi a pena aplicada ao grupo de 75 pessoas presas pela PIDE-DGS em 1965, na Suazilândia, quando se deslocavam à Tanzânia para se juntar à FRELIMO. Estas medidas administrativas variavam entre três a quatro anos. Para melhorar a sua condição e aumentar suas chances de sobrevivência, presos políticos delatavam os seus companheiros. Uma forma de colaboração

diária era escrever no jornal *Ressurgimento* em troca de algumas vantagens. Como apontou um antigo preso político: “A estas pessoas que se submetiam a escrever no jornal a PIDE melhora a alimentação, passavam a dormir, podiam ler” (Chivite, 2006, p. 578). No *Ressurgimento*, distribuído fora dos presídios, os presos políticos escreviam que se arrependiam da sua militância e classificavam as ações da FRELIMO como terrorismo. Intelectuais moçambicanos, brancos e negros, gozavam de certos privilégios, tais como melhores lugares para dormir, alimentação, cuidados de saúde, livros, visitas, julgamento formal e acompanhamento jurídico. Segundo Albino Magaia:

O tratamento que davam ao Rui Nogar não era o tratamento que nos davam a nós. Mas também deram tratamento de favor ao Dr. Arouca. Também este tinha livros na cadeia. Havia um processo seletivo, que não ia só pela cor da pele, ia também pelo estatuto civil do preso. O Dr. Arouca não era branco, mas era casado com uma senhora branca e era doutor, portanto o tratamento era outro (2006, p. 45).

Em outubro de 1966, Filipe Samuel Magaia, Secretário de Defesa e Segurança da FRELIMO, morreu em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas. Apesar do anúncio da direção da FRELIMO de que Magaia morreu em combate no interior de Moçambique, alguns indivíduos do centro e norte do país acreditavam que Magaia tinha sido assassinado por um combatente do sul de Moçambique, por ordem dos dirigentes da mesma região (Opello Jr, 2007). Embora tivesse o sobrenome Magaia, predominante no sul do país, os seus pais eram naturais da Província da Zambézia, onde ele nasceu. O sobrenome Magaia foi-lhe atribuído por um pai adotivo (Liesegang e Tembe, 2005). Vale lembrar que durante a guerra, as pessoas naturais das províncias do sul, isto é, abaixo do rio Save, eram consideradas do “sul” enquanto que aqueles indivíduos que nasciam nas províncias do centro, acima do rio Save, eram identificados como sendo do “norte”. Depois da morte de Filipe Samuel Magaia, a direção da FRELIMO extinguiu o Departamento de Defesa e Segurança, e criou dois novos departamentos: o Departamento de Defesa, dirigido por Samora Machel, e o Departamento de Segurança, chefiado por Joaquim Chissano. De acordo com Oppedo Jr (2007), os indivíduos do centro e norte do país perceberam a nomeação de Machel, do sul de Moçambique, como uma estratégia do grupo do sul para continuar a dominar o movimento. Para eles, o sucessor lógico de Filipe Samuel Magaia deveria ser Casal Ribeiro, um indivíduo do norte, que desempenhava a função de Vice- Chefe do Departamento de Defesa e Segurança.

Em 1967, instalou-se uma crise no Instituto Moçambicano, uma instituição de ensino da FRELIMO dirigida por Janet Mondlane, esposa de Eduardo Mondlane. Os estudantes do colégio da FRELIMO exigiam a retirada dos professores brancos do instituto e contestavam a

decisão da direção da FRELIMO que os obrigava a fazer treino militar. Eles argumentavam que tinham se juntado à FRELIMO apenas para fazerem a sua formação acadêmica. Para Polly Gaster, voluntária inglesa, que desempenhou a função de Secretária de Administração no Instituto Moçambicano, os estudantes eram incentivados pelo Padre Mateus Gwenjere, professor moçambicano do instituto. Natural da cidade da Beira, Mateus Gwenjere juntou-se à FRELIMO nos finais de 1967. Nas palavras de Polly Gaster:

Era ele que estava a dizer aos estudantes para não irem ao sul ou norte, que eles tinham direito à bolsas. Gwenjere dizia que eles estavam sendo mandados para morrer nas zonas libertadas enquanto os brancos ficavam em Dar-es-Salaam. Como disse Marcelino dos Santos, no lançamento do livro memórias do Hélder Martins, *Porquê Sakrani? - memórias dum médico numa guerrilha esquecida*, em 2001, foi a chegada do Hélder Martins que obrigou a FRELIMO a pensar sobre quem é moçambicano, porque Hélder Martins foi o primeiro branco que apareceu dizendo que queria estar na luta. Então a FRELIMO já tinha as suas posições, já tinha decidido que moçambicanos eram de todas as cores. (Entrevista, 12/8/2009).

Outro embate entre o Padre Mateus Gwenjere e a direção da FRELIMO era em relação à duração da guerra. A direção da FRELIMO defendia que a guerra só terminaria quando o Governo português reconhecesse a independência de Moçambique. Esta posição era contrariada pelo Padre Mateus Gwenjere, que defendia que o movimento nacionalista deveria atacar locais importantes, como, por exemplo, Cabo Delgado, declarar a sua autonomia e pedir apoio internacional. Um antigo estudante do Instituto Moçambicano narra que a ruptura definitiva entre o Padre Mateus Gwenjere e Eduardo Mondlane deu-se em dezembro de 1967. No seu discurso de final de ano, Eduardo Mondlane avisou que a guerra contra o Governo português seria “longa e demorada”. Mateus Gwenjere pediu a palavra e disse que não acreditava nessa estratégia de guerra da direção da FRELIMO, argumentando que isso só traria mais sofrimento e dor aos moçambicanos no interior de Moçambique (Truzão, 2011).

Em março de 1968, o Governo tanzaniano decidiu expulsar do país os cidadãos brancos da FRELIMO. Nas suas memórias, “Porquê Sakrani? – memórias dum médico numa guerrilha esquecida”, o médico Hélder Martins demonstrou como a questão rática era um dos principais motivos de conflito dentro da FRELIMO. Martins desertou da Marinha de Guerra portuguesa para se juntar à UDENAMO, em 1961. Na FRELIMO, Martins trabalhou durante muito tempo no Departamento de Saúde. De acordo com ele, haviam membros do Comitê Central que não queriam a presença de brancos neste órgão. Apesar de ser o único médico na organização, em 1962, Martins nunca chegou a assumir o cargo de Chefe do Departamento de Saúde. Durante vários anos, o departamento foi dirigido por Francisco Sumbane, um socorrista das minas da África do Sul, que mal sabia ler e escrever, pois tinha apenas a

terceira classe rudimentar. Vale lembrar que, de acordo com os estatutos da FRELIMO, os chefes de departamento eram automaticamente membros do Comitê Central. Ele conta que teve uma conversa com o Presidente da FRELIMO na qual,

Mondlane explicou-me que, naquela altura, ainda não estavam as condições maduras no seio da FRELIMO para que se aceitasse um branco como Chefe de Departamento, pois que automaticamente seria membro do Comité Central. Apesar de que eu já me encontrava na Tanzânia há um ano e meio e já tinha criado simpatias, não havendo reservas em relação à minha pessoa, a verdade é que no Comité Central havia pessoas que não queriam um branco naquele órgão. Talvez tivessem medo que ele viesse a ser conhecedor de segredos militares! Fez uma proposta que, da minha parte foi prontamente aceite, para que fosse dado à Saúde um estatuto técnico, com uma Direção dos Serviços de Saúde, da qual eu seria o Diretor. Essa Direção dos Serviços de Saúde ficaria diretamente dependente da Presidência da FRELIMO” (Martins, 2001, p. 296).

No dia 9 de Maio, alguns estudantes do Instituto Moçambicano invadiram a sede da FRELIMO armados de objetos contundentes como paus e catanas. Joaquim Chissano, Armando Guebuza e outros dirigentes da FRELIMO, conseguiram fugir, mas Mateus Sansão Muthemba, idoso, foi pego e espancado. Muthemba não resistiu aos ferimentos e perdeu a vida no dia 6 de Junho de 1968 (ARPAC, 2008a).

Entre 20 a 25 de julho de 1968 realizou-se o IIº Congresso da FRELIMO. O local da sua realização trouxe novas tensões dentro da FRELIMO. Enquanto a direção da FRELIMO defendia a sua realização numa das “zonas libertadas” do interior de Moçambique, o grupo de Lázaro Nkavandame defendia que o IIº Congresso deveria ter lugar dentro do território tanzaniano. Filho de uma família rural muito importante, Nkavandame era Secretário Provincial de Cabo Delgado. Importa referir que nas províncias foram criados os Secretariados Provinciais. Um Secretariado Provincial era dirigido por um Secretário Provincial auxiliado por um Comandante Militar. Durante a guerra entre a FRELIMO e o Governo português, estas figuras existiram apenas nas províncias onde a FRELIMO desencadeou ações armadas, nomeadamente, em Tete, (centro de Moçambique), Cabo Delgado e Niassa (no norte).

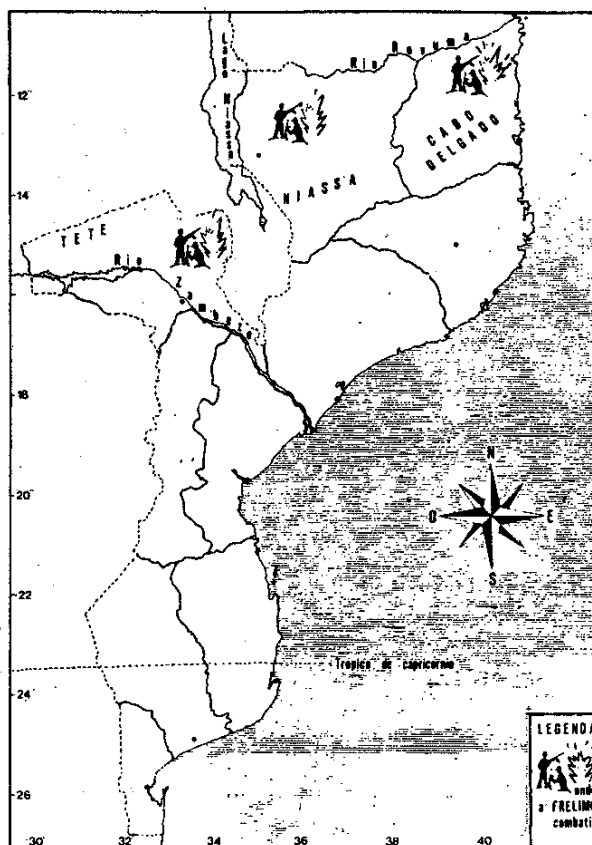


Figura 3: A luta armada em 1968 (Fonte: Inde)

Nkavandame insistia que o IIº Congresso deveria ser realizado na Tanzânia porque acreditava que gozava de algum apoio junto de alguns dirigentes *makondes* da TANU (Opello Jr, 2007). Como a direção da FRELIMO decidiu-se pela realização do IIº Congresso no interior de Moçambique, Lázaro Nkavandame não participou. O IIº Congresso foi realizado em Matchedje, na Província do Niassa. Mondlane e Simango foram reconduzidos aos seus cargos. Depois do congresso, o grupo de Nkavandame bloqueou o acesso ao interior de Moçambique a partir da Tanzânia, impedindo a passagem dos guerrilheiros da FRELIMO para o interior de Moçambique. No dia 22 de dezembro de 1968, Paulo Samuel Kankhomba, chefe das operações na Província de Cabo Delgado, tentou furar o bloqueio montando pelos apoiantes de Nkavandame, na localidade de Mkunya, na Tanzânia, próximo da fronteira com Moçambique. Kankhomba morreu durante os confrontos que se registraram entre o seu grupo e o grupo de Nkavandame (ARPAC, 2008b). Antes de se entregar às autoridades portuguesas, em abril de 1969, Nvakandame envolveu-se num outro conflito com a direção da FRELIMO. Ele e um grupo de seus seguidores apoderavam-se dos excedentes de produção que eram vendidos nas lojas da FRELIMO. Do lado das tropas portuguesas, Nkavandame fazia

propaganda, apelando os *makondes* para deporem as armas e regressarem às suas zonas de origem.

A partir de 1968, as forças armadas portuguesas introduziram os aldeamentos para onde eram deslocadas as populações das áreas de conflito militar ou que apoiavam os combatentes da FRELIMO. Para os militares portugueses, esta estratégia era importante para proteger as populações, impedir o seu contato com os guerrilheiros da FRELIMO e para criar polos de desenvolvimento econômico e social (Cabaço, 2009). Cabaço cita o antigo Diretor da Junta de Povoamento que afirmou que em Tete, Niassa e Cabo Delgado, mais de cinquenta por cento da população vivia em aldeamentos (Idem, *Ibidem*). Os aldeamentos eram protegidos pelos militares portugueses e milícias locais que tinham apenas funções de defesa. A sua administração era feita majoritariamente por pessoal português, auxiliado pelos chefes tradicionais locais.

No dia 3 de fevereiro de 1969, o Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, foi assassinado por uma bomba armadilhada no interior de um livro. A FRELIMO criou um Conselho de Presidência formado por Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel. Em novembro, Silvério Nungu, Secretário Administrativo da FRELIMO, morreu por greve de fome, no interior de Moçambique. Nungu foi enviado para o interior de Moçambique, acusado de desvio de fundos da organização. Amigo pessoal de Simango, Nungu era da etnia *ndau*, o mesmo grupo étnico de Simango. No dia 5 de novembro, Uria Simango publicou o artigo intitulado “Gloomy situation in FRELIMO”, onde acusava Samora Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio Manave, Josina Muthemba, Eugénio Mondlane e Francisco Sumbane, todos do sul do país, de terem morto Silvério Nungu. No seu texto, Simango escreveu que:

Em finais de fevereiro e início de março deste ano, depois da morte do Dr. Mondlane, anterior presidente da FRELIMO, algumas pessoas oriundas do sul do nosso país, entre as quais Samora Moisés Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio Manave, Josina Abiatar Muthemba, Eugénio Mondlane e Francisco Sumbane, tiveram vários encontros na casa de Janet Rae Mondlane, na baía das Ostras. Esta última também tomou parte nas reuniões. Estudaram as circunstâncias que envolveram a morte do Dr. Mondlane como membro da sua tribo, e a questão de quem o teria morto. Janet informou os presentes que Filipe Magaia, Sansão Muthemba e o Dr. Mondlane tinham sido mortos por gente do norte (da Beira ao rio Rovuma) porque estavam contra nós, os do sul. Corrigiram-na, sendo lhe dito que a morte de Magaia tinha sido perpetrada por uma pessoa do sul e não do norte. Discutiram também a forma de se defenderem e salvaguardarem os interesses das pessoas do sul. Ficou assente nas reuniões que Uria Simango Silvério Nungu, Mariano Matsinha e Samuel Dhlakama eram seus inimigos e deviam, portanto, ser eliminados (Simango, 1969).



No dia 8 de novembro do mesmo ano, o Comitê Executivo da FRELIMO expulsou Uria Simango do Conselho da Presidência. É importante referenciar que o Comitê Executivo foi criado em 1968, com a função de auxiliar o Comitê Central. Este novo órgão, que tinha também poder deliberativo, era composto pelos membros do Comitê Central e pelos chefes-adjunto de departamento. A expulsão de Simango foi confirmada na IVª Sessão do Comitê Central, realizada em maio de 1970. No mesmo encontro, o Comitê Central elegeu Samora Machel para o cargo de Presidente da FRELIMO, e Marcelino dos Santos, para Vice-Presidente. Simango exilou-se no Egito onde se juntou ao COREMO, tendo assumido o cargo de Secretário para as Relações Exteriores.

Em 1969, o comando do exército português em Moçambique decidiu recrutar moçambicanos. Estes homens eram recrutados para a tropa normal e durante a sua formação eram selecionados para as unidades especiais. De acordo com Cabaço (2009), em Cabo Delgado foi deliberado que os batalhões deveriam ser compostos por africanos recrutados na região. Depois de um treino de 6 semanas, estes deveriam ser afetos à sua povoação atuando como uma força operacional de reforço. Um alferes e três sargentos chefiariam cada um dos grupos. O treinamento foi iniciado em janeiro de 1970, e as unidades recém-criadas receberam a designação de GEs. Em 1972, com a criação do Centro de Formação de GEs, na vila do Dondo, nas proximidades da Cidade da Beira, o treinamento dos GEs passou a ser centralizado. Porém, os finalistas do curso continuavam a retornar às suas zonas de origem. É a partir desse período que vai se intensificar a africanização do exército português. Para além dos GEs, os moçambicanos eram recrutados para os GEPs e, no final da guerra, para os Flechas, a tropa especial da PIDE-DGS, formada principalmente por antigos guerrilheiros da FRELIMO (desertores e capturados). Valeriano Baúlque foi selecionado para o 6º curso de Comandos em 1971. Furriel, Baúlque permaneceu na 6ª companhia de 9 de agosto de 1972 a 9 de agosto de 1974. Ele conta que no dia 14 de dezembro participou num evento trágico em Wiryamu, na Província de Tete. Acusados de dar apoio aos guerrilheiros da FRELIMO, os aldeões foram brutalmente assassinados pelos agentes da PIDE-DGS e por duas companhias de GEs. Como lembra Baúlque (2006, p. 605) : “Éramos portadores de G3. As populações fugiam, e nós estávamos a envolver, a proteger o trabalho. Quando a população aparecia ali, nada podíamos fazer”.

Em 1972, a FRELIMO abriu a frente de Manica e Sofala e, em 1974, reabriu a frente da Zambézia. Em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, o MAF, composto majoritariamente por capitães do exército português que tinham participado na guerra colonial, depôs o regime ditatorial do Estado Novo. Seguiu-se um período de grande convulsão política, militar e social

que só terminou um ano depois com a realização das eleições legislativas. O vazio de poder criado pelo golpe militar teve repercussões nas colônias portuguesas. Em Moçambique, um grupo de colonos formou um governo interino. Foi durante esse período interino que surgiram vários partidos formados principalmente por antigos membros da FRELIMO e por colonos brancos.

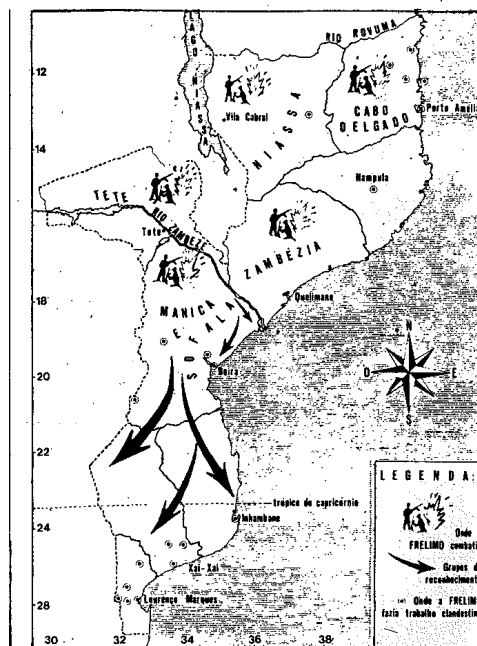


Figura 4: A luta armada em 1974 (Fonte: Inde)

Uria Simango regressou à Moçambique no dia 6 de Julho de 1974. Indagado por um jornalista sobre a exigência da FRELIMO de ser reconhecida pelo governo português como o único movimento com quem deveria negociar a independência de Moçambique, Simango respondeu:

O processo único e capaz de garantir concórdia é todos discutirem o problema e o povo moçambicano decidir democraticamente quem é capaz de o orientar cabalmente. Se o governo português entregar Moçambique, Angola e Guiné a grupos únicos, não será por vontade da maioria. Então, a guerra continuará (Apud Ncomo, 2004, p. 306).

No dia 24 de agosto de 1974, o FRECOMO, de Joana Simeão<sup>12</sup>; o UNIPOMO, de Lázaro Nkavandame; o FREINA, do Padre Mateus Gwenjere; o COREMO de Amós Sumane, um antigo guerrilheiro da FRELIMO; se fundiram e formaram o PCN. Uria Simango foi

<sup>12</sup> Antes de criar o FRECOMO, Joana Simeão fez parte do GUMO e do CNAM.

eleito Presidente. Este partido reivindicava a realização de eleições ou de um referendo, e não a entrega direta do poder à FRELIMO, como esta última exigia.

No dia 7 de setembro de 1974 foi assinado em Lusaka, o acordo para a independência de Moçambique. Em Lourenço Marques, um grupo de colonos brancos, liderado pelo Moçambique Livre, invadiu a Rádio Clube, apelando a intervenção do exército português e a declaração unilateral de independência. O Moçambique Livre foi sucessor do FICO - no sentido literal de ficar-, um grupo formado por colonos brancos, que defendia uma federação com Portugal e o direito de porte de arma para se defenderem contra a FRELIMO. Durante esse período, registraram-se confrontos violentos entre esse grupo de colonos brancos e alguns grupos de africanos moradores da periferia de Lourenço Marques. No terceiro dia da invasão da Rádio Clube, esses grupos de africanos dos bairros periféricos de Lourenço Marques, liderados por antigos comandos do exército português e por antigos presos políticos tomaram a Rádio Clube. Enquanto isso, Simango, Gwenjere e outros dirigentes, pediam a abertura das fronteiras na esperança de que tropas sul-africanas poderiam entrar em Moçambique para apoiar-lhes (Vines, 1991).

## 2.2 A construção da história da história de Moçambique pela FRELIMO

Tendo em conta essas experiências diferentes dos moçambicanos durante a guerra, como é que a FRELIMO estabeleceu a sua versão dos eventos? Neste capítulo eu analisarei o conteúdo da narrativa da FRELIMO da história de Moçambique.

A FRELIMO usou a teoria de luta de classes para explicar os eventos de 1964 a 1974. O período de guerra é denominado luta armada de libertação nacional, que se transformou numa revolução popular, com o objetivo de acabar com a exploração do homem pelo homem e implantar o poder popular em Moçambique. Numa mensagem para os membros da FRELIMO, por ocasião do 10º aniversário da luta armada, Samora Machel estabeleceu a visão da FRELIMO dos eventos:

Nós dizemos frequentemente que no curso da luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em Revolução. Por outras palavras, o nosso objetivo final de luta não era içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não os brancos são eleitos, ou ter

no Palácio da Ponta Vermelha<sup>13</sup> em Lourenço Marques um Presidente preto, em vez dum governador branco. Nós dizemos que o nosso objetivo é conquistar a independência completa, instalar um Poder Popular, construir uma Sociedade Nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos (Machel, 1974a)

Os conceitos de colonialismo e imperialismo são outros maiores componentes da versão da FRELIMO da experiência do período de guerra. Embasada na teoria de luta de classes, esta interpretação sublinha que a luta armada foi uma luta anti-colonialista e anti-imperialista, na qual os portugueses representavam interesses capitalistas e imperialistas. A FRELIMO também descreveu as contradições dentro da organização em termos marxistas, retratando aqueles que contestavam as políticas da direção da FRELIMO, tais como Uria Simango, Mateus Gwenjere e Lázaro Nkavandame, como reacionários, e Eduardo Mondlane, Samora Machel, Marcelino dos Santos, como revolucionários. De acordo com esta visão, com a exceção de uma minoria de reacionários, o povo moçambicano, guiado pela FRELIMO, engajou-se na revolução. Ela sublinha ainda que os reacionários queriam substituir os colonos brancos por africanos, mantendo assim o mesmo sistema de dominação. Interpretando as contradições na FRELIMO, Samora Machel diria que:

Quando no nosso seio, entre 1967 e 1969, o grupo de novos exploradores tinha conseguido em grande medida paralisar a direção e começar a desviar o sentido da nossa luta para implantar de novo uma ditadura de exploradores, foi o povo, o instinto de classe das nossas massas laboriosas que assumindo o perigo que corríamos, deu às forças revolucionárias no seio da direção o apoio decisivo que nos conduziu à vitória. O nosso Poder representa os interesses do nosso povo trabalhador, exprime a nossa vontade de expulsar o colonialismo e o imperialismo e criar uma sociedade nova sem exploração. O nosso poder é a expressão revolucionária da aliança que, defendendo os interesses da nossa classe camponesa e operária, une todas as camadas e grupos sociais, animados de espírito patriótico e democrático: operários, camponeses, trabalhadores das plantações e das serrações, das concessões, trabalhadores das minas e caminhos de ferro, dos portos e indústrias, motoristas e mecânicos, intelectuais, técnicos e funcionários, estudantes e empregados, pequenos e médios comerciantes, etc... O poder que está a nascer traduz esta nova relação de forças que surge no nosso país, favorável à aliança popular. A antiga ditadura da minoria exploradora sobre o povo substitui-se o poder do povo, que se impõe à todas as forças colonialistas e classes reacionárias, o Poder da maioria esmagadora que submete a ínfima minoria e destrói a exploração.

O nosso Poder é diferente na forma e no conteúdo de tudo o que existiu no passado no nosso País. O Poder pertence ao povo, é exercido pelos seus autênticos representantes, para servir os interesses do povo (Idem, Ibidem).

Outra ideia central na interpretação da FRELIMO da guerra é a de “zonas libertadas”. Para a FRELIMO, o conceito de “zonas libertadas” se refere à territórios do país onde não se fazia sentir a presença administrativa e militar portuguesa, e onde a FRELIMO implantou as suas estruturas políticas, administrativas e sociais. A narrativa construída pela FRELIMO

<sup>13</sup> Residência oficial do Presidente da República.

sublinha uma continuidade histórica entre a experiência das “zonas libertadas” e as políticas desenvolvidas pelo novo Estado independente. A FRELIMO atribuiu às “zonas libertadas” uma preocupação com a agenda socialista, como, por exemplo, o estabelecimento do poder popular e o fim da exploração do homem pelo homem. Samora Machel afirmaria que nas zonas libertadas funcionava:

(...) uma forma embrionária do Estado Popular, defensor dos interesses das classes mais exploradas e oprimidas da sociedade. Os novos organismos de Poder continham os princípios da democracia, da participação ampla das massas, dos militantes e dos combatentes na resolução dos problemas da guerra, da produção, do comércio, da educação, da saúde, em suma, da organização da vida coletiva em cada região. O Estado Popular não se encontrava distanciado do Povo nem se impunha a ele. Pelo contrário, ia de encontro às suas necessidades imediatas e aos seus anseios mais profundos de liberdade e democracia. (Apud Peixo e Meneses, 2013, p. 93).

Esta visão constitui aquilo que eu chamaria de versão revolucionária frelimista. Esta visão não apenas glorifica o primeiro Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, como também os combatentes da FRELIMO. É enfatizado que Eduardo Mondlane foi o “fundador da FRELIMO, artesão da unidade nacional” e “pioneiro da nossa Revolução” (Machel, 1975, p. 57). Ela sublinha ainda que elementos reacionários dentro da FRELIMO, dirigidos por Uria Simango, colaboraram com as autoridades portuguesas, na orquestração do assassinato de Eduardo Mondlane.

O camarada Mondlane foi assassinado porque estávamos na ofensiva de clarificação da nossa linha e definição clara da verdadeira natureza do inimigo. Foi esta situação que alarmou o inimigo e cimentou a aliança entre os reacionários, o imperialismo e o colonialismo português. Os reacionários queriam manter um clima de confusão onde pululavam ideias erradas e se bloqueava o processo de formação do pensamento comum (Idem, Ibidem).

Em relação aos combatentes, é sublinhando o seu sacrifício patriótico para libertar o país. Estes combatentes foram descritos como camaradas. A narrativa insiste em episódios específicos da guerra, como por exemplo, o ataque ao posto colonial de Chai, na Província de Cabo Delgado, no dia 25 de setembro de 1964. Essa versão da história da FRELIMO da luta armada atribui à Alberto Chipande a autoria do primeiro tiro.

Na visão da FRELIMO, as revoltas de colonos brancos que se verificaram depois da assinatura do acordo de Lusaka, em Lourenço Marques, Beira, Tete, Quelimane e Nampula, eram uma contra-revolução. Os partidos criados por moçambicanos depois do golpe militar

em Portugal eram retratados como fantoches e colaboradores do governo português. Na sua mensagem por ocasião do golpe de Estado em Portugal, Samora Machel avisaria que:

Vamos assistir à criação e reforço de grupos fantoches colaboracionistas ao serviço do colonialismo, cuja tarefa será a de procurar mostrar que o governo colonialista português está a satisfazer as aspirações do povo moçambicano à independência. Todas estas manobras visam semear a confusão a fim de criar a ilusão de que já somos independentes e que por isso já não devemos lutar. A criação e reforço de grupos fantoches serão acompanhados de intensificação do recrutamento de tropas fantoches tais como os GEs, GEPs, Companhias de Comandos de Moçambique, Flechas e OPV que serão engajados na repressão de forma crescente a fim de mascarar a agressão estrangeira e apresentá-la como guerra civil entre moçambicanos (Machel, 1974b).

### 3 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Depois da independência de Moçambique a FRELIMO se dedicou à construção de uma memória da luta armada. Este capítulo explora as estratégias da FRELIMO para a promoção de uma memória coletiva e coesão social depois da independência.

#### 3.1 Memórias subterrâneas

Nos seus trabalhos, autores como Ncomo (2003), West (2003), Mateus (2006), Coelho (2010, 2011), Meneses (2011, 2015), Meneses e Peixoto (2013), têm mostrado como a narrativa da FRELIMO do período de guerra (1964-1974) silenciou uma diversidade de memórias, como, por exemplo, dos antigos presos políticos, dos dissidentes da FRELIMO, dos membros de partidos políticos rivais, dos soldados moçambicanos alistados no exército colonial e das populações das cidades e dos aldeamentos coloniais.

Na próxima seção, eu tratarei de grupos (e aspetos) que, por diferentes razões tinham problemas específicos em entrar na narrativa histórica da FRELIMO. Alguns caíram no esquecimento, e outros foram silenciados. Portanto, esta seção pretende tratar de lembranças “proibidas” (caso dos atos de violência dentro da organização), indizíveis (caso dos antigos presos políticos) e vergonhosas (caso dos comandos) – coisas que foram esquecidas ou silenciadas porque não se ajustam na versão revolucionária frelimista.

Depois da independência, a FRELIMO iniciou uma espécie de limpeza. Essa limpeza afetou os apelidados de “reacionários”; os antigos presos políticos, também conhecidos pelo apelido “ex-PPs”; e os denominados “comprometidos”.

##### 3.1.1 “Os reacionários”

Como é que a FRELIMO lidaria com homens que reclamavam uma visão de Moçambique diferente da sua?

Durante o período de transição para a independência de Moçambique, Uria Simango e sua esposa, Celina Simango, junto com outros dissidentes da FRELIMO, tais como, Mateus Gwenjere, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Faustino Kambeu, e membros de partidos políticos criados depois do golpe militar em Portugal, como, por exemplo, Joana Simeão, foram presos no centro de preparação político-militar da FRELIMO em Nachingweia, na Tanzânia. Em Nachingweia, a direção da FRELIMO promoveu uma retratação pública de Simango. Para além de Samora Machel, estiveram também presentes os Presidentes Julius Nyerere e Keneth Kaunda, da Tânzania e da Zâmbia, respectivamente. Nesse encontro, Simango disse que tinha conhecimento do plano para o assassinato de Eduardo Mondlane:

O assassinato de Eduardo Mondlane foi organizado pelo engenheiro Jorge Jardim e alguns elementos da PIDE em Moçambique. Eles colocaram a bomba no livro e foi transportada por mensageiros via Tete até à Tanzania. Entregando o livro contendo a bomba juntamente com outra correspondência ao presidente Mondlane. O Nungu (Silvério) sabia que o livro continha a bomba e era para assassinar o presidente (Simango, 1974).

Os “reacionários” foram considerados traidores da pior espécie, porque tinham se aliado aos portugueses. Entre 1977 a 1980, Uria Simango e sua esposa, Celina Simão, Joana Simeão, Mateus Gwenjere, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Faustino Kambeu e outros apelidados de reacionários pela FRELIMO, foram executados sumariamente. Eles foram silenciados.

Em 2006, um cidadão intentou um processo de divórcio litigioso no Tribunal Judicial da Província de Inhambane contra Joana Simeão. O Tribunal Judicial da Província de Inhambane publicou um anúncio na edição de 24 de abril do *Notícias*, jornal de maior circulação em Moçambique, convocando Joana Simeão para se apresentar ao tribunal.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
 TRIBUNAL JUDICIAL PROVINCIAL DE INHAMBANE  
 ANÚNCIO

— Pelo Tribunal Judicial da Província de Inhambane, nos autos de Ação Ordinária Declarativa de Divórcio Litigioso nº 19/05, pendente no Cartório deste Tribunal, movido pelo autor Francisco Joaquim Manuel, natural e residente no Bairro da Liberdade sector "um", desta cidade de Inhambane, contra Joana Francisco Fonseca Simeão, residente em parte incerta, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, que começa a contar depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, com a advertência de que a falta de contestação importa o prosseguimento dos autos os ulteriores termos à sua revelia.

— Para constar se lavrou o presente e mais dois de igual teor, que serão afixados nos lugares que a lei designa.

— Tribunal Judicial da Província de Inhambane, ao 31 de Janeiro de 2006

O JUIZ-PRESIDENTE José António Cândido Sampaio

O Escrivão de Direito Gulamussene Nurmamade Mamade Cane



O “caso Joana Simeão” tornou-se um assunto de debate na imprensa, fazendo ressurgir velhas memórias. Domingos Arouca, antigo preso político, então Presidente do partido FUMO, cursou Direito com Joana Simeão, em Lisboa. Ele afirmou que “só os que a declararam morta podem passar a sua certidão de óbito”. Falando especificamente de Joana Simeão ele disse que: “Foi uma figura que os construtores da Nação moçambicana desperdiçaram”. Era uma mulher demasiado esclarecida. Cheia de convicções e sábia”. Concluindo, ele atirou: “Não há ninguém neste país que não ouviu que a Joana Simeão foi executada” (Arouca, 2006). Vale lembrar que em 2005, Marcelino dos Santos, confirmou, em entrevista, o fuzilamento de Uria Simango, Joana Simeão e outros denominados de “reacionários”. Tratou-se “de justiça porque qualquer um deles se aliou ao colonialismo português”, diria Marcelino dos Santos.

### 3.1.2 Antigos Presos Políticos

Um grupo que depois da guerra foi visto como colaborador foi o dos antigos presos políticos, apelidados de “ex. PPs”. Depois da independência, o discurso oficial manteve um silêncio em relação aos antigos presos políticos. Claudina Ivete Chambal Mboa, antiga presa política, é esposa de Matias Mboa, que também esteve preso durante a guerra. Segundo Claudina, (2006), quando os elementos da FRELIMO entraram em Lourenço Marques, ignoraram totalmente as pessoas que lá se encontravam. As experiências da guerra dos antigos presos políticos desafiavam o enquadramento heroico da narrativa histórica da FRELIMO, que sublinha a prontidão dos combatentes para morrer pela libertação do país. Deste modo, para a FRELIMO, colaboração com a PIDE-DGS era inaceitável. Os antigos presos políticos que sobreviveram nas cadeias da PIDE-DGS foram culpabilizados pela direção da FRELIMO. “Não é por acaso que se diz”, lembra Marcelino dos Santos, antigo Vice-Presidente da FRELIMO, “independência ou morte, venceremos” (2006, p. 446).

Em março de 1978, o Comitê Central da FRELIMO reuniu-se com os antigos presos políticos para avaliar o seu comportamento durante o seu encarceramento nas cadeias da PIDE-DGS. Ou, como colocou Jorge Rebelo, antigo Secretário do DTI, para “saber exatamente quem é quem e o que fez durante o período em que esteve preso” (2000, p. 369). Mas para Muheti Juchua Mbazima, antigo preso político, a reunião tinha como objetivo

dividir os antigos presos políticos e sublinhar que estes não tinham feito a guerra na luta de libertação. Nas suas palavras,

(...) não haveria luta sem trabalho clandestino porque não era possível chegar lá e dizer aos jovens: “vamos, que está ali o armamento!” Isso é estupidez. Houve trabalho clandestino que continuou até a independência.

Nós mostramos o caminho a muitos jovens que, depois, foram à luta.

Mas havia na FRELIMO certas figuras destacadas que não viam com bons olhos (2006, p. 504).

Aurélio Bucuane, preso pela PIDE-DGS na cadeia da Xefina, afirmou que o encontro parecia “um julgamento público” (2006, p. 165). Os antigos presos políticos queriam que o seu sofrimento fosse reconhecido e reivindicavam um estatuto igual ao dos combatentes revolucionários. Matias Mboa, antigo preso político que fugiu com Samora Machel para a Tanzânia, conta que durante a reunião, Machel dirigiu-se para um dos antigos presos políticos e disse-lhe: “Ouvi dizer que alguns de vocês têm casas, aqui em Sommershild”<sup>14</sup> (2006, p. 480), tendo este respondido afirmativamente. Insatisfeito, Machel perguntou se isso era realmente verdade. O antigo preso político respondeu: “Somos gente como os outros. Nós também lutámos” (Idem, *Ibidem*).

As sentenças proferidas pelo “tribunal” variaram amplamente. Alguns presos políticos foram detidos em prisão domiciliária ou nas cadeias onde anteriormente estiveram encarcerados, outros foram mandados inicialmente para o campo de preparação político-militar de Matalane e, posteriormente enviados para os campos reeducação. A sentença de Simione Sambane Chivite foi ir prestar treino militar no centro político-militar de Matalane, para adquirir a experiência militar dos antigos combatentes. Chivite lembra as palavras de Samora Machel no dia de encerramento do curso em Matalane, na Província de Maputo: “Agora vocês são camaradas porque já conhecem a filosofia da FRELIMO, já ferveram na mesma panela que nós. Já somos iguais” (2006, p. 578-579). A mesma sentença foi aplicada à Aurélio Bucuane. Bucuane (2006, p. 165) recordou que foi inicialmente acusado de ter denunciado os 75 moçambicanos presos pela PIDE-DGS na Suazilândia e de ter sido um espião da polícia portuguesa. Para a direção da FRELIMO, era estranho o fato de Bucuane ter conseguido fugir da cadeia de Xefina, uma instituição carcerária localizada numa ilha. Com 38 anos de idade, Bucuane foi fazer treino militar em Matalane. Ele conta que, “fomos ao exame de tiro e chumbei. Nunca tinha disparado” (Idem, *Ibidem*). Sentença diferente teve Matias Mboa. Mboa voltou a ser novamente preso depois do “julgamento de março de 1978”,

---

<sup>14</sup> Um dos bairros nobres da Cidade de Maputo.

tendo sido libertado em 1979. Importa referir que Matias Mboa já estava preso desde 1977, acusado de ter delatado Joel Maduna Xinana, Comissário Político da rede clandestina da FRELIMO no sul do país. Joel Maduna Xinana morreu na prisão, depois de torturado pela PIDE-DGS. Matias Mboa rejeitou o retrato dos antigos presos políticos como traidores: “Achámos, pois, que recuar não era trair. Era a nossa tática” (2006, p. 472). Para Matias Mboa, a colaboração nas cadeias da PIDE foi uma oportunidade para o início de novas frentes de luta, como, por exemplo, as de mobilização e de consciencialização política.

O certo é que foi um trabalho muito válido. Se algum dia fizer um trabalho só sobre isso, vai ver que é muito difícil encontrar um antigo preso político, que tivesse abandonado a FRELIMO. Isso graças ao trabalho feito dentro da cadeia. É difícil encontrar. Mas você pode perguntar: “E, então, o Arouca<sup>15</sup>?”

Pois, o Arouca. Abandonou a FRELIMO, porque não beneficiou da consciencialização política que nós tivemos. Vivia sozinho, não falava com ninguém, não tinha recreio conosco.

Vivendo só, a situação foi outra. Mas todos os outros que foram presos políticos são da FRELIMO dos pés à cabeça. Pensamos que um pai ou um partido por mais leproso que seja, sempre é o nosso pai (Idem, Ibidem).

No seu artigo “Memória, esquecimento e silêncio” (1989), Michael Pollak alertou-nos para os esquecimentos e silêncios que permeiam a estruturação das diferentes versões e memórias. O silêncio dos antigos presos está ligado em primeiro lugar ao sentimento de culpa que a direção da FRELIMO atribuiu-lhes pelo fato de terem, usando um termo de Marcelino dos Santos (2006, p. 445), “namoriscado” com a PIDE-DGS e traído os seus companheiros:

Mas sabemos, porque as coisas foram faladas, que a polícia foi informada. Torturam-me no primeiro dia, mas não digo nada. No segundo dia, não digo nada. Mas no terceiro dia, falo. E quando falo, que foi fulano e vão buscar fulano.

Então, diz-se que aquele traiu. Não há outra palavra. Traaaaiuuuuu. E isso traduziu-se em sofrimento para eles. Então, a ira é enorme, porque a PIDE, como qualquer polícia deste tipo, não suporta que alguém resista (Dos Santos, 2006, p. 446).

Ao colaborar com a PIDE, antigos presos políticos escaparam à morte. Em face dessa culpa imposta pela direção da FRELIMO, o silêncio se impôs aos antigos presos políticos, evitando assim serem fuzilados pela FRELIMO. Matias Mboa lembra das palavras de Samora Machel durante o “julgamento de março de 1978”: “Matias Mboa, o fato de Chissano e Matsinhe não terem pedido o teu fuzilamento é por estarem contigo. Aqui todos pensamos o mesmo, todos queremos o teu fuzilamento. E serás fuzilado” (2006, p. 480). Ele narra ainda que depois de ter sido chamado algumas vezes pela direção da FRELIMO, foi dito para esquecer a sua experiência do período de encarceramento: “Nunca debes dizer que estiveste preso, não podes falar desta prisão” (Idem, Ibidem).

---

<sup>15</sup> Domingos Arouca.

### 3.1.3 Soldados moçambicanos alistados no exército português

Segundo Coelho e Macaringue (2002), durante as negociações de Lusaka, a delegação portuguesa propôs que todos os moçambicanos incorporados no exército português fossem integrados no novo exército nacional, que seria criado no novo Estado independente. Desconfiando destes moçambicanos, a delegação da FRELIMO rejeitou essa proposta argumentando que estes faziam parte do antigo sistema colonial português. Depois da independência, os chamados “comprometidos” tiveram seus direitos cívicos caçados e suas fotos foram coladas nos seus bairros e locais de trabalho. Como recorda Baúlque, (2000, p. 610), antigo furriel da 6ª companhia dos GEs:

Foi na altura em que se constituíram as assembleias do povo, em que os “comprometidos” não podiam eleger ou ser eleitos. Mas tinham de colar as fotografias, no local de trabalho e no bairro onde viviam, de estar sob vigilância, quer no trabalho quer no bairro. Isto desde 1978 até à reunião na Escola Josina Machel.  
Nessa fase é que eu me senti isolado. E aquilo teve repercussões na vida profissional das pessoas.

Em 1982, a direção máxima da FRELIMO reuniu-se com os “comprometidos”. Machel manteve um discurso ameaçador, acusando os “comprometidos” de terem sido instrumentalizados pelo governo português: “Pensamos que, no final, haveria um fuzilamento global” (Idem, Ibidem, p.607), lembrou Baúlque. Ele narra que foi o único dos GEs que relatou à direção da FRELIMO o que aconteceu em Wiryamu, pois os outros comandos preferiram manter-se em silêncio. “No fim”, ele recordou, “as culpas caíram na PIDE-DGS” (Idem, Ibidem, p.605).

Confrontado com o agravamento da situação militar em Moçambique, como resultado da intensificação do conflito armado com a guerrilha da RENAMO, Samora Machel pediu que os antigos comandos usassem o seu treinamento militar do passado para reorganizar as FAM, o novo exército moçambicano. Este é o exemplo de como experiências, mesmo depois de terminada a guerra, podem ser revistas e mesmo atualizadas em função da realidade política do presente.

O que aconteceu depois daquela reunião foi um pedido formulado pelo próprio Presidente Samora, fundamentalmente aos comandos, porque ele reconheceu o papel e a aptidão dos comandos, quer dizer a prontidão combativa e operativa dos comandos.  
Portanto, disse que íamos ser solicitados para reorganizar o exército. Dito e feito. Dois anos depois, um grupo de doze, fomos selecionados para fazer parte da

reorganização do exército, aqui na cidade de Maputo. Fiz parte desse grupo. Fizemos um belíssimo trabalho, pondo em prática o que tínhamos aprendido no passado. Apreciaram muito bem o nosso trabalho.

Exigimos condições não só para nós, mas também para os nossos instruídos. E o nosso trabalho foi de qualidade. Só que foi «sol de pouca dura». Estivemos lá de 1984 a 1986. Ele morre, e aquilo dissolveu-se.

Por causa da guerra da RENAMO é que o presidente quis reorganizar o exército, para fazer face à RENAMO. A guerra começou em 1978 e só terminou em 1992. Quando entramos na reorganização do exército, já a RENAMO estava a progredir (Idem, Ibidem, p. 608).

Depois da reunião, seus direitos cívicos foram devolvidos e foram ditos para esquecer a sua experiência da guerra. Samora Machel,

(...) anunciou que já não éramos “comprometidos”, que tínhamos passado a pertencer à sociedade moçambicana, que não deveríamos ser tratados como “comprometidos”, e sim como filhos de Moçambique, que tudo quanto se passa era para esquecer e que passávamos a fazer parte integrante da sociedade moçambicana (Idem, Ibidem, p. 610).

#### 3.1.4 Fuzilamento de guerrilheiros dentro da FRELIMO

Durante a guerra, foram vários os relatos de casos de assassinatos entre guerrilheiros da FRELIMO, motivados por questões étnico-regionais. As circunstâncias da morte de Filipe Samuel Magaia, por exemplo, até hoje não foram explicadas. Em Moçambique, quando se fala informalmente da morte de Filipe Magaia, a estória da sua morte é contada com sarcasmo. É narrado que Samora Machel mandou matar Filipe Magaia e, acabou ficando com o seu cargo de Chefe do Departamento da Defesa, e com a sua noiva, Josina Muthemba, mais tarde Josina Machel. O humor é uma forma de resistir ao discurso dominante e subverter-lhe.

Nas suas memórias da guerra de 1964-1974, Hélder Martins narrou que quando a direção da FRELIMO começou a admitir mulheres nas suas bases, começou a registrar-se um número crescente de acidentes mortais entre os guerrilheiros da FRELIMO, durante as emboscadas que estes faziam às tropas portuguesas. Ele narrou ainda que os inquéritos eram na sua maioria inconclusivos, mas que deixavam no ar a suspeita de que os “acidentes” tinham motivações passionais.

As emboscadas eram sempre feitas por voluntários e, habitualmente, havia sempre mais voluntários do que era preciso. Convém esclarecer que, sobretudo em Niassa, para realizar uma emboscada, os guerrilheiros ficavam ausentes das bases cerca de 1 a 3 semanas, pois tinham que caminhar alguns dias até ao local da emboscada e depois ficavam à espera que as tropas coloniais passassem, o que podia demorar dias

e depois tinham que caminhar de regresso. Desde que houve mulheres nas bases, os comandantes tinham menos iniciativas de fazer emboscadas e quase não havia voluntários. Os que tinham uma namorada, não queriam ir para não a perder. Os que não tinham uma namorada esperavam que os que a tinham se ausentassem, para ver se conseguiam conquistar a namorada do outro. Mais ainda, nas poucas emboscadas passou a haver uma taxa elevada de acidentes, em que um guerrilheiro matava o outro. Esse é um risco que pode acontecer, pois os guerrilheiros colocavam-se dos 2 lados do local onde eles contam que o inimigo passe e podem fazer fogo cruzado, uns para os outros. Isso é uma possibilidade rara, pois aprendem a evitar estas situações. Com as mulheres nas bases, o número de acidentes aumentou assustadoramente e os inquéritos eram quase todos inconclusivos, mas ficava-se com a suspeita que um guerrilheiro tinha morto um colega rival para lhe ficar com a namorada (Martins, 2001, p. 290-291).

O que eram estes atos? Assassinatos, execuções ou fuzilamentos? E quem eram estes que os perpetravam? Assassinos, executores ou guerrilheiros? Depois da independência a FRELIMO não fez nenhum esforço para investigar estes acidentes, dando a entender que todos foram atos de guerra.

Em 2009, Mariano Matsinhe, membro sênior da FRELIMO, admitiu que durante a guerra, “era norma na FRELIMO fuzilar pessoas”. Para além do fuzilamento dos dissidentes do movimento, Matsinhe referiu-se ao fuzilamento de combatentes que perturbavam as populações ou que desertavam para as tropas portuguesas.

O primeiro fuzilamento de que me lembro foi em 1965 ou finais de 1964, de um indivíduo chamado Said, em Cabo Delgado. Era guerrilheiro, pegou na arma e foi invadir as populações para roubar galinhas. Foi fuzilado e fuzilámos muito mais. Durante a guerra não se pode brincar. Multipartidarismo durante a guerra é mentira. Você não faz guerra nenhuma (Matsinhe, 2009, p. 2).

As declarações de Matsinhe demonstram que houve uma história de violência dentro da organização que foi silenciada. Para a historiadora Amélia Souto, “foi claro no processo de seleção e na sua propagação que a história de libertação tinha de ser na sua totalidade, gloriosa, perfeita e vitoriosa, apesar das suas contradições e conflitos”. “As contradições e conflitos escolhidos”, escreve a historiadora, “foram apenas estes que poderiam ser reiterados como sendo consistentes com o desenvolvimento da luta armada e necessários para a consolidação da sua ideologia” (2013, p. 281).

### 3.1.5 O problema dos outros partidos que fizeram a guerra

Logo depois da fundação da FRELIMO, surgiram vários movimentos criados por membros fundadores da organização. Dois deles, o COREMO e o FUNIPAMO, mandaram alguns dos seus membros para fazer treino militar como forma de preparação para a luta armada. Fanuel Mahluza (2000), Chefe do Departamento de Defesa do COREMO, reivindicou que a sua organização foi quem realmente desenvolveu a guerra na Província de Tete. O historiador João Paulo Borges Coelho (1989), corroborando com o antigo Chefe do Departamento de Defesa do COREMO, afirmou que o COREMO figura mais na documentação portuguesa devido à realização de ações espetaculares. Mahluza (2000) afirmou ainda que o COREMO chegou até a Província de Manica, enquanto a FRELIMO só chegou praticamente, no fim da guerra. Numa mensagem endereçada aos camaradas da FRELIMO em 1972, por ocasião da abertura da frente de Manica e Sofala, Samora Machel diria:

Camaradas,  
Vimos anunciar-vos um acontecimento de extrema importância no processo de desenvolvimento do nosso combate. A nossa luta armada de libertação nacional acaba de estender-se para mais uma Província.  
Cumprindo a palavra de ordem da mensagem de 25 de setembro do ano passado, as Forças Populares de Libertação de Moçambique iniciaram operações militares na Província de Manica e Sofala. A luta prossegue de acordo com o plano traçado: no dia 25 de Julho atacámos diversos objetivos estratégicos nesta província (Machel, 1972).

A FRELIMO não permitiu que os outros movimentos desenvolvem-se ações armadas contra o Governo português. De acordo com Matsinhe, a posição da FRELIMO deveu-se a uma regra militar que diz que proíbe a existência de diversos comandos no mesmo local. Nas suas palavras, “pode haver vários exércitos, mas um comando comum. Não pode haver vários comandos e nós recusámos isso durante a luta armada” (2009, p. 3).

Durante as negociações para a independência de Moçambique, em Lusaka, entre a FRELIMO e o Governo português, o COREMO, que tinha a sua representação em Lusaka, não foi incluído. De acordo com Mahluza (2000), para não perturbar as conversações, os membros do COREMO foram presos por ordem do Presidente da Zâmbia, Keneth Kaunda, aconselhado por Julius Nyerere. Ele afirmou categoricamente: “Kaunda acaba mesmo com o COREMO” (Ibidem).

### 3.1.6 Experiência das populações dos aldeamentos

Numa mensagem dirigida aos membros da FRELIMO por ocasião da passagem do 10º aniversário do início da guerra, Samora Machel destacou o poder popular democrático já implementado nas zonas libertadas:

Nas zonas livres o Estado colonial e burguês foi destruído, as estruturas feudais desapareceram. Surge um novo Poder que é democrático que é nosso.

Os elementos que exercem o Poder gozam realmente da confiança das massas pois cresceram politicamente no seio da luta das massas. Eles discutem continuamente com as massas. As novas orientações, as novas diretrizes, vêm da discussão e da experiência prática das massas, são assumidas pelas massas para serem aplicadas (1974a).

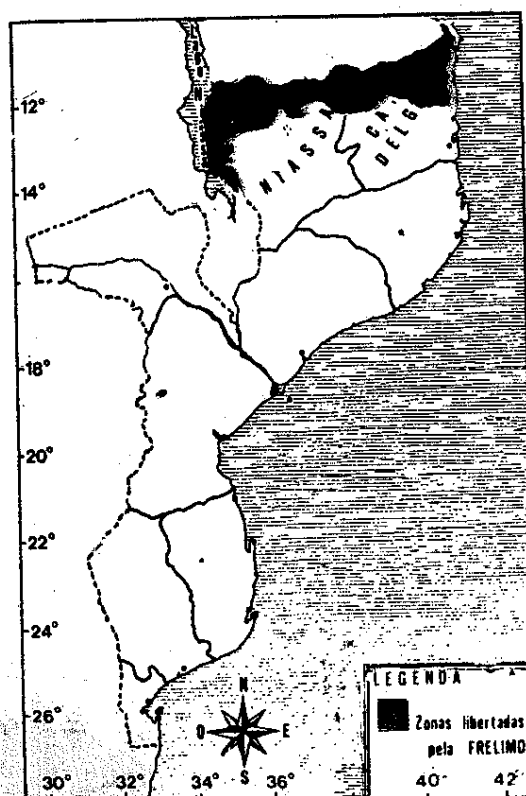


Figure 5: Zonas libertadas em 1969 (Fonte: Inde)

Depois, ele apontou as deformações características das zonas rurais e urbanas. Nas zonas rurais:

(...) a vida é particularmente desorganizada, sem noção de programa ou pontualidade, profundamente dominada pela rotina e tradições ultrapassadas que inibem o progresso e paralisam a iniciativa. Para o camponês o Poder é o governo hostil e estrangeiro que se manifesta pela caderneta e imposto, pelo recrutamento forçado e os baixos preços fixados à venda dos produtos penosamente obtidos, pela palmatória e machila. O terror asfixia a iniciativa. O homem vive em contradição permanente com uma natureza que desconhece e teme, com um Estado que o explora, oprime e



humilha. As suas relações sociais vão pouco para além da povoação em que vive e quando muito estendem-se ao grupo linguístico que é seu (Ibidem).

Continuando, Machel caracterizou depois as zonas urbanas. Ele diria que:

Na cidade colonial-capitalista a luta pela sobrevivência é feroz e força os seres ao egoísmo, à concorrência. A ambição, a luta para mais e melhor explorar outros homens destroem a confiança entre as pessoas e fazem delas rivais. Funcionários e empregados fomentam calúnias e intrigas contra colegas para serem promovidos em seu detrimento. Adulam-se chefes, procuram-se «cunhas», arranjam-se alianças de uns contra outros, humilham-se as pessoas para salvaguardarem o seu pão quotidiano. A cultura degenerada colonial capitalista exalta gostos degradantes e corruptos que animalizam o homem. A cada um é inculcado o desejo do Poder e do luxo construídos por cima da exploração e humilhação dos outros seres (Ibidem).

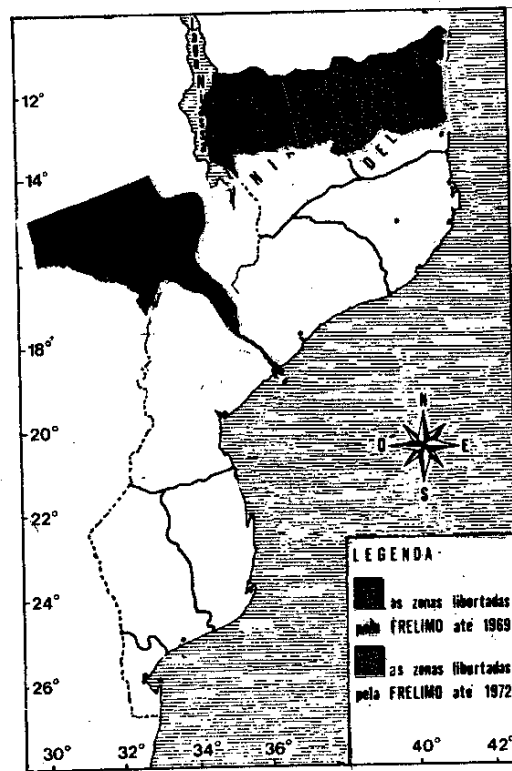


Figure 6: Zonas libertadas até 1972 (Fonte: Inde)

O historiador João Paulo Borges Coelho (2010, 2011) observa que a guerra entre a FRELIMO e o governo português se desenvolveu basicamente nas províncias nortenhas de Niassa e Nampula, não afetando diretamente áreas extensas do país, incluindo as cidades mais importantes, como Lourenço Marques, e a região sul, no geral. Nestas áreas “indiferentes”, para usar o termo de Coelho, a população, tinha a sua própria experiência da vida colonial e conservou as suas lembranças individuais ou de grupo. Porém, nota o historiador, depois da independência, “as memórias que forneceram o material cru para o

futuro não vieram destas experiências do resto do país, mas, em vez disso, das zonas libertadas” (Coelho, 2010, p. 4).

A ênfase na experiência das zonas libertadas, obviamente, requereu uma representação altamente seletiva das experiências presentes na vasta extensão do território geográfico. O modelo binário frelimista da história da luta armada marginalizou aqueles que não tinham a experiência comum que floresceu nas zonas libertadas, tais como as populações que viviam nas cidades e nos aldeamentos coloniais.

### 3.2 O enquadramento da memória coletiva da luta armada

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs sustentou que para manter uma memória coletiva ativa, “uma sociedade primeiro de tudo precisa encontrar seus marcos” (1992, p. 223). Estes marcos são as estruturas materiais e espaciais, o tempo e figuras particulares. Estruturas materiais e espaciais incluem evidentemente os livros, discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, monumentos, estátuas, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, o folclore e a música, as paisagens, museus, nomes de ruas e comemorações. Em relação ao tempo, Barbara Misztal (2000, p. 16) observa que “um grupo coloniza o tempo por ordenar importantes datas dentro de uma sequência comemorativa”. Quanto às personalidades, Halbwachs (1992) enfatizou que existem na memória coletiva figuras que adquiriram uma importância extraordinária.

Para Pollak (1989), influenciado pela tradição metodológica durkheimiana, Halbwachs toma esses marcos como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Ou seja, Durkheim faz pensar nos quadros sociais já constituídos. Ele argumentou que o problema não é estudar os fatos sociais, mas como é que determinadas coisas se tornaram fatos sociais. A noção de enquadramento é muito importante para Michael Pollak. Ele defendeu a tese de que os marcos que as coletividades, tais como, partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, fornecem para os seus membros localizarem as suas memórias, são resultado de um trabalho de enquadramento que evita determinados grupos e determinados aspectos do passado. Mais especificamente, memórias coletivas são impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento. Assim, Pollak defende que é mais apropriado usar os termos memória enquadrada, cunhado por Rousso, ou enquadramento da memória, em detrimento de memória coletiva.

### 3.2.1 Hino nacional

Durante o período de transição para a independência de Moçambique (7 de setembro de 1974 a 25 de junho de 1975) a FRELIMO organizou um concurso público para a seleção do futuro hino nacional. Contudo, nenhuma proposta foi aprovada pela direção do movimento. Justino Chemane revela que poucos dias antes da proclamação da independência, a direção da FRELIMO pediu “com a máxima urgência” que apresentasse propostas para o novo hino nacional. Ele narrou que umas das suas propostas, a canção “*Kindlimuka Moçambique*” (“Ergue-te Moçambique”, em português), em língua *changana*, falada no sul do país, foi imediatamente rejeitada pela direção do movimento que acolheu consensualmente a proposta do “Viva, viva a FRELIMO” (<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1443832.html>).

Samora Machel dizia que era preciso matar a tribo para construir a nação. Baseado nesta concepção de nação, o português foi institucionalizado como a língua oficial e a educação foi considerada uma das áreas prioritárias do novo regime. De acordo com Chichava (2008, p. 8), “foi interdita aos alunos falar as línguas locais nas escolas. Anúncios que tornavam obrigatória a língua portuguesa nas instituições públicas foram colados. Os nomes das regiões e clubes desportivos com conotação étnico-regionais foram abolidos”.

O hino “Viva, viva a FRELIMO” centrou-se no papel da FRELIMO como o guia do povo moçambicano na luta contra o colonialismo português, e expressou também o tema da unidade. Este hino vigorou em Moçambique até 2002.

Viva, viva a FRELIMO,  
 Guia do Povo Moçambicano!  
 Povo heroico qu'arma em punho  
 O colonialismo o povo derrubou.

Todo o Povo unido  
 Desde o Rovuma até ao Maputo,  
 Luta contra imperialismo  
 Continua e sempre vencerá.

Refrão:

Viva Moçambique!  
 Viva a Bandeira, símbolo Nacional!  
 Viva Moçambique!  
 Que por ti o Povo lutará.

Unidos ao mundo inteiro,  
 Lutando contra a burguesia,

Nossa Pátria será túmulo  
Do capitalismo e exploração.

O Povo Moçambicano  
De operários e de camponeses,  
Engajado no trabalho  
A riqueza sempre brotará.

Eu me recordo que na escola primária que frequentei, trinta minutos antes das aulas deveríamos estar na formatura, no pátio da escola, para cantar o hino nacional. Outro ritual diário em todo o país era o içar da bandeira. Eu me lembro que perto da minha casa existia uma esquadra policial e três quartéis do exército. Foram inúmeras às vezes em que tive que parar perto de uma esquadra da polícia ou de um quartel do exército para participar deste ritual. Respeitar os símbolos da FRELIMO era uma obrigação comum, desacreditá-los, implicava sanções ou mesmo repressão. Testemunhas de Jeová foram uma das principais vítimas da repressão do Estado. Um homem que esteve preso num centro de reeducação narrou ao jornal *Magazine* de 25 de junho de 1995 que:

Ao romper do dia, na parada, quando do içar da bandeira, o comandante dava os vivas da ordem: - Viva a FRELIMO!  
- Viva!, respondiam todos de punho erguido. Exceto as Testemunhas, claro.  
O comandante fazia avançar um crente da formatura e repetia:  
- Viva a FRELIMO!  
Nada.  
O comandante insistia:  
- Viva a FRELIMO!  
O preso continuava calado. O comandante mandava os guardas amarrar o homem ao mastro da bandeira com toda a força, usando uma corda embebida de lama e sal. Depois ia toda a gente para os campos trabalhar e o desgraçado ficava ali, no meio.

### 3.2.2 Datas comemorativas

Feriados nacionais também jogaram um papel importante na construção da memória da luta armada. Todos os feriados do Estado foram ligados à luta armada de libertação nacional. A 1 de Fevereiro de 1976 a FRELIMO decidiu considerar o 3 de fevereiro, dia da morte de Eduardo Mondlane, como uma data nacional que deveria passar a ser celebrada como o “Dia dos Heróis”. Para a FRELIMO:

A proclamação desta data como o Dia dos Heróis, não é uma homenagem a Mondlane, mas sim, uma homenagem a todos aqueles que lutaram pela independência de Moçambique e que cimentaram com o seu sangue a nossa unidade. Mondlane simbolizava tudo isso (*Tempo*, 1976, p. 5).

A descoberta do espírito nacional e suas manifestações heroicas foram assim simbolicamente ligadas à Eduardo Mondlane. Portanto, sua centralidade para a FRELIMO não era como um indivíduo, mas como um herói a ser celebrado coletivamente.

Para além do 3 de fevereiro, o regime decretou como feriados nacionais os dias:

- 25 de setembro - dia do início da luta armada de libertação nacional e dia das Forças Armadas de Moçambique.
- 25 de junho – dia da independência de Moçambique;
- 7 de Abril – dia da mulher moçambicana; e
- 7 de setembro – dia da vitória.

Importa lembrar que o dia 25 de junho, “Dia da Independência”, está associado à fundação da FRELIMO. Contudo, como vimos, essa interpretação da FRELIMO é disputada por Fanuel Malhuza. Malhuza, membro fundador da UDENAMO e da FRELIMO, onde desempenhou as funções de Vice-Presidente e Secretário-Adjunto das Relações Exteriores, respectivamente, reivindica os méritos da criação do acrónimo FRELIMO e da presença de Eduardo Mondlane em Dar-es-Salaam.

O dia 25 de setembro, dia do início da luta armada, é também celebrado como o dia das Forças Armadas de Moçambique, apontando assim uma continuidade simbólica entre os 250 guerrilheiros que iniciaram a luta armada de libertação nacional e os soldados contemporâneos moçambicanos. Durante a fase socialista e de sistema de partido único (1975-1990), centrais nas comemorações do dia 25 de setembro eram as paradas militares realizadas pelas unidades militares. A performance de paradas militares durante as celebrações do 25 de setembro reforçou a mensagem heroica deste evento histórico.

### 3.2.3 Monumentos e comemorações

A narrativa da FRELIMO da luta armada criou o seu símbolo mais potente na Praça dos Heróis Moçambicanos, que se localiza na estrada que liga o Aeroporto Internacional de Mavalane à entrada da cidade de Maputo, a capital do país. No dia 25 de junho de 1975, foi

lançada a primeira pedra para a construção de um monumento nacional para honrar estes que tombaram no campo de batalha para libertar o seu país. Lopes Tembe recorda que nesse dia foi realizado um comício popular na Praça dos Heróis Moçambicanos “perante uma grande moldura humana” (2012, p. 118).

As obras para a edificação do monumento iniciaram em novembro de 1976 e foram completadas em 1979. Este monumento foi replicado em todas as províncias do país, com algumas variações locais.



**Figura 7: Praça dos Heróis Moçambicanos (Foto tirada pelo autor, 2014)**

No dia 3 de fevereiro de 1976, “num grandioso comício realizado na Praça dos Heróis Moçambicanos” (*Tempo*, 4/2/1985), Samora Machel anunciou grandes decisões, como a mudança do nome da capital do país de Lourenço Marques para Maputo, e a nacionalização dos imóveis de rendimento. Em 1977, a FRELIMO, com o objetivo de fazer uma “homenagem especial aos Heróis da Nação Moçambicana” (*Tempo*, 4/2/1980), fez coincidir o dia da comemoração do aniversário da morte de Eduardo Mondlane com a realização do seu IIIº Congresso. Neste congresso o partido declarou-se marxista-leninista.

Os arquitetos Antônio Quadros e José Forjaz, dirigiram a construção do monumento na Praça dos Heróis Moçambicanos. O monumento foi construído em forma de estrela simbolizando o socialismo. Este monumento está situado no centro da praça. A estrela

agarrada ao solo, cobre as sepulturas dos heróis nacionais, nomeados e marcados por galerias individualizadas cobertas com mármore branco. Nas traseiras do monumento foi erigido um mural que retrata o curso da luta de libertação contra o governo português. João Craveirinha, artista que concebeu e dirigiu as pinturas do mural, afirmou que a ordem foi dada pelo próprio Samora Machel, depois dele ter garantido à Jorge Rebelo que poderia realizar este empreendimento. Importa destacar que João Craveirinha foi também combatente da luta armada.

A ordem em 1978 (finais) partiu do Presidente Samora Machel e foi totalmente gratuita e sem contrapartidas nenhuma. Nem podia ser de outra forma. Recebi uma medalha do Presidente Samora Machel pelo mural. (...) No início em 1978, cubanos e chilenos do PCP em Moçambique, se voluntariaram para executar o mural. E ao saber disso eu garanti a meu chefe na altura o Sr. Jorge Rebelo (5º na hierarquia do partido FRELIMO de então) que poderia dizer ao Presidente Samora Machel que havia um moçambicano que poderia executar o mural que era eu ([http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2008/06/mural-da-praa-d.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/mural-da-praa-d.html)).

O primeiro grande evento memorial na Praça dos Heróis foi à celebração do “Dia dos Heróis”, em 1979, marcado pela comemoração do 10º aniversário da morte de Eduardo Mondlane, e pela transladação dos seus restos mortais e de outros combatentes da luta armada declarados heróis nacionais pela FRELIMO, tais como, Filipe Samuel Magaia, Paulo Samuel Kankhomba, Mateus Sansão Muthemba, Josina Machel e Francisco Manyanga. As urnas funerárias foram transferidas da Tanzânia para Moçambique no dia 2 de fevereiro. Na Tanzânia, dirigentes moçambicanos e tanzanianos desfilaram perante as urnas antes destas serem transportadas para o avião das LAM<sup>16</sup>. No Aeroporto Internacional de Mavalane, os caixões fúnebres foram recebidos por Samora Machel, dirigentes do Partido FRELIMO e do Estado, membros das chamadas organizações democráticas de massas e familiares dos heróis cujos restos mortais foram trasladados. No mesmo dia, as urnas foram colocadas numa sala do Aeroporto Internacional de Mavalane onde permaneceram até as cerimônias começarem no dia 3 de fevereiro. As urnas estavam cobertas com as bandeiras de Moçambique e da FRELIMO, e continham os retratos dos heróis nacionais trasladados. Samora Machel, altos dirigentes da FRELIMO e do Estado, e familiares dos heróis trasladados prestaram homenagem. À noite, uma vigília foi realizada por populares.

Na manhã do dia 3 de fevereiro, os caixões fúnebres foram transportados para a Praça dos Heróis Moçambicanos, acompanhados por um cortejo. De acordo com uma matéria da revista *Tempo* do dia 4 de fevereiro de 1979, “logo de manhã já havia muita gente em frente

---

<sup>16</sup> A companhia área estatal.

ao Aeroporto de Mavalane”. Samora Machel encontrava-se na primeira viatura militar que transportava a urna de Eduardo Mondlane. Chegados à Praça dos Heróis Moçambicanos, as urnas foram depositadas na cripta do monumento. Depois, seguiu-se a deposição de uma coroa de flores no seu exterior. A cerimônia oficial findou com a entoação dos hinos da FRELIMO e de Moçambique, pela banda militar, acompanhados de uma salva de 23 tiros de canhão. As cerimônias de transladação dos restos mortais de Eduardo Mondlane e outros heróis moçambicanos foram transmitidas pela Rádio Moçambique. No seu discurso, Samora Machel destacou o papel de Eduardo Mondlane para a união dos moçambicanos e sublinhou a interpretação da FRELIMO de revolucionários contra reacionários e revolucionários contra colonialistas.

O camarada Eduardo Mondlane trouxe-nos o cimento da Unidade, trouxe-nos a força que poderosamente nos ligou, que fez de nós um povo, que fez desaparecer as tribos para criar Moçambique, o baluarte de aço indestrutível para o inimigo. Por isso o inimigo colonialista e imperialista o odiou, por isso os reacionários o odiaram como alvo principal para o inimigo. Odiaram Eduardo Mondlane, porque temem o povo, odeiam a força imensa do povo, organizado e consciente, que derruba para sempre o poder dos exploradores (Samora, 1979, p. 59).

Nos anos 1980 e até a primeira metade dos anos 1990, a Praça dos Heróis Moçambicanos tornou-se o principal lugar de comemoração da luta armada. As cerimônias oficiais são dirigidas pelo Presidente da República e contam normalmente com a presença de dirigentes da FRELIMO e do Governo, membros da FRELIMO, nomeadamente, a organização continuadores, OJM, OMM e ACLLN, dignitários estrangeiros e populares. O momento mais solene dessas cerimônias é a deposição de uma coroa de flores no monumento, pelo Presidente da República. Os dirigentes da FRELIMO e do Governo, e os representantes de países estrangeiros, posicionam-se nas proximidades do monumento. Atrás dos dirigentes, alinham-se os membros das organizações de massas da FRELIMO, que cantam e dançam músicas revolucionárias do partido, e o público em geral. Em 1980, por exemplo, na comemoração do “Dia dos Heróis”, “participaram membros da direção do partido FRELIMO, do Governo, do Estado-Maior das FPLM<sup>17</sup>, familiares dos heróis, e largas centenas de habitantes da capital que enchiam por completo a Praça dos Heróis Moçambicanos” (*Tempo* 4/2/1980).

Contudo, uma questão permanece. A Praça dos Heróis Moçambicanos é um lugar de lembrança, mas também de esquecimento. O monumento promove determinadas

---

<sup>17</sup> O exército nacionalista.



representações da história. O foco do monumento é no heroísmo dos combatentes revolucionários. O monumento é silencioso em relação à todos aqueles que divergiam da orientação política do partido, ou seja, presos políticos, nacionalistas de outros movimentos e dissidentes da FRELIMO, ainda que tenham participado da sua criação.

#### 3.2.4 Museu da Revolução

Quando a FRELIMO chegou ao poder, procedeu a nacionalização de todas as indústrias e instituições culturais, incluindo o patrimônio cultural e os museus. No dia 25 de junho de 1978, ano em que se comemorava o 3º aniversário da independência de Moçambique, foi inaugurado o Museu da Revolução, para comemorar a luta armada de libertação nacional. O museu está localizado num prédio de 4 pisos, na avenida 24 de julho (dia das nacionalizações), no bairro do Alto Maé. Até o seu encerramento recente para reforma, o museu compreendia quatro principais seções: uma devotada ao início da presença colonial portuguesa em Moçambique, uma que retratava as fases da luta armada de libertação nacional, outra devotada à independência nacional, e uma dedicada ao período que vai da proclamação da independência ao IIIº Congresso da FRELIMO. Desde a sua entrada em funcionamento, o museu é administrado pelo setor de aprovisionamento do Comitê Central da FRELIMO.

O Museu da Revolução jogou um papel importante na comunicação de certas visões do passado, representadas pelos combatentes. Aspectos militares da luta armada desfrutaram claramente de uma grande prioridade, enfatizando a revolução heroica da FRELIMO e o seu papel. Por exemplo, algumas armas usadas pelos soldados portugueses e uniformes militares dos guerrilheiros da FRELIMO estão representadas, refletindo a visão da FRELIMO de uma luta entre um movimento com poucos meios contra um inimigo poderoso. Todas as cenas e figuras que ganharam um lugar mitológico e importante na narrativa da FRELIMO estão representados. A estratégia da FRELIMO no ataque armado à vila de Chai - o primeiro tiro como ele foi depois chamado -, pode ser visto através de mapas. A vontade dos combatentes em defender o país é a mensagem central aqui. As ações armadas do COREMO em Tete e Manica não são mencionadas.

O museu também exibe largas fotos de Josina Machel, Samora Machel e Eduardo Mondlane, glorificando assim a liderança da FRELIMO. Um exemplo de uma foto que se tornou um ícone nacional é a foto de Samora Machel e Eduardo Mondlane, fardados e debaixo de uma árvore. Esta é a mesma foto que se encontra na capa do livro de História introduzido no currículo escolar em 1985. A foto mostra uma continuidade entre Eduardo Mondlane e Samora Machel. O visitante é também cercado por fotos retratando guerrilheiros da FRELIMO saudando Eduardo Mondlane e Samora Machel. Pode ser visto também o carro usado por Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO.

Na exposição, há uma preponderância de imagens de combatentes, porém, as liquidações de guerrilheiros dentro da FRELIMO não são representadas. Pelo meu conhecimento, ele não toca em aspectos como as prisões e centros de tortura da PIDE-DGS, assim como não mostra objetos usados para torturar os presos políticos. Suas experiências são esquecidas em favor do heroísmo e prontidão evocada pela exibição da estratégia do primeiro ataque à Chai.

Escolas primárias organizavam visitas ao Museu da Revolução, onde as crianças eram obrigadas a aprender e se orgulhar das realizações da FRELIMO e dos seus heróis nacionais.



**Figura 8: Fachada frontal do Museu da Revolução (Foto tirada pelo autor, 2014)**

### 3.2.5 Mídia

A versão revolucionária frelimista ecoou em discursos de Samora Machel, publicados pelos canais de informação e propaganda da FRELIMO e do Estado, e nos jornais e revistas ideologicamente ligados à FRELIMO, principalmente nos dias de celebração de datas nacionais. Um dos canais que desempenhou um papel importante na propagação da narrativa da FRELIMO da luta armada foi a revista *Tempo*. Nos dias de celebração de datas nacionais, a revista publicou matérias especiais sobre o seu significado. O primeiro Presidente da FRELIMO, “que personificava a unidade do norte, centro e sul de Moçambique” (*Tempo*, 4/2/1990), dominou virtualmente todas as publicações da revista *Tempo* sobre a história da guerra. No dia 9 de fevereiro de 1975, por exemplo, ano da passagem do 6º aniversário da morte de Eduardo Mondlane, a revista publicou uma matéria especial com o título “Mondlane: o homem e a revolução”, visando homenagear Eduardo Chivambo Mondlane. *Tempo* apresentou a versão da FRELIMO dos eventos.

Uria Simango, Mateus Pinho Gwenjere e Lázaro Kavandame constituíam, em princípios de 1969, os principais representantes da linha divergente e reacionária no interior da FRELIMO. Eles e os seus apaniguados opunham-se – abertamente ou não – à política revolucionária e popular que Eduardo Mondlane, Samora Moisés Machel e Marcelino dos Santos defendiam apoiados pelas grandes massas populares que a organização dirigia nas zonas libertadas (9/2/1975).

A revista publicou também duas mensagens do “Camarada Presidente Samora Machel”, extraídas da *Voz da Revolução*, o órgão oficial da FRELIMO durante o período de guerra. Depois de afirmar que Eduardo Mondlane é o “artesão da Unidade Nacional” (Idem, Ibidem), Machel, declarou que as armas dos combatentes continuavam ao serviço da revolução e apontadas para os reacionários. No seu editorial de 1979, *Tempo* enfatizou o tema do sacrifício dos combatentes, escrevendo que “o Presidente Eduardo Mondlane simboliza esse sacrifício e humildade do combatente pela liberdade” (11/2/1979). Em 1985, ano em que se celebrava o 16º aniversário da morte de Eduardo Mondlane, *Tempo* publicou uma matéria intitulada “Mondlane: o antropólogo”, onde traçava uma curta biografia do primeiro Presidente da FRELIMO. Nela, é destacado o papel de Mondlane na união dos primeiros movimentos nacionalistas:

Assim fica ter sido um dos grandes méritos de Eduardo Chivambo Mondlane a capacidade de unir estas todas forças todas que desenvolviam já ações pela libertação do país, de modo separado.  
A conjugação de esforços e a eliminação de focos de discórdia entre os nacionalistas coube àquele que viria a ser conhecido na História do nosso país como o «Obreiro da Unidade Nacional» (4/2/1985).

Nessa mesma publicação, a revista trouxe um artigo onde se destacava em letras garrafais “Mondlane: um gigante que não vergará jamais.” *Tempo* escreveu que “Mondlane defendia a linha correta” (Ibidem), que defendia os interesses do povo moçambicano. O artigo da *Tempo* sublinha que esta linha correta ou revolucionária, se opunha à linha reacionária ou linha divergente, que pretendia continuar com a “exploração e opressão em Moçambique, só que exercida por moçambicanos em vez de portugueses” (Ibidem). O artigo descreveu Uria Simango como o “representante principal da tendência reacionária” (Ibidem). O papel preponderante de Eduardo Mondlane na unidade dos moçambicanos foi também enfatizado na publicação da revista *Tempo* de 1990, ano em que se assinalava o 21º aniversário da sua morte. Numa das páginas pode-se ler:

Foi ele quem aglutinou a diversidade de tendências políticas dos vários movimentos nacionalistas existentes antes de 1962 num ideal único que foi a libertação de todo o território nacional do jugo colonial. Este ideal ficou sintetizado na FRELIMO – frente de Libertação de Moçambique (4/2/1990).

A matéria destacou também outros heróis “que deram suas vidas pela libertação de Moçambique e do seu povo” (Ibidem), e que também eram homenageados no “Dia dos Heróis”, como, por exemplo, Samora Machel, Francisco Manyanga, Paulo Samuel Kankhomba, Mateus Mansão Muthemba, Filipe Samuel Magaia e Josina Machel.

### 3.2.6 Biografias

As biografias foram também usadas pela FRELIMO para construir a memória da luta armada. Uma série de biografias curtas de Eduardo Mondlane e Samora Machel foram publicadas pelo DTI, incorporando estes líderes numa estrutura teleológica de luta e sacrífico. Matsinhe (1997), que examinou as biografias de Eduardo Mondlane e Samora Machel, argumenta que elas foram construídas visando dar uma ilusão de uma totalidade que está ligada a uma série de postulados como o de coerência (dentro da trajetória de cada indivíduo),

de necessidade (a percepção mais tarde de um rumo já determinado para a sua vida e não outro) e de seleção (que possibilita a manifestação da coerência). Para Matsinhe, a perspectiva adotada na construção das biografias de Samora Machel e Eduardo Mondlane tinha como objetivo legitimá-los como sujeitos esclarecidos e competentes para assumirem papéis de vanguarda e de libertadores.

### 3.2.7 Festivais nacionais de dança e cultura

Em 1978, foram introduzidos os festivais nacionais de cultura. O primeiro festival realizado na cidade de Maputo, capital do país, recebeu a designação de “Festival Nacional de Dança Popular”. O objetivo destes festivais era a criação do patrimônio moçambicano através da integração das diversas danças regionais existentes no país. É útil destacar aqui que nesse processo de transformação das diversas manifestações culturais em patrimônio nacional foi enfatizada a dimensão política através da construção de uma narrativa que ligava a sua emancipação do jugo colonial à luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO. Como nos ensinou Trajano Filho (2010, p. 38), “patrimonializar é fazer escolhas: dos artefatos a serem objetivados, de seu significado para a nação ou para as culturas locais e das versões acerca de sua história”. No caso do *nyau*, uma dança praticada em algumas regiões da Zâmbia, Malawi e Moçambique, o comité organizador do Iº Festival Nacional de Dança Popular ressaltou que:

Na altura do início da Luta Armada que iria pôr fim ao regime colonial, a PIDE procura proibir o *nyau* considerando-o uma «seita muito perigosa contra a soberania portuguesa». No entanto a luta anti-colonial não se podia realizar com sucesso no quadro regional que era dado pelo *nyau*. O trabalho de mobilização política, entretanto desenvolvido pela FRELIMO, vai a partir daí canalizar a luta desenvolvida pelos *nyaus*, numa luta mais geral, desenvolvida a nível Nacional, como única forma possível de se obter a Independência de Moçambique” (Apud Manjate, 2014, p. 66).

### 3.2.8 Currículo escolar

Um outro componente usado pela FRELIMO na construção e reprodução das narrativas nacionais foi o currículo escolar (e o livro de história). Como sustentou Rousso, “os livros e o currículo escolar são os meios primários através dos quais a memória é transmitida de geração para geração” (1987, p. 221). Em 1985 o Ministério da Educação e Cultura introduziu a disciplina de História na 4ª classe do ensino primário do sistema nacional de educação. Os livros eram fornecidos gratuitamente pelo Estado à todas as escolas do país. Vale lembrar que esse ministério era dirigido por Graça Machel, mulher de Samora Machel. Graça Machel dirigiu o ministério durante 14 anos (1975-1989). O livro foi editado e revisto em 1995, e foi amplamente usado até o ano 2000.

O livro parte claramente da noção de luta armada de libertação nacional e chama a seção que aborda a guerra de “A história da luta armada de libertação nacional”, referindo-se assim ao discurso da guerra da FRELIMO. A presença portuguesa em Moçambique é referida como dominação colonial. A guerra é coberta com pouco detalhe, e a vitória é explicitamente retratada como o resultado da ação do povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO: “O povo Moçambicano dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique obteve muitas vitórias militares” (INDE, 1985, p. 92). Destas narrativas educacionais os alunos podiam aprender sobre coragem, a prontidão e auto sacrifício dos combatentes para a libertação do país. Na capa, como referi acima, “O meu livro de História” traz um retrato de Eduardo Mondlane e Samora Machel, fardados.

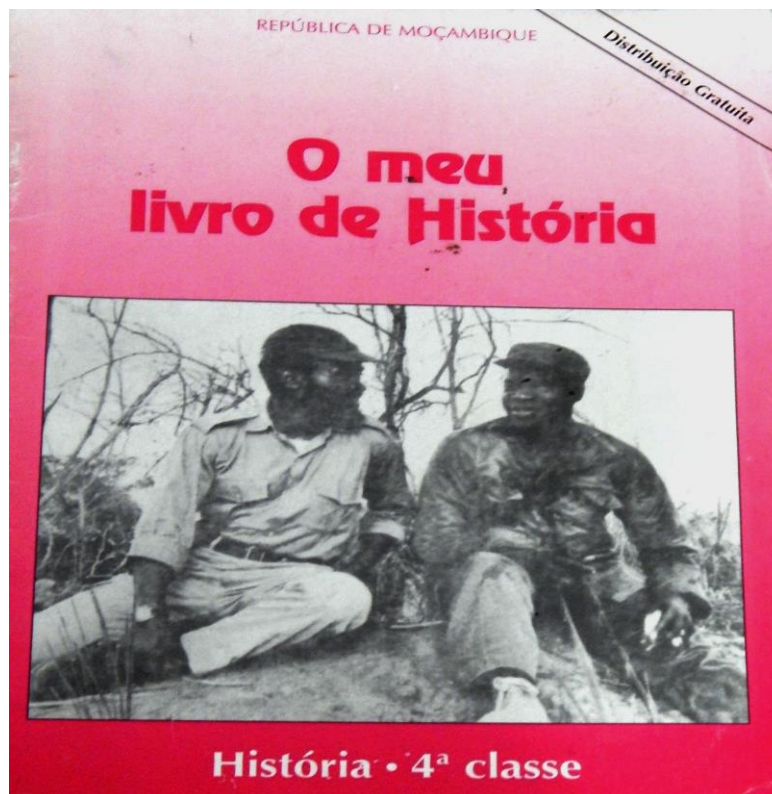


Figure 9: Livro de História que foi usado de 1985 a 2000 (Fonte: Inde)

A cobertura da luta armada foca principalmente na criação da FRELIMO, a preparação e o início da luta armada, as várias fases da luta armada, a tarefa dos guerrilheiros da FRELIMO, as mulheres guerrilheiras, os heróis da luta armada, a vida dos camponeses nas zonas libertadas e sua relação com os guerrilheiros da FRELIMO. No início da seção, o livro traz uma curta biografia do primeiro Presidente da FRELIMO. O texto cria uma narrativa que foca na unidade, retratando Mondlane como “o pai da unidade”. A narrativa enfatiza o fato de Eduardo Mondlane ter abdicado dos seus interesses individuais para se dedicar inteiramente à luta de libertação nacional, e seu papel na mobilização dos diferentes movimentos nacionalistas para a sua união: “Mondlane mobiliza e convence os diferentes movimentos e os moçambicanos que viviam dentro e fora do território que só a unidade permitiria a derrota do colonialismo português. Este esforço da Unidade Nacional foi concretizado com a fundação da FRELIMO em 25 de junho de 1962” (Idem, *Ibidem*, p. 59).

A narrativa dá a entender que o processo de criação da FRELIMO foi um processo linear e iniciado por Eduardo Mondlane, marginalizando as tentativas iniciais de união desenvolvidas pelos membros da UDENAMO e da MANU, e minimizando as complexidades desse processo, marcado por traições e conflitos étnicos e regionais. Por outro lado, não há

explicação de quem são os indivíduos que faziam parte desses movimentos nacionalistas e de onde eles vêm.

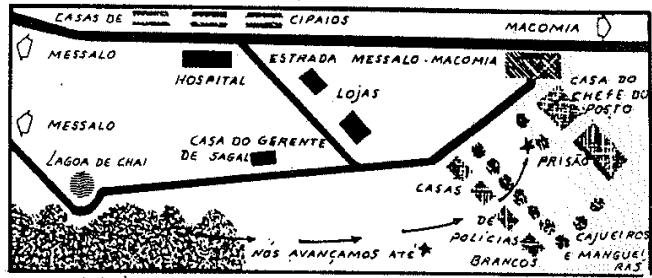
A narrativa do início da luta armada foi adaptada para um formato em quadrinhos e concluía com a declaração de Alberto Chipande: “Às 21 horas do dia 25 de setembro dei o primeiro tiro contra o guarda português. Era o início da luta armada” (Idem, *Ibidem*, p. 62). Porém, nenhuma referência é feita aos ataques armados do COREMO contra as posições das tropas portuguesas.



...EM 20 DE SETEMBRO DE 1964 O COMITÉ CENTRAL INFORMOU QUE A LUTA ARMADA SE INICIARIA NO DIA 25



# O primeiro combate



... E SERÁ O CAMARADA CHIPANDE A DIRIGIR O ATAQUE A CHAI

INICIAMOS A LUTA ARMADA PARA EXPULSARMOS O COLONIALISMO PORTUGUÊS

VAI A VILA RECONHECER. DEVES IR À CIVIL. USA ESTA LIGADURA PARA FINGIR QUE ESTÁS DOENTE

AGORA VÃO SABER QUE ESTA TERRA É NOSSA ... SOMOS MOÇAMBICANOS

NA VILA O CAMARADA M'PHONDO OBSERVOU ATENTAMENTE

FIZ O RECONHECIMENTO E TUDO ESTÁ CALMO

NO SEU REGRESSO COMBINAMOS O NOSSO PLANO DE ATAQUE

AVANÇAMOS EM DIRECÇÃO À VILA A NOITE IA DESCENDO

NA VILA FICAMOS ESCONDIDOS

OBSERVAMOS O GUARDA PORTUGUÊS DE VIGIA A CASA DO CHEFE DO POSTO

ÀS 21 HORAS DO DIA 25 DE SETEMBRO DEI O 1º TIRO CONTRA O GUARDA PORTUGUÊS. ERA O INÍCIO DA LUTA ARMADA

ASSIM SE INICIOU A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL FRUTO DO SANGUE DOS NOSSOS GLORIOSOS FILHOS E DO NOSSO POVO, QUE DUROU 10 ANOS

Figure 10: Estória do primeiro tiro (Fonte: Inde)

A narrativa enfatiza o heroísmo dos guerrilheiros da FRELIMO, afirmando que estes “morreram demonstrando muita coragem e dedicação à luta: foram heróis” (Idem, *Ibidem*, p. 75). Ela destaca nomes como Eduardo Mondlane, Josina Machel, Francisco Manyanga, Paulo Samuel Kankhomba, Mateus Sansão Muthemba, Filipe Samuel Magaia, Filipe Elija Machava, Emília Daússe, José Macamo, Armando Tivane, todos combatentes da FRELIMO. Portanto, no retrato da resistência dos guerrilheiros da FRELIMO durante a guerra, o livro segue uma narrativa heroica, similar à que foi observada na criação da interpretação da FRELIMO da guerra. Na página seguinte, pode-se ver uma imagem do monumento que honra o sacrifício destas figuras. Além disso, a narrativa também afirma que Samora Machel carregava o espírito de resistência dos guerreiros do império de Gaza, tais como Soshangane, Muzila e Ngungunhane. Esta perspectiva é consistente com o discurso da FRELIMO de continuidade entre dois períodos nacionais: a resistência anti-colonial e a luta armada. Notavelmente, não consta o nome de nenhum dissidente do movimento, membros de outros partidos ou presos políticos.

O livro dedica uma página para falar da morte de Eduardo Mondlane, explicando que o primeiro Presidente da FRELIMO “foi assassinado por agentes não identificados e que estavam contra a sua direção da Frente e da Luta armada” (Idem, *Ibidem*, p. 80). É curioso notar que a heroificação de Eduardo Mondlane começou logo após o seu assassinato com a omissão do local da sua morte. No livro, pode-se ler que “o Presidente da FRELIMO encontrava-se em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, onde a Frente tinha o seu escritório principal” (Idem, *Ibidem*). Eduardo Mondlane morreu sim, em Dar-es-Salaam, mas na casa de campo da sua Secretária, a americana Betty King. A formação da narrativa sobre a morte de Eduardo Mondlane, ao deslocar o lugar da sua morte para os escritórios da FRELIMO, construiu a imagem de um patriota que morreu se dedicando até ao último dia da sua vida à causa nacionalista.

A narrativa também glorificava as chamadas zonas libertadas sublinhando que nessas áreas, acabou a exploração colonial, se introduziram formas de produção coletiva e poder popular.

Nas zonas onde antes havia o sipaio<sup>18</sup>, o administrador e o polícia colônia, começava agora uma nova forma de vida. Os problemas eram discutidos coletivamente e as decisões tomadas em conjunto. As FPLM reuniam constantemente com a população. Nas zonas libertadas dançávamos, cantávamos, esculpíamos a madeira. Como havia pessoas vindas de todo o país começámos a aprender danças, canções, a história, as tradições e contos do país inteiro (Idem, *Ibidem*, p. 85).

---

<sup>18</sup> Policial indígena da administração colonial.

Na seção reservada às zonas libertadas, o livro também descreve a colaboração entre os guerrilheiros da FRELIMO com as populações. O livro cita a *Voz da Revolução*, que escreve que:

Uma das principais preocupações do guerrilheiro da FRELIMO é ter boas relações com o povo. Estas relações existem naturalmente, porque os guerrilheiros e o povo estão de mãos dadas na luta contra o inimigo para libertar a nossa pátria.

O povo é para o guerrilheiro o mesmo que a água é para o peixe. Fora da água o peixe não pode viver. Fora do povo, quer dizer, sem o apoio do povo, o guerrilheiro também não pode viver nem lutar. É o apoio do povo que explica todas as vitórias dos guerrilheiros da FRELIMO.

O guerrilheiro faz tudo para defender a vida e os bens do povo. O povo deve ajudar os guerrilheiros da FRELIMO, alimentando-os, escondendo-os, dando-lhes informações sobre os movimentos do inimigo (Idem, *Ibidem*, p. 69-70).

Este relato da experiência das zonas libertadas, silencia a violência e a repressão dentro da FRELIMO. Combatentes que perturbavam as populações eram fuzilados. Por outro lado, o livro refere que os aldeamentos coloniais apenas “serviam para controlar a população e evitar que a influência da guerra se alargasse” (Idem, *Ibidem*, p. 91), não fazendo menção à atos de violência dos guerrilheiros da FRELIMO contra as populações dos aldeamentos que eram acusadas de fornecer apoio ao exército português.

As ações das tropas portuguesas são retratadas como estáticas e limitando-se apenas aos bombardeamentos às zonas controladas pela FRELIMO e a infiltração de agentes da PIDE-DGS dentro da organização. O livro aborda o assassinato de moçambicanos por tropas portuguesas na vila de Wiriayamu, em Tete, em dezembro de 1972. Contudo, a narrativa silencia a participação de soldados moçambicanos que faziam parte dos comandos portugueses, uma tropa de elite do exército colonial. Além disso, o livro sublinha a brutalidade das tropas portuguesas durante a guerra, mas ignora as execuções de dissidentes da FRELIMO e de membros de outros partidos políticos, e o fuzilamento de guerrilheiros da FRELIMO, fora dos combates. Os problemas no movimento nacionalista são muitas vezes estruturados no contexto da luta entre a linha correta ou revolucionária, de Eduardo Mondlane e Samora Machel, e a linha divergente ou reacionária, de Urias Simango e Lázaro Nkavandame, minimizando assim a dimensão dos conflitos étnico-regionais, raciais e de visão de sociedade dentro da FRELIMO.

Para além dos livros escolares, outra forma de lembrar o passado nas escolas era através de canções com estereótipos como “reacionário”, “homem traidor” e “vende-pátria”, para retratar os dissidentes da FRELIMO, particularmente Urias Simango. Como lembrou uma mulher que entrevistei na cidade da Beira: “Depois da independência cantávamos Urias

Simango, reacionário, na escola. Acho que tu eras muito novo nessa altura” (Entrevista, 4 de fevereiro de 2014).

### 3.2.9 Estátuas

Em 1989, nas vésperas do Vº Congresso da FRELIMO, foram erigidas em Maputo, as estátuas de Samora Machel e Eduardo Mondlane. As estátuas em bronze, com mais de três metros, foram construídas por especialistas norte-coreanos. O monumento em homenagem à Samora Machel foi colocado na avenida Samora Machel, defronte do Jardim Tunduru, na baixa da cidade de Maputo. Na concepção e produção desta estátua “optou-se pela posição do braço apontado com o dedo e pela vestimenta da farda com a qual ele mais aparecia em público e que mais caracterizava a sua personalidade” (Freire, 1989, p.8). A estátua encontra-se atualmente abandonada, sendo que o local onde foi erguida é habitado apenas por moradores de rua. Uma nova estátua de Samora Machel, construída no âmbito da proclamação do “Ano Samora Machel”, em 2011, pelo Governo, se encontra a alguns metros do local.



**Figura 11: A primeira estátua de Samora Machel erigida depois da independência (Foto tirada pelo autor, 2014)**

A estátua de Eduardo Mondlane foi fixada no alto da avenida com o mesmo nome, no bairro do Alto Maé. Sobre o monumento podemos dizer que:

(...) houve a intenção de que ela fizesse lembrar o seu gesto da declaração da insurreição geral armada contra a ocupação colonial de Moçambique. Por isso a estátua aparece erguida e com documentos e vestido com uma farda simples que nos seus tempos de luta ele usava (Idem, Ibidem).



**Figura 12: Estátua de Eduardo Mondlane (Foto tirada pelo autor, 2014)**

Para além da construção de estátuas dessas figuras heroicas, diversas ruas, avenidas, escolas, centros de formação, universidade, em todo o país, levaram o nome de combatentes revolucionários, datas históricas e palavras de ordem da FRELIMO.

## 4 NARRATIVAS HISTÓRICAS DA GUERRA ENTRE O GOVERNO DA FRELIMO E A RENAMO

### 4.1 Alguns dados da história recente de Moçambique

Em 1976, um conflito armado foi deflagrado entre o Governo da FRELIMO e o MNR, um movimento criado no mesmo ano pelo CIO, para desestabilizar a economia moçambicana, realizar ataques contra o exército moçambicano e as bases dos guerrilheiros da ZANLA<sup>19</sup>, e recolher informação. Mais tarde, o movimento adotou a designação RENAMO. Vale lembrar que em novembro de 1965, o Governo de minoria branca da Rodésia do Sul declarou a sua independência da Grã-Bretanha. Em março de 1976, o Governo moçambicano decidiu apoiar as sanções contra a Rodésia do Sul adotadas pela ONU. A partir desse período, a Rodésia do Sul deixou de contar com o porto e o corredor da Beira.

Entre os indivíduos recrutados pela CIO encontravam-se colonos brancos que se insurgiram contra o acordo de Lusaka, sul-africanos, rodesianos e militares desertores das FPLM (Oppelo Jr, 1989). O primeiro Comandante da RENAMO foi André Matsangaíssa. Natural da Província de Manica, Matsangaíssa ingressou nas fileiras da FRELIMO em 1972. Acusado de roubo, ele foi mandado para um centro de reeducação na Província de Sofala. Fauvet (1984) e Vines (1991), divergem em relação à forma como André Matsangaíssa saiu do centro de reeducação. Enquanto que Fauvet (1984) afirma que André Matsangaíssa foi libertado pelos rodesianos, depois de um ataque ao centro de reeducação, Vines (1991) escreve que Matsangaíssa fugiu do centro. André Matsangaíssa foi morto em 1979, num combate com o exército governamental, na Serra de Gorongosa, Província de Sofala. Afonso Dhlakama, Comandante-Adjunto, foi eleito Comandante da RENAMO, depois de uma violenta luta pelo poder (Idem, Ibidem). Natural do distrito de Chibabava, Província de Sofala, Afonso Dhlakama juntou-se às FPLM em outubro de 1974. Nas FPLM, Dhlakama ocupou o cargo de Chefe da Intendência. Dhlakama foi preso em 1975, também acusado de roubo. Ele fugiu da cadeia em 1977, indo se juntar à RENAMO (Fauvet, 1989 e Vines, 1991).

---

<sup>19</sup> A ala militar da ZANU, partido no poder no Zimbábue.

Com a independência da Rodésia do Sul, em 1979, a RENAMO foi transferida para a África do Sul, passando a beneficiar de apoio militar e logístico das SADF, que pretendiam cortar o apoio dos países independentes da África Austral aos vários grupos que lutavam contra o apartheid na África do Sul. Sob a influência das SADF, a RENAMO continuou a atacar alvos econômicos para desestabilizar a economia de Moçambique. Além da sabotagem econômica, a RENAMO realizou ataques contra membros do ANC que se encontravam exilados em Maputo.

Em maio de 1984, os governos sul-africano e moçambicano assinaram o Acordo de Incomáti, que previa que a parte moçambicana cessasse o seu apoio ao ANC, e a sua contraparte, à RENAMO. Contudo, os ataques da RENAMO continuaram. Em julho do mesmo ano, realizaram-se negociações entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, mediadas pelo Governo sul-africano. A RENAMO exigiu a demissão do Governo moçambicano, a dissolução da AP<sup>20</sup> e a formação de um governo democrático. Recusada essa proposta inicial pela delegação da FRELIMO, a RENAMO propôs como condição para aceitar Samora Machel como Presidente, as pastas de Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa e Finanças, a eliminação do marxismo e do sistema de partido único. Na segunda ronda das conversações, realizada em setembro, os mediadores anunciaram que a RENAMO tinha concordado com uma declaração conjunta na qual reconhecia Samora Machel como Presidente e aceitava parar com os ataques armados (Veloso, 2007). Para o Governo da FRELIMO, o fato de a RENAMO reconhecer Samora Machel como Presidente, significava reconhecer a legitimidade do seu Governo. Para a RENAMO, contudo, esse reconhecimento não implicava o abandono das suas exigências políticas, tais como, um governo de reconciliação nacional e a mudança do sistema político. Perante esse impasse, as negociações descarrilaram.

Em 1987, a AP aprovou a lei 14/87 de 21 de Dezembro de 1987, que previa a anistia aos guerrilheiros da RENAMO que se entregassem voluntariamente. Essa lei seria prorrogada por uma declaração aprovada em janeiro de 1988. De 8 a 14 de agosto de 1989 realizaram-se negociações de paz em Nairobi, capital do Quênia, mediadas inicialmente, por clérigos religiosos moçambicanos e, mais tarde, pelo Quênia e o Zimbabwe. Enquanto o governo da FRELIMO não reconhecia a RENAMO como um interlocutor político e defendia a integração individual dos guerrilheiros na sociedade moçambicana, a RENAMO, por seu turno, não reconhecia a constituição e o Governo moçambicano, e exigia o mesmo estatuto do governo

---

<sup>20</sup> O Parlamento moçambicano entre 1975 -1994.

no processo negocial. Uma segunda ronda de negociações foi realizada no dia 29 de agosto, mas sem sucesso. No dia 8 de Julho de 1990, iniciaram-se em Roma, Itália, as conversações de paz entre o governo moçambicano e a RENAMO. No dia 4 de Outubro, o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinaram o AGP.

#### **4.2 Guerra de desestabilização ou luta pela democracia: interpretações da FRELIMO e da RENAMO do conflito**

Como é que a FRELIMO e a RENAMO elaboraram as suas próprias versões do período de guerra?

O tema da desestabilização foi central na construção da FRELIMO da narrativa da guerra. Essa narrativa enfatizou a desestabilização da Rodésia do Sul e da África do Sul. Na sua visão, os guerrilheiros da RENAMO eram representantes dos governos de minoria branca da Rodésia do Sul e da África do Sul, que pretendiam desestabilizar Moçambique para torná-lo um Estado fraco e subserviente. É sublinhado que a RENAMO não tinha um projeto político, limitando-se apenas a desenvolver atos de terrorismo simplesmente para desestabilizar o país. No discurso da FRELIMO, os guerrilheiros da RENAMO eram apelidados de “bandidos armados”, “criminosos”, “raptores” e “assassinos”. O conceito de legitimidade foi outro maior componente da visão da FRELIMO. De acordo com essa visão, a RENAMO não tinha uma base política legítima dentro do país, sobrevivendo apenas graças ao apoio externo, à violência e ao medo.

No início da década 80, a interpretação da FRELIMO da guerra foi propagada através dos comunicados da *AIM*, o boletim informativo oficial do Governo. Em janeiro de 1985, pouco depois do fracasso das negociações em Pretória, a *AIM* publicou uma declaração de Samora Machel. Machel diria que: “Moçambique não negociará com raptores, bandidos e criminosos. Em vez disso, Moçambique irá aniquilá-los, e este dia não está distante” (Apud Vines, 1991, p. 23). No dia 17 de julho de 1989 realizou-se o Vº Congresso da FRELIMO, na cidade de Maputo. Entre as principais decisões tomadas, destaca-se, o abandono da FRELIMO do sistema de marxismo-leninismo e a introdução do liberalismo económico. O congresso incentivou Joaquim Chissano, então Presidente da FRELIMO e de Moçambique, a continuar a desenvolver esforços para conversar com a RENAMO, mas avisou que deveria ser



deixado claro que “nós estamos falando de pessoas que violaram leis, e que são, portanto, criminosos” (Idem, *Ibidem*). Em setembro de 1989, a *AIM* publicou uma entrevista de Joaquim Chissano. Perguntando sobre as negociações de Nairobi entre o seu governo e a RENAMO, Chissano responderia o seguinte:

Algumas fontes desinformadas à nossa volta falam de negociações. Nós gostaríamos de lhes dizer que se essas negociações têm como objetivo a reintegração, na comunidade, de pessoas que pretendem abandonar o caminho da destruição da sociedade ao serviço de interesses estrangeiros, então o conceito pode ser aceitável (Apud, Della Rocca, 1998, p. 62).

A RENAMO enfatizou a luta pela democracia. De acordo com a visão da RENAMO, o conflito era uma guerra contra o Governo marxista-leninista da FRELIMO para instalar a democracia em Moçambique. A ideia de legitimidade é também central na visão da RENAMO. É ressaltado que a RENAMO é uma força política importante na arena política moçambicana, a verdadeira representante do povo moçambicano contra um governo marxista-leninista que viola a liberdade de expressão, os direitos humanos, etc. A visão da RENAMO sublinha aspetos das políticas da FRELIMO depois da independência como o fracasso das políticas agrárias, a marginalização das autoridades tradicionais, a política anti-religiosa e a criação das aldeias comunais.

A imagem da guerra da RENAMO era disseminada através da *A luta continua*, o órgão de informação da RENAMO, publicado em Lisboa, e por organizações americanas de direita, que se simpatizavam com a causa da RENAMO. Em 1989, por exemplo, Sibyl Cline, do Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos publicou o livro “RENAMO: em defesa da democracia em Moçambique”. Cline (1998) sublinha, logo nas primeiras páginas do livro, que ele “é dedicado aos moçambicanos que apoiam Afonso Dhlakama a favor da sua campanha pró-democracia no seu país”. O Comandante da RENAMO, Afonso Dhlakama, expressou a visão da RENAMO dos eventos:

A RENAMO não é de forma alguma o retrato daquilo que a «pintam» lá fora. Desde 1977 que temos estado embrenhados na luta, jovens e velhos, fracos e fortes, porque estamos lutando por aquilo que o povo quer e deseja. Se fossemos como a FRELIMO nos descreve e nos apresenta, há muito tempo que teríamos desaparecido. A acusação de que a RENAMO foi fundada por Smith na Rodésia não passa de pura propaganda. Somos, na verdade, uma organização genuinamente popular. Nas suas fases preliminares a RENAMO teve alguma ajuda proveniente da Rodésia, mas continua ainda a ser moçambicana. Até mesmo a FRELIMO foi formada na Tanzânia, mas ninguém diz que pertencia à Tanzânia. A RENAMO tem os seus próprios objetivos democráticos: um sistema de múltiplos partidos, eleições livres e justas, um conjunto que representa os interesses do povo, liberdade de expressão e direitos humanos. E tudo isto não existe na FRELIMO. O povo de Moçambique foi quem criou a RENAMO e continuará a apoiá-la (Dhlakama, 1989, p. 63-64).

## 5 DISPUTAS SOBRE MEMÓRIA NA CIDADE DA BEIRA

Este capítulo tenta mostrar como os novos partidos políticos que vieram ao poder na cidade da Beira, depois das eleições autárquicas de 2003, têm se esforçado para controlar ou disputar as narrativas do passado. No caso da narrativa histórica da guerra entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, que eu analisarei a seguir, há uma tentativa da RENAMO de tornar uma segunda versão da história da guerra como oficial e hegemônica. Assim, o capítulo começa por descrever o contexto sócio-político no qual se realizam as comemorações e a construção de monumentos.



Figura 13: Mapa da Província de Sofala (Fonte: Internet)

Após a independência, os governadores nomeados pela FRELIMO para dirigir a Província de Sofala encararam as populações com elevada suspeição, o que se cristalizou num autoritarismo e na marginalização da Província de Sofala, e da cidade da Beira, a capital. É interessante notar que dos sete governadores que dirigiram a Província de Sofala entre 1975 a 1986, cinco eram veteranos da luta armada de libertação nacional: Tomé Eduardo (1975-1978), Fernando Matavele (1978-1980), Mariano Matsinhe (1980-1982), Armando Guebuza

(1982-1983) e Marcelino dos Santos (1983-1986). Essa animosidade da FRELIMO em relação às populações de Sofala pode ser explicada pelas seguintes razões:

Por um lado, Uria Simango, que desempenhou as funções de Vice-Presidente da FRELIMO, de 1962 a 1969, era natural da cidade da Beira. Tal como Simango, outros dissidentes da FRELIMO e membros de partidos políticos rivais, como, por exemplo, Silvério Nungu, Padre Mateus Gwenjere e Joana Simeão, também eram originários da cidade da Beira. Apelidados de “reacionários” pela direção da FRELIMO, estas figuras foram executadas depois da independência, acusadas de traição.

Por outro lado, durante o conflito armado entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, a Província de Sofala foi o principal bastião da RENAMO. Era no interior da Província de Sofala onde se localizavam as principais bases do antigo movimento guerrilheiro. Além disso, a maior parte dos dirigentes da RENAMO é natural da Província de Sofala. Samora Machel colocou a culpa indiscriminadamente na população da cidade da Beira. Num discurso em 1983, na cidade da Beira, ele afirmou impetuosamente que a Beira foi escolhida por Portugal, Rodésia e África do Sul como o “desdobramento das forças reacionárias” (Apud Muiwane, 2003, p. 412). Porém, no seu discurso, Machel não se referiu ao fracasso das políticas agrárias da FRELIMO, aos centros de reeducação, a operação produção, a criação das aldeias comunais, a marginalização das autoridades tradicionais e a sua política anti-religiosa.

Com a introdução do multipartidarismo no país, a RENAMO conservou a Província de Sofala (e a cidade da Beira) como o seu baluarte, tendo obtido a maioria dos assentos parlamentares nas eleições gerais de 1994, 1999, 2004 e 2009 e 2013. O seu candidato presidencial, Afonso Dhlakama, também conseguiu a maioria dos votos.

Uma pesquisa do CEP da UEM (2003, p. 86) concluiu que na Província de Sofala “muitos não se sentem representados e consideram que os governantes não têm legitimidade para falar em nome do povo desta região, porque a grande maioria da população não votou na FRELIMO”. Concomitante a sensação de falta de legitimidade e de representatividade do Estado na província, o estudo revelou que à predominância do voto da Província de Sofala na RENAMO criou condições para o surgimento de um sentimento de negligência e de marginalização por parte do Estado como represália pelo seu apoio a esta formação política. Há também, de acordo com o CEP, um forte sentimento de exclusão, motivado pelos elevados índices de pobreza da província, pela percepção de que a capital do país é mais privilegiada em termos de desenvolvimento econômico e, também, pela percepção de que os membros da

FRELIMO têm acesso privilegiado aos recursos econômicos e a cargos no aparelho do Estado (Idem, *Ibidem*, p. 85).

Nas eleições autárquicas de 2003, a RENAMO juntou-se à UE, uma coligação de partidos extraparlamentares, para formar a RENAMO – UE. A UE, liderada por Lutero Simango, Presidente do PCN, era constituída por oito partidos que se coligaram à RENAMO em troca de alguns assentos na AR. Daviz Simango, irmão mais novo de Lutero Simango, foi escolhido como candidato da coligação para a cidade da Beira. Daviz e Lutero são filhos de Uria Simango, antigo Vice-Presidente da FRELIMO. Daviz Simango foi eleito Presidente do CMB, e a RENAMO-UE obteve a maioria dos assentos na AMB. Com a vitória de Daviz Simango, o Município da Beira tornou-se a primeira capital provincial fora da governação da FRELIMO. O MAE nomeou um Representante do Estado no Município da Beira. Embora previsto na lei, essa figura foi instituída apenas nos municípios governados pela RENAMO-UE.

Em 2008, a RENAMO-UE dividiu-se por causa da escolha do seu candidato oficial nessas eleições. A liderança da RENAMO, a nível central, indicou o seu deputado na AR, Manuel Pereira, como candidato à presidência do CMB, em detrimento de Daviz Simango. Insatisfeitos com a decisão da direção do partido, um grupo de militantes da RENAMO na cidade da Beira, constituído basicamente pelos delegados dos bairros e pela sua ala juvenil, iniciou uma campanha para a candidatura independente de Daviz Simango nas eleições autárquicas de 2008. Posteriormente, o Conselho Nacional da RENAMO expulsou Daviz Simango da RENAMO. Concorrendo como independente, Daviz Simango foi reeleito Presidente do CMB. Em Março de 2009, foi criado o MDM, sob a presidência de Daviz Simango. O apelo do MDM é um “Moçambique para todos”. O movimento considera-se “uma plataforma política visceralmente contra a demagogia que tem escravizado os moçambicanos em nome do engrandecimento e fausto de uma minoria que se apoderou do país e de seus recursos (<http://mdm.ajudemoz.org/quem-somos/>).

Na cidade da Beira, têm sido reportados conflitos relacionados com áreas jurisdição entre o CMB e o Governo da Província de Sofala. Na matéria do *Canal de Moçambique* de 2 de outubro de 2006 pode-se ler o seguinte:

Nos princípios do ano passado, o edil da Beira, chegou a lançar um veemente protesto contra a movimentação de Alberto Vaquina<sup>21</sup> pelas artérias da cidade da Beira, naquilo que o próprio designou de governação aberta sem que tivesse o devido aval da parte do Presidente do Município. O caso fez correr alguma tinta, até que o Governador de Sofala, depois de ter sido “aconselhado” pelos seus confrades ao mais alto nível deixou de atropelar as “regras de jogo” na área do município.

No passado registraram-se confrontos violentos entre os *ndaus* e *senas* na Igreja Católica, no Bairro da Munhava, por causa da língua que deveria ser usada na liturgia. Importa referir que o então Arcebispo da Arquidiocese da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves, era da etnia *ndau*.

### **5.1 Narrativa da guerra ou guerra sobre a narrativa: A política oficial de lembrança da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, na cidade da Beira**

Na cidade da Beira, a subida ao poder da RENAMO-UE, em 2003, e do MDM, em 2013, abriu espaço para novas interpretações da história do conflito armado entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. A construção dessa narrativa foi estruturada com uma nova explicação que enfatiza o anticomunismo e a luta pela democracia. A comemoração de eventos como a data da morte de André Matsangaíssa, a renomeação da Praça número 2314 e a construção de um monumento em homenagem à André Matsangaíssa, e a oficialização da Praça da Paz, demonstram esse esforço do Conselho Municipal para oficializar uma narrativa histórica na cidade da Beira.

No dia 17 de outubro de 2007, ano em que se comemorava o 28º da morte do primeiro Comandante da RENAMO, o Presidente do CMB, Daviz Simango, inaugurou o Mercado de Peixe, localizado na entrada de Nhangave e a rua Kruss Gomes, que atravessa o bairro da Munhava. É importante referir que é no bairro da Munhava onde se localiza a sede da Delegação Política da RENAMO na Província de Sofala. De acordo com uma nota do *Diário de Moçambique* de 18 de outubro de 2007, Simango fez coincidir propositadamente as cerimónias de inauguração com as comemorações do aniversário da morte de André Matsangaíssa. Durante o seu discurso, o Presidente do CMB ligou a edificação do novo mercado à memória de André Matsangaíssa, ao afirmar que “este mercado surge com vista a

---

<sup>21</sup> Então Governador de Sofala.

minorar o sofrimento dos munícipes e em memória de André Matade Matsangaíssa, que sempre defendeu que a população deve ser melhor servida” (Idem, *Ibidem*). No mesmo ano, o CMB submeteu à AMB uma proposta para a atribuição do nome André Matsangaíssa à Praça número 2314, na Munhava, no cruzamento das ruas Acordos de Lusaka e Kruss Gomes. De acordo com o CMB, a proposta foi apresentada devido a uma petição enviada àquela instituição pelos munícipes (AMB, 2007). Com o voto majoritário da bancada da RENAMO-UE, a AMB aprovou a proposta do CMB. A bancada da FRELIMO na AMB contestou a deliberação, alegando que a atribuição de nomes à praças, assim como, a edificação de estátuas, não era da competência da AMB, mas sim do MAE. No dia 17 de outubro de 2008, num evento enquadrado nas celebrações do 29º aniversário da morte de André Matsangaíssa, o Presidente do CMB, Daviz Simango, inaugurou um monumento em homenagem à André Matsangaíssa, na praça com o mesmo nome. O monumento consistia de uma pequena escultura composta de cinco membros de uma família (pai, mãe e três crianças), simbolizando que “André Matsangaíssa unia a família moçambicana à resistência” (*Diário de Moçambique*, 18/10/2008). Na placa da estátua, feita de mármore branco, pode-se ler o seguinte:

Praça André Matade Matsangaíssa  
 Pela Determinação Com Que Conduziste A Luta Em Prol Do Entendimento E Da  
 Harmonia Nesta Terra Legada Pelos Nossos Antepassados. Aqui Fica Registada A  
 Homenagem, O Fundador Do Movimento De Luta Pela Democracia Que  
 Conquistámos E Continuamente Aperfeiçoamos.  
 Inaugurada Aos 17 De Outubro De 2008 Pelo Presidente Do Conselho Municipal Da  
 Beira Eng. Daviz Mbepo Simango.

De acordo com a mesma matéria do *Diário de Moçambique* de 18 de outubro de 2008, atrás da placa “encontram-se depositadas pedras que são da Serra da Gorongosa, ato que simboliza igualmente que o espírito de André Matsangaíssa está a descansar naquele local”. Vale lembrar que André Matsangaíssa morreu em 1979, na Serra da Gorongosa, durante um combate com as tropas governamentais. Importa referir que nem o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, nem as lideranças seniores do partido, a nível central e provincial, estiveram presentes nessa cerimônia.

O desenho da estátua encontrou resistência por parte dos membros da RENAMO que faziam parte da coligação RENAMO-UE na AM. Estes afirmavam que a estátua era um boneco que não tinha nada a ver com o primeiro Comandante da RENAMO. Um membro da RENAMO, na altura deputado da AM pela bancada da RENAMO-UE afirmou que sempre insistiram que o monumento fosse a imagem real de André Matsangaíssa, dando o exemplo da estátua de Samora Machel, que se encontra na Praça da independência, na cidade da Beira.

Esse exemplo demonstra o quanto é complexo e controverso a construção de monumentos. De acordo com o membro da RENAMO:

O projeto foi criado quando o Município era governado pela RENAMO-UE, mas ele (Daviz Simango) não nos falou de bonecos simbolizando André Matsangaíssa. Eu era membro da Assembleia nessa altura. Nós queríamos a imagem de André Matsangaíssa, tal como aquela estátua de Samora Machel. O que é que significam aqueles bonecos? André Matsangaíssa não tinha mulher e nem filhos! (Entrevista, 30/10/14)



**Figura 14: Praça André Matsangaíssa (Foto tirada pelo autor, 2014)**

Intervindo na cerimônia de inauguração do monumento, Daviz Simango destacou que a inauguração do monumento visava prestar homenagem a um “nacionalista moçambicano” que:

(...) tombou por causa da democracia em Moçambique, que lutou pelo aniquilamento do regime marxista-leninista e comunismo e exclusão social, seguidos pela FRELIMO.  
Graças ao nosso herói André Matsangaíssa, que hoje estamos livres, pois já podemos falar sem receios, fazer política e viajar sem guias de marcha (Simango, 2008, p. 16).

Contudo, Simango permaneceu no silêncio em relação aos crimes perpetrados pela RENAMO durante a guerra, como, por exemplo, o recrutamento de crianças para as fileiras

da guerrilha, o rapto de raparigas para serem usadas como objetos sexuais dos guerrilheiros, as execuções públicas de dirigentes da FRELIMO e suas famílias, a destruição de infraestruturas, o deslocamento de populações para as áreas controladas pela RENAMO, etc. Como observou Pollak (1989), discursos oficiais silenciam memórias “proibidas”, lembranças dissidentes.

Em outubro de 2012, a estátua em homenagem à André Matsangaíssa foi destruída por membros da RENAMO. De acordo com o jardineiro, na altura responsável pela manutenção da Praça André Matsangaíssa, antes de vandalizar a escultura, os membros da RENAMO disseram: “Nós não reconhecemos esse boneco como André Matsangaíssa. Vamos tirá-lo e colocar a imagem real de André Matsangaíssa” (Entrevista, 5/2/14). A fragmentação da RENAMO-UE levou ao questionamento do monumento construído pelo CMB. A imagem de Matsangaíssa foi disputada pela RENAMO e pelo CMB, que está se apropriando de um herói de um partido político reconhecido localmente. Afonso Dhlakama afirmou que a estátua não tinha nenhuma relação com André Matsangaíssa, e que Simango estava se aproveitando da figura de André Matsangaíssa para promover a memória do seu pai. Nas palavras de Dhlakama:

O Daviz Simango colocou um homem, uma mulher, um livro e outras três crianças. Essa imagem que aparecia na praça é a mesma que está patente no livro intitulado “Um homem, uma causa”, que narra a história de Uria Simango. Portanto, isso constitui um abuso. O Daviz Simango não pode tentar atingir os patamares de André Matsangaíssa, pois ele não sabe onde morreu, nasceu e muito menos conhece a família do nosso comandante (Dhlakama, 2012, p. 14).

Contrariando as declarações do líder da RENAMO, Daviz Simango explicou que “nunca se tratou de uma fotografia, de um monumento com figura de uma pessoa”, mas de uma escultura na qual André Matsangaíssa unia a família moçambicana à resistência da RENAMO. Simango defendeu que a imagem de André Matsangaíssa não poderia ser monopolizada por um único partido, afirmando que “a praça é pública, de utilidade pública e nunca será propriedade da RENAMO” (2012, p. 14).

Durante a minha pesquisa de campo na Cidade da Beira, observei, por um lado, que desde a sua inauguração, nenhuma outra celebração, alusiva à morte de André Matsangaíssa, foi realizada e, por outro lado, que a estátua ainda não foi refeita. Apenas um pedestal vazio está ainda lá.

Na cidade da Beira, observa-se uma outra disputa desta vez entre a FRELIMO e o MDM. No “Dia da Paz”, a cerimônia oficial, promovida pelo Estado, é realizada no



Monumento aos Heróis Moçambicanos, que foi inaugurado por Samora Machel, em 1981. O “Dia da Paz”, contudo, também tem outra celebração oficial, que é patrocinada pelo CMB, e tem lugar na “Praça da Paz”, que foi “oficialmente” inaugurada por Daviz Simango, no dia 4 de outubro de 2012. O monumento, no centro da praça, compreende uma estrutura de cimento com duas bases de cimento sustentando dois pássaros brancos. A construção, pintada de azul, está cercada por um largo jardim. Enquanto a primeira celebração conta com a presença do Governador da Província de Sofala, membros do seu Governo e quadros da FRELIMO naquela Província, na segunda, se fazem presentes os membros do MDM e do PDD<sup>22</sup>, dois partidos políticos criados por antigos membros da RENAMO. Como ilustra a nota do *Diário de Moçambique* de 5 de outo de 2010:

O ato de deposição da coroa de flores pelo Governo Provincial de Sofala decorreu no Monumento aos Heróis Moçambicanos, no Bairro da Chota que foi orientado pela Secretária Permanente Provincial, Elisa Somane. Outra cerimônia, também de deposição de flores, foi orientada pelo Presidente do CMB, que juntou os partidos políticos como RENAMO e PDD na Praça da Paz, cita no bairro dos pioneiros.



**Figura 15: Praça da Paz (Foto tirada pelo autor, 2014)**

<sup>22</sup> O PDD foi criado por Raul Domingos. Expulso da RENAMO em 2000, Domingos foi chefe da delegação da RENAMO nas conversações de Roma e, mais tarde, seu chefe de bancada parlamentar na AR.

Para Daviz Simango, não faz sentido que as comemorações do “Dia da Paz” sejam realizadas no Monumento aos Heróis, enquanto esta data tem o seu próprio lugar de memória. Ele defendeu que “pelo menos uma vez por ano tinha que se fazer sentir a presença física dos governantes e dos governados na Praça da Paz” (Idem, Ibidem). É interessante observar que antes da sua oficialização como Praça da Paz, pelo CMB, em 2012, os membros da RENAMO já comemoravam o “Dia da Paz” no local, e já a denominavam de Praça da Paz. Como refere uma nota do *Diário de Moçambique* de 5 de outubro de 2006, nesse ano, “a RENAMO realizou a sua cerimônia na denominada Praça da Paz, nos Pioneiros, orientada pelo Delegado Provincial Fernando Mbararano”.

## 5.2 “Uria Simango também é herói: a comemoração do “Dia dos heróis” na cidade da Beira

Em fevereiro de 2014, eu etnografei a comemoração oficial do “Dia dos Heróis”, na cidade da Beira, capital da Província de Sofala. A cerimônia oficial do “Dia dos Heróis” realiza-se no mesmo lugar a cada ano - o Monumento aos Heróis Moçambicanos -, inaugurado em 1981, por Samora Machel, primeiro Presidente da República Popular de Moçambique. O Monumento aos Heróis Moçambicanos é feito basicamente de azulejos e possui uma pirâmide com uma mão segurando uma arma, fazendo lembrar o período de inspiração socialista em Moçambique. Este santuário provincial acolhe praticamente todas as cerimônias promovidas pelo Estado, na Cidade da Beira, nomeadamente: o 25 de setembro, “Dia das Forças Armadas de Libertação de Moçambique”; o 25 de junho, “Dia da Independência”; o 7 de setembro, “Dia da Vitória”; o 7 de Abril, “Dia da Mulher Moçambicana”; o 1 de Maio, “Dia do Trabalhador”; e o 4 de Outubro, “Dia da Paz”.



Figura 16: Monumento aos Heróis Moçambicanos (Foto tirada pelo autor, 2014)

Eu cheguei na cidade da Beira num período pós-eleitoral. Em outubro de 2013 houve um conflito violento entre os membros do MDM e da FRELIMO, no último dia de campanha para as eleições municipais de 2013. O conflito teve lugar entre a sede da FRELIMO no Bairro da Munhava e o campo de futebol daquele bairro, onde se realizaria um comício do MDM, de encerramento da sua campanha eleitoral. A sede da FRELIMO dista a menos de 100 metros do campo de futebol. Os membros do MDM impediram a passagem da caravana da FRELIMO, que integrava o seu candidato às eleições municipais e o Secretário-Geral do partido. Chamados a intervir, os agentes da FIR<sup>23</sup> tentaram dispersar os membros do MDM lançando gás lacrimogêneo e disparando balas de borracha. Aparentemente, a atitude da FIR acabou acirrando os ânimos de alguns membros do MDM que começaram a atacar viaturas que portavam bandeiras da FRELIMO, tendo algumas sido incendiadas. Estes membros do MDM também fizeram barricadas na rua Kruss Gomes com contentores de lixo e pneus queimados. De acordo com uma fonte policial citada pelo *Diário de Moçambique*, na edição de 18 de novembro de 2013, houve “pelo menos quarenta e seis feridos, vinte e quatro dos quais em estado grave, seis viaturas carbonizadas, entre outros danos”, e a detenção de “vinte e uma pessoas consideradas protagonistas dos atos”. Seguiu-se depois uma troca de acusações entre o candidato do MDM, Daviz Simango e a PRM, tendo o primeiro acusado a corporação

<sup>23</sup> A polícia anti-motim. É uma unidade de elite da PRM.

policial de querer tirar-lhe a vida. De acordo ainda com a matéria do *Diário de Moçambique*, dias antes do comício, a PRM entregou um colete à prova de balas à Daviz Simango “para proteger o candidato do MDM”. Este argumento foi rejeitado por Daviz Simango, que afirmou que “ao me atribuírem o colete à prova de balas, sabiam que iam atirar em mim, querem assassinar-me”.

Um antigo colega da graduação, esteve presente no incidente entre as duas caravanas eleitorais. Ele classificou esse incidente de uma “confusão terrível”. Nas suas palavras:

Eu estava passeando de carro quando uns colegas de trabalho que estavam na caravana da FRELIMO mandaram-me parar. Era o último dia de campanha. Eles disseram “esse teu carro não está bem assim”! Colaram panfletos da FRELIMO e do seu candidato no meu carro e disseram-me para entrar na caravana. Como sou funcionário do Estado, ficava complicado recusar. Quando entramos na Manhava, de repente, vejo carros sendo apedrejados. Havia um comício de Daviz Simango no campo de futebol. Eu estava no meio da coluna. Quando tentava fugir, apareceram algumas pessoas com pedras, na janela do meu carro. Elas gritavam, “vocês são ladrões”. Não podia fazer nada. Olhei para eles apenas. Eles deixaram-me sair dali. Mas uma minha colega ficou com o carro estragado. Entrei numa rua da Manhava tentando fugir daquela situação. Acabei indo parar numa escola onde já lá estavam alguns membros da FRELIMO. Apareceu uma senhora que disse que se quiséssemos sair dali sem problemas, deveríamos tirar os panfletos e as camisetas da FRELIMO. Assim o fizemos (Entrevista 3/2/2014)

### 5.2.1 Descrição da cerimônia oficial do Dia dos Heróis

Eu assisti e filmei a cerimônia oficial do Dia dos Heróis que se realizou na manhã do dia 3 de fevereiro de 2014. A seguinte descrição é baseada nas minhas memórias, nas notas que eu tomei durante a cerimônia, na gravação da cerimônia, e nas entrevistas que eu fiz com os membros do MDM e da FRELIMO.

Durante o percurso até ao Monumento aos Heróis Moçambicanos, eu deparei-me com várias pessoas, à pé ou em carinhas<sup>24</sup>, vestidas com camisetas de campanha eleitoral do MDM, e empunhando bandeiras desta formação política. Nessas camisetas, com as cores amarela, verde, azul e branca, estavam estampados o emblema deste partido político e *slogans* como “Beira para todos”, “Moçambique para todos” e “vota Daviz Simango”.

---

<sup>24</sup> Veículos de caixa aberta, muito populares em Moçambique. São usados para o transporte de passageiros e de mercadorias.



**Figura 17: Carinha transportando os membros do MDM (Foto tirada pelo autor, 2014)**

Estranhando este comportamento que se assemelhava à uma campanha eleitoral, num dia reservado à celebração de uma data nacional, perguntei a um dos jovens para onde se dirigiam ao que prontamente respondeu: “Vamos ao monumento, para a comemoração do ‘Dia dos Heróis’”. Perguntei por que é que iam trajados daquele jeito se era uma comemoração nacional, sem distinção de ideologias ou cores partidárias. O jovem afirmou que no dia anterior tinha recebido a informação do Delegado do MDM do seu bairro para se dirigirem ao Monumento aos Heróis Moçambicanos, vestidos com as camisetas do partido. Quando cheguei ao Monumento aos Heróis Moçambicanos, já lá estavam os trabalhadores do CMB, alguns membros do MDM e elementos da PRM. No seu entorno, foram colocadas faixas com as inscrições “Viva 3 de fevereiro dia dos Heróis Moçambicanos”, “Viva a memória do Arquiteto da Unidade Nacional Eduardo Mondlane” e “Viva a Unidade Nacional”. As bandeiras no entorno eram verdes, vermelhas, brancas e amarelas. Mais tarde, apareceu um outro grupo de membros do MDM. Um membro do MDM que chegou com o primeiro grupo, perguntou a uma senhora que acabava de chegar, onde é que eles iriam ficar. Depois de definidas as áreas que iriam ocupar, os membros do MDM começaram a cantar e a dançar. No centro do monumento, a área por onde passa o mais alto representante do Estado

na província para depositar uma coroa de flores, estavam o “maestro<sup>25</sup>”, a senhora que acabara de chegar, e o homem do batuque. Essa zona solene é feita de azulejos. No seu entorno, coberto de areia, estavam os outros membros do MDM que respondiam ao “maestro”. Em *ndau*, os membros do MDM cantavam:

É a força de Simango, é a força de Simango.(Todos).  
 Se estamos a gingar assim? (Maestro).  
 É graças ao Simango. (Todos).  
 Se estamos a engordar assim? (Maestro).  
 É graças ao Simango. (Todos).

A certa altura, os membros do MDM começaram a cantar e a dançar no centro do monumento. Durante a performance dos membros do MDM, observei, nas proximidades do monumento, cinco jovens da OJM, vestidos de camisetas vermelhas, a cor tradicional do partido FRELIMO. Vendo que eu estava com a câmara apontada para eles, um dos membros da OJM veio ter comigo pedindo que não os filmasse. Estes membros da OJM mantiveram-se no local até a chegada de outros membros da organização. A atuação dos membros do MDM seria momentaneamente interrompida com a chegada de dois policiais da PRM, que pediram aos membros do MDM para abandonarem o centro do monumento. Durante a conversa entre os agentes policiais e os membros do MDM, um dos jovens da OJM gritou: “Dá porrada a todos”. Os membros do MDM pareciam ter concordado com a recomendação dos oficiais da polícia, mas, logo a seguir, o número dos seus membros dentro da zona central do monumento foi crescendo, enquanto cantavam e dançavam.

---

<sup>25</sup> Por falta de um termo melhor decidi colocar o maestro entre parênteses para me referir ao indivíduo responsável pela *performance* musical do seu grupo.





**Figura 18: MDM dançando no centro do monumento (Foto tirada pelo autor, 2014)**

Continuando com a sua performance, os membros do MDM cantavam novamente em *ndau*:

Quem ganhou a Beira? (Maestro).  
 É Daviz Simango. (Todos).  
 Quem acabou com o lixo? (Maestro).  
 É Daviz Simango. (Todos).  
 Quem acabou com a cólera na Beira? (Maestro).  
 É Daviz Simango. (Todos).  
 Quem acabou com a sujidade na Beira? (Maestro).  
 É Daviz Simango. (Todos).  
 Quem acabou com as moscas? (Maestro).  
 É Daviz Simango. (Todos).

Gradualmente, o monumento foi ficando preenchido. A parte traseira era ocupada pelos membros da OJM e do MDM. À frente, estavam os membros da OMM, da ACLLIN e do Governo da Província, quadros do partido FRELIMO e representantes das associações econômicas da província. Repentinamente, começou uma movimentação envolvendo os membros da OJM e do MDM. Cada grupo procurava ocupar um espaço mais amplo, atravessando os espaços onde se encontravam os membros do grupo oposto. Essas movimentações eram incitadas por pessoas que pareciam ocupar posições importantes nas duas organizações. Durante as “invasões territoriais”, os membros do MDM levantavam os dois dedos para o grupo da OJM, em jeito de vitória. Essas disputas territoriais eram acompanhadas por danças e músicas. Os membros do MDM cantavam músicas que realçavam

as realizações de Daviz Simango enquanto os membros da OJM entoavam canções revolucionárias da FRELIMO.



**Figura 19: Membros da OJM, vestidos de camisetas vermelhas (Foto tirada pelo autor, 2014)**

A cerimônia iniciou com a entrada da banda militar que entoou uma melodia de uma canção revolucionária, muito tocada depois da independência. Observei que os membros do MDM parodiavam a melodia cantando:

O povo moçambicano está disposto a trabalhar com o MDM.  
 Simango não chora, Simango não chora.  
 O povo moçambicano está disposto a trabalhar com Daviz Simango.  
 Simango não chora, Simango não chora.

Depois da entrada da banda militar e de um grupo de soldados das FADM, seguiu-se a entrada do Governador da Província de Sofala. O Governador foi saudado pelos soldados das FADM enquanto se dirigia ao local onde deveria depositar a coroa de flores, carregada por duas oficiais das FADM. Antes de o Governador depositar a coroa de flores, a banda militar entoou o hino nacional. Depois do ato solene de deposição de flores, os membros do MDM começaram a cantar “Daviz Simango tem poder”, para os membros do governo provincial que se dirigiam para a entrada da zona central do monumento para cumprimentar o Governador. Uma parte dos membros dessa formação política dirigiu-se para o carro do Governador da



Província. Quando eu estava passando pela zona central do monumento, escutei um membro da FRELIMO dizer para o outro: “Se naquela confusão da Munhava a polícia tivesse espancado alguns do MDM, isto não estaria acontecendo hoje”.

Observando que o Governador estava terminando de cumprimentar os membros do governo provincial, alguns chefes da polícia retiraram-se da zona central do monumento e dirigiram-se para a estrada, onde se encontrava o carro do Governador. Os membros do MDM se encontravam aproximadamente a menos de dois metros da viatura protocolar cantando “Daviz Simango tem poder”. Essa canção era intercambiada com outras cantadas em *ndau*, como, “Não há maneira, Simango já ganhou” e “Eh, eh, hoje você verá, quem me provocou foi você”. Enquanto isso, os membros da OJM continuavam cantando canções revolucionárias junto aos membros do executivo da província que eram cumprimentados pelo Governador. Terminada a saudação, os membros da OJM se viraram para a estrada e se posicionaram do lado esquerdo, onde o Governador se preparava para entrar na viatura protocolar. Observei que o Governador entrou pelo lado oposto ao lado onde se encontravam os membros do MDM, que continuavam cantando e fazendo gestos com os dedos, em sinal de vitória. A disputa saiu das proximidades do monumento para a estrada, e era agora feita através das suas performances de dança, gestos e música. De um lado, escutavam-se as canções revolucionárias que exaltavam a FRELIMO e, do outro lado, as canções que exaltavam o domínio do MDM e de Daviz Simango na Cidade da Beira. Enquanto a comitiva do Governador se retirava, ouvi o Comandante Provincial da PRM exclamar: “Mas estes, isso só dura um minuto”! A cerimônia terminou com a banda militar entoando uma melodia revolucionária muito famosa no período socialista e performatizada por Samora Machel nas suas aparições públicas. Quando os membros do MDM, que se encontravam na estrada perceberam que a banda militar estava abandonando o monumento, rapidamente se aproximaram da banda cantando “Não há maneira, Simango já ganhou”. A medida que os membros do governo provincial e outros presentes iam abandonando o monumento, as performances dos dois grupos foram perdendo a sua intensidade.

Por que é que os membros do MDM se comportavam assim na cerimônia oficial do “Dia dos Heróis”? O que é eles querem alcançar com isto? Como o programa da celebração do Dia dos Heróis é organizado? Que estórias são contadas?

Numa entrevista com uma funcionária da Direção Provincial dos Combatentes de Sofala, responsável pela programação das comemorações das datas nacionais, eu procurei

saber mais sobre a cerimônia. Ela explicou-me que as celebrações oficiais, na cidade da Beira, são organizadas pela Comissão Provincial para a Realização de Grandes Eventos. Esta comissão é chefiada pelo Diretor Provincial da Educação e Cultura, tendo como adjunto, o Diretor Provincial dos Antigos Combatentes. Também fazem parte desta comissão a Direção Provincial do Turismo, o Representante do Estado na cidade da Beira, a Secretaria Provincial e o Gabinete do Governador. Ela afirmou que cada uma destas instituições tem uma tarefa definida. De acordo com a funcionária, 15 dias antes da celebração, a sua instituição submete uma proposta ao chefe da comissão. Depois da sua apreciação, esta é enviada para o Secretário Permanente da Província de Sofala, para as retificações. A proposta é finalmente submetida ao Governador para a sua aprovação. Ela afirmou ainda que a cerimônia consiste de duas partes: a deposição de uma coroa de flores, pelo Governador da Província de Sofala, e a realização de um comício popular, orientado por este último.

O primeiro aspecto a ser discutido aqui é a relação entre a performance e comemoração. Através da observação etnográfica da cerimônia do 87º aniversário de Eduardo Mondlane, Inguane (2007) constatou o uso constante de *slogans* do partido FRELIMO através de canções e discursos tornando assim difícil distinguir se tratava do aniversário de Eduardo Mondlane ou uma celebração do partido FRELIMO. Como observei durante a comemoração do “Dia dos Heróis”, na cidade da Beira, as coreografias e as vestimentas dos membros do MDM e da FRELIMO são completamente distintas. As razões dessa segregação e divisão no “Dia dos Heróis” são explicadas historicamente, com os membros do MDM se referindo ao fato de, desde a independência, a FRELIMO estar a monopolizar as comemorações nacionais. Uma das lideranças do MDM na cidade da Beira questionou porque é que eles deveriam cantar as músicas da FRELIMO e não as suas. Como ela colocou:

A FRELIMO anda a monopolizar as comemorações nacionais. A comemoração é de todos moçambicanos, não deles. Desde que surgiu o MDM, nós sempre vamos às comemorações com as camisetas e bandeiras do nosso partido. Se eles cantam as suas músicas, porque é que nós não podemos cantar as nossas? Nós nunca aceitaremos cantar as músicas deles! Você viu o que aconteceu no dia 25 de setembro, na Praça da Independência? Não nos deixaram dançar. Eles montaram um palco, na praça, e nós pedimos para dançar. Eles seguiram com o programa e as pessoas acabaram por entrar no palco para dançar (Entrevista, 7/2/2014).

Para a funcionária que faz parte da comissão oficial que organiza a cerimônia do “Dia dos Heróis”, o MDM não é um partido organizado. Ela disse que a direção do partido nunca se aproximou da organização para manifestar o seu interesse em participar nas atividades culturais que são parte do programa das celebrações. Ela deixou claro que: “Aqueles grupos

que participam não são grupos da FRELIMO. São grupos culturais das zonas, dos bairros (da cidade da Beira)” (Entrevista, 28/6/2016).

Outro aspecto importante que merece ser analisado é a ligação entre memória e espaço. No Monumento aos Heróis Moçambicanos, eu observei que a PRM foi várias vezes pedir aos membros do MDM que se retirassem do centro do monumento, por onde passaria o Governador para depositar a coroa de flores. Em seu relato, um dos membros do MDM afirmou que os membros do seu partido não abandonaram o centro do monumento porque o monumento é propriedade de todos: “A polícia pediu para nos afastarmos. Disse vocês não podem pisar aqui. Não saímos porque a praça é de todos nós. Não é da FRELIMO, nem do MDM. É dia dos heróis moçambicanos (Entrevista, 5/2)2014). A fala deste membro do MDM mostra as diferentes percepções do espaço entre os membros da FRELIMO e do MDM.

Em os “Quadros sociais da memória”, Halbwachs vê os objetos materiais, os espaços, apenas como suporte da memória.

Concentração num único lugar assim como uma dualidade de locais em várias regiões: estes são meios familiares usados por grupos humanos, não apenas por igrejas, mas também outras comunidades, como as famílias ou nações, com o objetivo de reter e organizar as memórias não só de locais, mas também de eventos, tempos e pessoas (Halbwachs, 1992, p. 225).

Profundamente influenciado pelo trabalho de Durkheim, Halbwachs focou nos rituais como expressão de solidariedade e reforço da coesão social dentro dos grupos para quem o passado lembrado é importante. O que é preciso focar nessa discussão, penso eu, é que o espaço não é dado naturalmente, mas percebido e narrado de formas diversas, através de narrativas que os indivíduos recebem direta ou indiretamente. O espaço não necessariamente desempenha uma função.

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2002), as estratégias narrativas que os indivíduos usam, seja o da “monumentalidade” ou do “cotidiano”, influenciam a sua forma de perceber o espaço. Neste sentido, quando narrado sob o registro da monumentalidade, o espaço público será percebido como monológico, policiado e fechado. Na narrativa cotidiana, por seu turno, ele será concebido como um espaço mais aberto e polifônico. Nas palavras de Gonçalves (2002, p.121):

No primeiro caso, na medida em que o patrimônio representa a nação como uma totalidade, o espaço público é pensado como um espaço sem conflitos, porque sem diferenças, sem pluralidade, com todos os seus elementos remetidos ao valor hierarquicamente superior, que é a nação, seu passado e sua tradição. Já no caso das narrativas articuladas no registro do cotidiano, o espaço público tende a ser pensado como dividido pela diversidade de pontos de vista, pela diversidade dos

gêneros de discurso que nele circulam. A nação não é vista como algo acabado, cuja essência seria representada pelo patrimônio. Ela é pensada como heterogênea e em permanente processo de transformação e os patrimônios fazem parte do dia-a-dia da vida dos diversos segmentos sociais.

A perspectiva de Gonçalves permite refletir sobre as observações realizadas durante a minha pesquisa sobre a comemoração do Dia dos Heróis, no Monumento aos Heróis Moçambicanos, na cidade da Beira. Uma hipótese seria a variedade de classificações de espaço e multiplicidade de memórias dos diversos grupos. Assim, para os partidários da FRELIMO – membros do Governo provincial, da direção do partido na província, da OJM, OMM e ACLLN-, tal espaço é percebido como homogêneo, sem disputas, marcado pelo controle explícito da palavra, dos gestos e vestimentas, onde os espaços são bem marcados e os modos de participar na cerimônia estão prescritos. Nessa perspectiva, a comemoração oficial do “Dia dos Heróis”, no Monumento aos heróis Moçambicanos – um lugar de memória institucionalizado pelo governo provincial -, reforçaria a identidade e a unidade nacional. Para os membros do MDM, porém, esse mesmo espaço é percebido como heterogêneo, “ou de todos”, para usar o “discurso nativo” de João Cebola.

Além do mais, a perspectiva de Gonçalves rompe com as narrativas que se apoiam em uma ideia de história linear, homogênea, progressiva de fatos, grandes feitos e atos heroicos. Desse ponto de vista, não só podemos falar de um espaço polifônico, mas também de múltiplas memórias.

Segundo a funcionária da Direção Provincial dos Antigos Combatentes de Sofala, quando se fala do 3 de fevereiro, a figura central é Eduardo Mondlane. Ela explicou que Eduardo Mondlane entregou a sua vida para a libertação de Moçambique. As mensagens da cerimônia são unidade nacional, heroísmo e sacrifício. Nas suas palavras:

Quando falamos de 3 de fevereiro estamos a falar do dia dos heróis moçambicanos, de Eduardo Mondlane. As pessoas vão à praça, onde o mais alto representante do Estado na província faz a deposição da coroa de flores e, depois, fala a população, neste caso, um comício. Neste comício, fala-se da unidade nacional, do Doutor Eduardo Mondlane, que entregou a sua vida para a libertação do nosso Moçambique. Fala-se também do seu papel na unificação dos moçambicanos. É por causa dele que 3 de fevereiro é “Dia dos Heróis”. (Entrevista, 28/6/2016).

Ao longo do seu trabalho, Pollak (1989) nos mostrou como os processos de construção da memória são atravessados por disputas por poder e dominação. Determinados aspetos e figuras do passado são idolatrados e outros esquecidos. Neste sentido, práticas comemorativas contribuem para a construção, reencenação e representação de interpretações específicas do passado nacional. Recorrendo à tradição etnográfica, Santos (2007) observou as celebrações

do 7 de abril, “Dia da Mulher Moçambicana”, no distrito de Mocímboa da Praia, na Província de Cabo Delgado. Sua pesquisa mostrou como a versão oficial do passado exclui e silencia experiências históricas alternativas do período da guerra de 1964-1974. Durante as entrevistas, os membros do MDM questionaram o fato de o nome de Uria Simango não ser exaltado nas celebrações do “Dia dos Heróis”. Na sua versão sobre os eventos de 1964-1974, Uria Simango também jogou um papel importante na união dos moçambicanos e deu um grande contributo para a luta pela independência do país. Como disse um membro da UDENAMO que eu entrevistei:

Uria Simango nunca aceitou dividir os moçambicanos. Nessas comemorações eles falam de Eduardo Mondlane, mas não falam de Uria Simango. Uria Simango foi Vice-Presidente da FRELIMO, ele também lutou para libertar os moçambicanos. Nós queremos que também falem o nome dele nessas comemorações (Entrevista, 6/2/2014).

Portanto, durante a comemoração do “Dia dos Heróis”, os membros do MDM estão promovendo uma mensagem diferente da narrativa dominante. Este questionamento da versão dominante da luta armada, na comemoração do “Dia dos Heróis”, está intimamente relacionado com a vitória de Daviz Simango nas eleições autárquicas de 2008 e 2013, e a subida ao poder do MDM, em 2013. Como Pollak mostrou no seu texto “Memória, esquecimento e silêncio”, mudanças políticas favorecem a irrupção de lembranças dissidentes. Durante a entrevista, um membro do MDM questionou a narrativa da FRELIMO do primeiro tiro para o início da luta armada, reivindicando que eles querem conhecer uma interpretação histórica verdadeira. Ele perguntou-me o seguinte: “Você conhece Alberto Chipande? O homem que deu o primeiro. Onde é que ele está agora? Nós queremos conhecer a história real” (Entrevista, 5/2/ 2014).

## CONCLUSÃO

Escrever sobre as representações do passado foi muito recompensador para mim. Eu desafiei a abordagem seguida pelo ARPAC e obtive uma percepção não apenas do processo de escrita da história, mas do curso da própria história. Por outro lado, esse é um processo inglório uma vez que fiquei com a sensação de que um projeto de pesquisa é muito vulnerável. Ao mesmo tempo que dou por encerrado o processo de escrita, estão ocorrendo debates em Moçambique sobre as guerras de 1964-1974 e 1976-1992.

Na introdução, eu tentei mostrar o campo de pesquisa da memória em Moçambique e posicionar-me em relação a estes trabalhos iniciais. Contudo, é preciso dar ao leitor uma percepção da complexidade do campo em Moçambique. Nos últimos 5 anos, historiadores moçambicanos começaram a “aventurar-se” na pesquisa sobre a memória do período de guerra de 1964-1974. Em primeiro lugar, é necessário desenhar um retrato destes pesquisadores de memória moçambicanos. João Paulo Borges Coelho é professor do Departamento de História da UEM e pesquisador do CEA. O texto “Memory, History, Fiction: a note on the politics of the past in Mozambique” foi apresentado num seminário realizado em Paris, França, enquanto “Abrir a Fábula: questões da política em Moçambique” foi apresentado em Coimbra, Portugal. Amélia de Neves Souto é professora e pesquisadora aposentada da UEM. “Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes” foi publicado na *Kromos*, uma revista internacional.

Em relação a memória da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, é preciso observar que Víctor Igreja é professor associado na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Queensland, na Austrália. Seu texto, “The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique” foi publicado na *Revista Estudos Políticos*, uma publicação do Núcleo de Estudos em Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Laboratório de Estudos Hum(e)anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. O texto de Alcinda Honwana, “Sealing the past, facing the future: trauma healing in rural Mozambique”, foi publicado na *Accord*, uma revista estrangeira.

Apesar desta nova onda de pesquisa acadêmica, grande parte dos moçambicanos não têm acesso aos debates que se realizam sobre as histórias da luta armada e da guerra entre o Governo da FRELIMO e da RENAMO. Os trabalhos e artigos acadêmicos têm sido apresentados e publicados em conferências e revistas internacionais, e a maioria deles na

língua inglesa. Por outro lado, e, mais especificamente no caso dos pesquisadores do CEA, é preciso destacar a influência do poder político sobre a pesquisa acadêmica em Moçambique. O reitor desta universidade é nomeado pelo Presidente da República.

Historiadores interessados na pesquisa da história da luta anti-colonial têm enfrentado grandes dificuldades em obter acesso às fontes materiais. A documentação permanece sob custódia do partido FRELIMO e não há sinais de que possam ser abertos num futuro próximo. Moçambique ainda tem um longo caminho a percorrer nesse sentido. O historiador João Paulo Borges Coelho defende que não há razões para a FRELIMO continuar mantendo os arquivos fechados pois existe uma lei que dá autonomia aos arquivos nacionais e permite o acesso à informação histórica:

Assim acontece apesar do fato de existirem argumentos fortes, legais e éticos, em favor da abertura dos arquivos. O argumento baseia-se no Decreto n° 33 de 26 de outubro de 1992, sobre o Sistema Nacional de Arquivos, que afirma que toda a documentação se torna histórica decorridos trinta anos, e nessa qualidade deve estar acessível ao público a não ser que a sua reserva ou confidencialidade sejam explicitamente declaradas, o que torna histórica a documentação sobre a luta armada, devendo nessa qualidade estar acessível ao público (Coelho, 2011, p. 9).

Quanto ao argumento ético para o Governo moçambicano adotar um estatuto mais liberal em relação à conservação, consulta e uso de registros públicos, o historiador afirma que esta documentação foi produzida por uma frente de libertação nacional e não por um partido político. Neste sentido, Coelho defende que ela é nacional e pública.

Um aspecto interessante é que a dificuldade para obter acesso à documentos escritos tem levado a valorização de depoimentos orais de testemunhas e participantes. Contudo, é preciso não tomar esses testemunhos como dados reais, mas como o produto de numerosas influências que refletem não apenas o passado, mas também o presente. Como se dá essa construção? Em que contexto acontece isso? Como narram? Para quem narram?

O objetivo desta tese era analisar, primeiramente, diversas narrativas históricas sobre a luta armada e sobre a guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Como parte dessas narrativas, eu explorei livros didáticos, textos, entrevistas, monumentos, práticas comemorativas, jornais, museu e hino nacional. Assim, no primeiro capítulo, a partir dos debates recentes na literatura, eu tentei identificar as várias versões do período de guerra entre a FRELIMO e o Governo português. No capítulo seguinte, antes de analisar a versão da FRELIMO do período da luta anti-colonial, eu tentei mostrar as experiências dos diversos atores durante a guerra. Eu me concentrei principalmente nos presos políticos, dissidentes da

FRELIMO e soldados do exército colonial português. Na versão da FRELIMO dos eventos de 1964-1974, o período da guerra é chamado de luta armada de libertação nacional. De acordo com essa visão, a luta armada é uma revolução que tinha como objetivo acabar com a exploração do homem pelo homem e instalar o poder popular. Ela sublinha que a FRELIMO foi o único guia do povo moçambicano e que todos os moçambicanos estiveram unidos na revolução, com a exceção de uma minoria, - “os reacionários”-, que colaborou com as autoridades portuguesas. A narrativa glorifica os combatentes da FRELIMO e Eduardo Mondlane, cultuado como arquiteto da unidade nacional. A narrativa glorifica também a experiência das “zonas libertadas”, consideradas o modelo do novo Estado pós-independência.

No terceiro capítulo, eu procurei mostrar os instrumentos usados pela FRELIMO para transformar a sua versão da guerra contra o Governo português numa memória coletiva. Estes instrumentos são lugares de memória que foram usados para fins políticos. Para cumprir o objetivo deste projeto, eu me concentrei num conjunto de marcos, tais como livros didáticos, textos, entrevistas, monumentos, práticas comemorativas, jornais, museu e hino nacional, através dos quais essa mensagem foi promovida. Porém, antes de descrever essas estratégias, eu tentei colher algumas das memórias perturbadoras, tais como os soldados que se alistaram no exército colonial, a eliminação de dissidentes e de guerrilheiros dentro da FRELIMO e a colaboração dos antigos presos políticos com a PIDE-DGS. Membros fundadores da FRELIMO, que abandonaram o movimento, e membros de partidos políticos rivais não tinham lugar na saga idílica da revolução. Por outro lado, os moçambicanos que combateram do lado das tropas portuguesas foram privados das suas histórias. Além disso, histórias de violências e de liquidações dentro da FRELIMO foram apagadas narrativa de unidade e de sucesso da revolução.

No quarto capítulo eu tentei examinar as narrativas da FRELIMO e da RENAMO do período de guerra de 1976-1992. A FRELIMO enfatizou a desestabilização promovida pela Rodésia do Sul e pela África do Sul através da RENAMO. Na versão da FRELIMO, o conflito era uma guerra de desestabilização fomentada pelos regimes de minoria branca da Rodésia do Sul e da África do Sul através da RENAMO. A narrativa sublinha que a RENAMO não tinha nenhuma base política e que os seus guerrilheiros eram “bandidos armados”. Para a RENAMO, o partido é o verdadeiro representante do povo moçambicano. A RENAMO reivindica que lutou contra o governo marxista da FRELIMO para instalar a democracia multipartidária no país. Sua narrativa foca nas políticas fracassadas do Governo



da FRELIMO depois da independência, como, por exemplo, a política agrária, a marginalização das autoridades tradicionais, a política anti-religiosa, etc. Antes de analisar o conteúdo dessas narrativas, eu tentei trazer um preâmbulo histórico da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO.

O segundo objetivo da tese era mostrar os conflitos entre história e memória a partir de um trabalho de campo desenvolvido na cidade da Beira. Eu escolhi a cidade da Beira por causa dos conflitos políticos e étnicos, e pelas mudanças políticas que ela vem experimentando desde as eleições autárquicas de 2003. O que tornou-se claro nesta pesquisa é que história e memória nem sempre seguem na mesma direção. É necessário entender história e memória não apenas como construídas, mas também como narrativas que são usadas para objetivos políticos. Ao analisar o conteúdo das narrativas da história de Moçambique eu tentei mostrar as possibilidades e os limites de negociação entre memória e história.

A pesquisa na cidade da Beira mostrou que depois da coligação RENAMO-UE vencer as eleições autárquicas na cidade da Beira, em 2003, o CMB, dirigido por Daviz Simango, tem se esforçado em tornar uma segunda versão da história da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO como oficial e hegemônica, através da renomeação de uma praça com o nome do primeiro Comandante da RENAMO, e a construção de um monumento em sua homenagem.. Além disso, o CMB oficializou a praça onde a RENAMO comemorava o “Dia da “Paz”. Isso lembra-nos da ligação entre memória e poder que Pollak (1989) nos chamou atenção.

Ao analisar a comemoração do “Dia dos Heróis”, a pesquisa mostrou que a versão dominante é contestada por lembranças dissidentes promovidas pelos membros do MDM, um partido dirigido por Daviz Simango, filho de Uria Simango, antigo Vice-Presidente da FRELIMO. Na sua visão, Uria Simango também jogou um papel importante na união dos moçambicanos e deu um grande contributo para a luta pela independência do país. O MDM desafia a narrativa hegemônica patrocinada pelo Estado, revelando assim os limites da tese de solidariedade e de coesão social de Durkheim.

É interessante observar que apesar de não ter participado nem na luta anti-colonial (1964-1974) nem na guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO (1976-1992), o MDM, um partido criado em 2009, está se esforçando, através do seu poder político na cidade da Beira, em mudar o terreno da memória através da construção de monumentos e práticas comemorativas. Durante a entrevista, uma senhora, membro do MDM, afirmou: “Eu não conheci Uria Simango pessoalmente, mas tive informação com pessoas que conviveram

pessoalmente com ele. Eles me disseram que ele era uma grande figura” (Entrevista, 6/2/2014).

Esta fala problematiza a tese de Halbwachs de que a duração da memória de um grupo está limitada à duração do próprio grupo. A memória desaparece? Em que sentido desaparece? Será que ela está inteiramente ancorada a esse grupo? O grupo pode se dissolver, mas imagens, valores, podem continuar de várias maneiras e, num outro momento serem reativadas por um outro grupo. Esse passado, mesmo longínquo, ele se faz presente. Esse passado convive conosco o tempo inteiro. A permanência do passado não está inteiramente dependente de indivíduos vivos, mas de indivíduos que podem usar essas imagens e trazer novas narrativas. Como a pesquisa mostrou, na cidade da Beira, uma série de imagens sobre a história nacional de Moçambique estão sendo acionadas e o MDM está mobilizando os seus membros em torno dessas imagens. No texto “Memória, esquecimento e silêncio”, Pollak (1989) nos chamou atenção sobre a emergência de memórias subterrâneas em situações de crise e de mudança política.

Rousso (1987) afirmou que é característico dos grupos formular visões do passado, interpretar a história e investi-la com significado, algumas vezes deliberadamente e outras aleatoriamente. Contudo, a história é também feita de lutas sobre a interpretação da própria história. Esta interpretação e, especialmente, esta luta, é realizada por indivíduos que representam determinados grupos e narrativas específicas. Neste sentido, é necessário entender seus objetivos e suas posições nos terrenos de memória. Na presente pesquisa, eu procurei mostrar o conflito, competição e disputa entre memórias concorrentes na cidade da Beira. Os conflitos analisados são prova da existência de diferentes narrativas da história de Moçambique. O objetivo desta tese não era reescrever a história de Moçambique das guerras de 1964-1974 e 1976-1992, mas mostrar as disputas de versões da história através de construções de monumentos e comemorações, que são lugares de memória. Monumentos e comemorações representam uma disputa entre visões diferentes.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans; Nilsson, ANDERS. **Mozambique the troubled transition: from socialist construction to free market capitalism**. London: Zed Books, 1995.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista de História Universidade Estadual Paulista**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- ADAM, Yussuf. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo**. Maputo: Promédia, 2006.
- ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 79, dez 2007, p. 95-111. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ces/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- AROUCA, Domingos. “Os que declararam a morte dela, que passem a certidão de óbito”. **Canal de Moçambique**, Maputo, 8 mai. 2006. Entrevista concedida a Luís Nhachote e Miguel Munguambe.
- ARPAC. **Por uma investigação que valorize a história e a cultura moçambicana**. Maputo, 2011, 4 p.
- BAÚLQUE, Valeriano. Depoimento [agosto, 2000]. Maputo: **Memórias do colonialismo e da guerra**. Entrevista concedida a Dalila Cabrita Mateus.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: Benjamin, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica – arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012, p. 222-245.
- BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/6, p. 29-52, 1986.
- BUCUANE, A. Depoimento. [Agosto, 2000]. Maputo: **Memórias do colonialismo e da guerra**. Entrevista concedida a Dalila Cabrita Mateus.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CANAL DE MOÇAMBIQUE. Maputo: [S.l.], 3 mai. 2006. Disponível em:<[http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/files/joana\\_simeo\\_divrcio.doc](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/joana_simeo_divrcio.doc)>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- CASTANHEIRA, Narciso. Cerimônia de trasladação dos restos mortais do 1º Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, e de Josina Machel, Sansão muthemba, Samuel Kankhomba, Filipe Magaia e Francisco Manyanga. **Tempo**, Maputo, n. 436, p. 27-39, fev. 1979.
- CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO (CEP). **Moçambique: uma avaliação de potencial de conflito**. Maputo: CEP, 2003. Disponível em:<<http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/RELATORIO%20-%20CONFLITO-versao%20portugues.pdf>>. Acesso em: 12. Ago. 2014.

CHEMANE, Justino. **40 anos da Independência**: “Viva Viva a Frelimo”, um hino feito à medida do libertador. Lusa, 9 jun. 2015. Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1443832.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

CHISSANO, Joaquim. Não era só Mondlane que queriam matar: depoimento [2011]. Maputo: **Memórias da Revolução 1962-1974**. Entrevista concedida a Raimundo Pachinuapa.

CHIVITE, Simione. Depoimento [agosto, 2000]. Maputo: **Memórias do colonialismo e da guerra**. Entrevista concedida a Dalila Cabrita Mateus.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2008. Disponível em:<[www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf)>. Acesso em: 12. Ago. 2014.

CLINE, Sibyl. **RENAMO**: Em defesa da democracia. Washington, DC: Conselho de Estratégia Global dos EUA, 1989.

COELHO, João Paulo Borges. **Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969**: a primeira fase da guerra e a reação colonial. Maputo: AHM, 1989. (Coleção Estudos).

COELHO, João Paulo Borges; MACARINGUE, Paulino. Da paz negativa à paz positiva: uma perspetiva histórica sobre o papel das Forças Armadas Moçambicanas num contexto de segurança em transformação. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 20, p. 41-90, 2002.

COELHO, João Paulo Borges. **Memory, History, Fiction. A note on the politics of the past in Mozambique**. In: JOUNÉES D'ÉTUDE – IL ÉTAIT UNE FOIS LES INDÉPENDANCES AFRICAINES...LA FIN DES EMPIRES?, 2010, Paris. **Anais...**Paris: EHESS, 2010, p. 1-11. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/> >. Acesso em: 8 set. 2015.

COELHO, João Paulo Borges. **Abrir a Fábula - Questões da política do passado em Moçambique**. In: SEMINÁRIO APRESENTADO NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2011, Coimbra. **Anais...**Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, 2011, p.1-12. Disponível em:< <http://www.ces.uc.pt/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CRAVEIRINHA, João. **Mural da Praça dos heróis – um esclarecimento de João Craveirinha** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[ompm16@hotmail.com](mailto:ompm16@hotmail.com)> em 19 jun. 2008.

DHLAKAMA, Afonso. A estátua destruída não era de fato do primeiro comandante da RENAMO, mas de imagens de pais e irmãos de Daviz Simango. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 15, 14 out. 2012. Entrevista concedida a Manuel Tomé.

DOVE, Roberto; DAVA, Fernando; MUTHEMBA, Mateus. **Vida e obra de Mateus Sansão Muthemba (1906-1968)**. Maputo: ARPAC, 2008a.

DOVE, Roberto et al. **Vida e obra de Paulo Samuel Kankhomba (1938-1968)**. Maputo: ARPAC, 2008b.

DOVE, Roberto et al. **II Congresso da FRELIMO 20-25 de julho de 1968**. Maputo: ARPAC, 2008c.

FAUVET, Paul. Roots of counter-revolution: the Mozambique national resistance. **Review of African Political Economy**, London, v. 11, n. 29, p. 108-121, 1984. Disponível em: < <http://www.roape.org/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susanne (Ed.). **The art of forgetting**. Oxford: Berg, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história**. Disponível em: < <http://www.pensament.com/filoxarxa/filoxarxa/pdf/Michel%20Foucault%20-%20Nietzschegenealogiahistoria.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FREIRE, José. Erigidas em Maputo: Estátuas imortalizam Samora e Eduardo Mondlane. **Tempo**, Maputo, n. 979, p. 6-9, 16 jul. 1989. Entrevista concedida a Paulo Sérgio.

GASTER, Polly. Depoimento [abril, 2012]. **ARPAC**, Maputo. Entrevistadores: R. Dove e B. Canivete. Maputo: UEM. 2012.

GERSONY, Robert. **Summary of Mozambican Refugee accounts of principally conflict-related experience in Mozambique**. Washington, DC: Department of State, 1988.

GOMES, Alves. [Editorial]. **Tempo**, Maputo, n. 435, p. 9-13, fev. 1979.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: CNPq/FGV, 2002, pp. 108-123.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. Tradução de Lewis Coser. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo. “Cap. V: Patrimônio e presente”**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HONWANA, Alcinda. *Sealing the past, facing the future*: trauma healing in rural Mozambique. 1998. **Accord**, London, p. 75-81, 1998. Disponível em: < <http://www.c-r.org/accord>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

HENRIQUE, Arnaldo. 3 de fevereiro: dignificar a obra dos Heróis. **Tempo**, Maputo, n. 1008, p. 15-29, fev. 1990.

IGREJA, Vitor; DIAS-LAMBRANCA, Béatrice; RICHTERS, Annemiek. *Gamba spirits, gender relations, and healing in post-civil war Gorongosa, Mozambique*. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 353-371, jun. 2008. Disponível em < <https://www.therai.org.uk/publications/journal-of-the-royal-anthropological-institute/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

IGREJA, Víctor. The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique. **Revista de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro. n.6, p. 181-199, jan. 2013. Disponível em < <http://revistaestudospoliticos.com/>>. Acesso em 24 fev. 2015.

INGUANE, Celso. **Negotiating social memory in postcolonial Mozambique: the case of heritage sites in Mandhlakazi district**. 2007. 101 p. Dissertação (Master of Arts in Social Anthropology) – Faculty of Humanities, School of Social Sciences, University of the Witwatersrand. Johannesburg, 2007.

KHAMBA, Jaime. Revelações de Jaime Khamba ensombram história da FRELIMO e Mondlane. **Savana**, Maputo, 5 set. 2003. Entrevista concedida a Rodrigues Luís. Disponível em: < [http://macua.blogspot.com/moambique\\_para\\_todos/2011/01/revela%C3%A7%C3%B5es-de-jaime-khamba-ensombram-hist%C3%B3ria-da-frelimo-e-mondlane.html](http://macua.blogspot.com/moambique_para_todos/2011/01/revela%C3%A7%C3%B5es-de-jaime-khamba-ensombram-hist%C3%B3ria-da-frelimo-e-mondlane.html)>. Acesso em: 8 dez. 2015.

LAGROU, Pieter. **The Legacy of Nazi Occupation: patriotic memory and national recovery in Western Europe, 1945-1965**. Cambridge: University Press, 2003. Disponível em: < <http://www.cambridge.org/>>. Acesso em 15 set. 2016.

LANGA, Aurélio Valente. **Memórias de um combatente da causa: o passado que levou o verso da minha vida**. Maputo: JV Editores, 2011.

LE BON, Aurélio. **Mafalala 1974 – memórias de 7 de setembro: a grande operação**. Maputo: Marimbique, 2015.

LIESEGANG, Gerhard; TEMBE, Joel das Neves. **Subsídios para a História da UDENAMO e FRELIMO: Da fundação e dos planos de fusão da UDENAMO e MANU à revolta da base da UDENAMO em Junho de 1962 e o ressurgimento deste partido em 1963:Um plano e primeiros resultados da recolha de fontes para permitir uma leitura sociológica**. Maputo: UEM/Departamento de História, 2005.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 18-35, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

MACHEL, Samora. A luta armada começou em Manica e Sofala. **A Voz da Revolução**, Dar-es-Salaam, n. 2, 1972. Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/ALUTAARMADA.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MACHEL, Samora. **Demarcar o nosso poder do poder do inimigo. Estabelecer o poder popular para servir as massas**. Dar-es-Salaam :[s.n.], 1974a. Disponível em :< <http://www.macua.org/livros/ESTABELEECER.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MACHEL, Samora. Mensagens aos membros da FRELIMO e ao povo moçambicano por ocasião do golpe de Estado em Portugal. **A Voz da Revolução**, Dar-es-Salaam, n. 21, 1974b. Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/MENSAGEM.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MACHEL, Samora. Samora Machel: Homenagem à Mondlane. **Tempo**, Maputo, n. 228, p.58-64, 9 fev. 1975.

MACHEL, Samora. Lourenço Marques passa a ser Maputo: anuncia Samora Machel. **Tempo**, Maputo, n. 278, p. 5, 1976.

MAGAZINE, Maputo, n. 277, 25 jun. 1995.

MAHLUZA, Fanuel. Programa no Singular. **Televisão de Moçambique**, Maputo, 1998. Entrevista concedida a Emílio Manhique.

MAHLUZA, Fanuel. Fanuel Mahluza continua a desafiar as teses da FRELIMO sobre a História: “Urias Simango foi vítima de demagogia tsonga”. **Savana**, Maputo, n. 364, 27 out. 2000. Entrevista concedida a Salomão Moyana. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/01/fanuel-malhuza-continua-a-desafiar-as-teses-da-frelimo-sobre-a-hist%C3%B3ria.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/01/fanuel-malhuza-continua-a-desafiar-as-teses-da-frelimo-sobre-a-hist%C3%B3ria.html)>. Acesso em: 6 ago. 2015.

MANJATE, Fernando. **Nyau-gule wamkulu**: a grande dança. Maputo: ARPAC, 2014.

MARTINS, Helder. **Porquê Sakrani? – memórias dum médico numa guerrilha esquecida**. Maputo: Editorial Terceiro Milénio, 2001.

MATSINHE, Mariano. Na FRELIMO era norma fuzilar: os que morreram pediram para morrer. **Savana**, Maputo, n. 817, p. 2-4, 4 set. 2009. Entrevista concedida a Francisco Carmona e Emídio Beúla.

MBARARANO, Fernando. RENAMO anuncia que não participará nas festividades do 15º aniversário do AGP. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 13, 1 ago. 2007. Entrevista concedida a Tomé Eduardo.

MBARARANO, Fernando. Continuaremos de forma implacável a fazer com que o 4 de Outubro não seja sinónimo de anistia, mas de todos os moçambicanos, sem exclusividade partidária. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 15, 5 out. 2010. Entrevista concedida a Madeira Sebastião.

MBOA, Matias. **Memórias da luta clandestina**. Maputo: Marimbique, 2009.

MENESES, Maria Paula. “The Future is a path we don’t know...” – between history and memory in Mozambique. In: AFRICA AND THE CHALLENGES OF THE TWENTY FIRST CENTURY, 13, 2011, Rabat. **Anais**...Rabat: CODESRIA, 2011. p. 1-21.

MENESES, Maria Paula. Entangled histories of multiple conflicts: the complex landscape of and Peace in Mozambique. In: CREATING AFRICAN FEATURES IN AN ERA OF GLOBAL TRANSFORMATIONS, 14, 2015, Dakar. **Anais**... Dakar: CODESRIA, 2015. p. 1-28.

MISZTAL, Barbara. **Theories of social remembering**. Philadelphia: Open University Press, 2003.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 26/93, de 16 de novembro de 1993. Cria o Arquivo do Patrimônio Cultural e aprova o seu respectivo estatuto orgânico. **Boletim Oficial [da República de Moçambique]**, Maputo, 1ª série, n. 45. 16 nov. 1993.

MOÇAMBIQUE, Lei nº 2/97, de 28 de maio de 1997.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 10/2011, de 13 de Julho de 2011.

MORIER-GENOUD, Eric. Thinking about nationalisms and nations in Angola, Guinea – Bissau and Mozambique. In: MORIER-GENOUD, Eric (Ed.) **Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea- Bissau and Mozambique**. Leiden: Brill, 2015. p. XII-XVII.

MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e documentos da história da FRELIMO**. 3 ed. Maputo: Imprensa Nacional, 2006.

MUNICÍPIO DA BEIRA. Assembleia Municipal. **Ata da reunião realizada nos dias 4,5 e 6 de junho de 2007**.

NCOMO, Bernabé. **Uria Simango: um homem, uma causa**. 2 ed. Maputo: Njira, 2004.

NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à Diplomacia Moçambicana**. Maputo: Marimbiq, 2012.

NIHIA, Eduardo. Relato de uma guerra sem primeiro tiro. **O País**, Maputo, p. 2-4, 25, set. 2010. Entrevista concedida a Policarpo Mapengo.

NORA, Pierre (Ed.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República deve guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 2, n.4, p. 172-189, 1989.

OPPELO Jr., Walter. Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s. **Journal of Southern African Studies**, London, v. 2, p. 66-82, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/toc/cjss20/current>>. Acesso em: 13 out. 2015.

PACHINUAPA, Raimundo (Ed.) **Memórias da Revolução**. v. 1. Maputo: ACLLN, 2011. (Colectânea de entrevistas de combatentes da Luta de Libertação Nacional).

PEIXOTO, Carolina; MENESES, Maria Paula. Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. **Topoi**, Lisboa, v. 14, n. 26, p. 86-104, jan./jul. 2013. Disponível em:<[www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)>. Acesso em: 23 set. 2015.

PELEMBE, João Facitela. **Lutei pela pátria: memórias de um combatente da luta de libertação nacional**. Maputo: Edição do autor, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **L'Expérience concentrationnaire, Essai sur le maintien de l'identité sociale**. Paris: Métailié, 1990.

REBELO, Jorge. Depoimento [agosto, 2000]. Maputo: **Memórias do colonialismo e da guerra**. Entrevista concedida a Dalila Cabrita Mateus.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **O meu livro de História: História da 4ª classe**. Maputo: INDE, 1985.



ROCCA, Roberto Morrozo della. **Moçambique da guerra a paz**: história de uma mediação insólita. Tradução de Brazão Mazula. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

ROSÁRIO, Lourenço (Org.). **II Congresso da luta de libertação nacional**: guerra colonial 27 anos depois a reflexão possível. Maputo: Edições ISPU, 2004.

ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome**: history and memory in France since 1944. Tradução de Arthur Goldhammer. Paris: Editions du Seuil, 1987.

SANTOS, Ana Margarida. The past in the present: memories of the liberation struggle in Northern Mozambique. **Social Evolution & History**, Oxford, vol. 13, n. 2, p. 2-23, set. 2014. Disponível em:

<[http://www.observatori.org/paises/pais\\_70/documentos/\\_Mozambique\\_The%20past%20in%20the%20present.pdf](http://www.observatori.org/paises/pais_70/documentos/_Mozambique_The%20past%20in%20the%20present.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2015.

SANTOS, Marcelino dos. Programa no Singular. **Televisão de Moçambique**, Maputo, set. 2005. Entrevista concedida a Emílio Manhique.

SANTOS, Marcelino dos. Depoimento [setembro, 2005]. Maputo: **Televisão de Moçambique**. Entrevista concedida a Emílio Manhique.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. (Coleção Museu, memória e cidadania).

SILIYA, Carlos Jorge; ZIMBA, Benigna; THEMBA, Páscoa (coords.). **Simpósio 50 anos da FRELIMO**: 1962-2012. Fontes para a nossa história. Maputo: CPHLLN, 2012. (Coleção Memórias do Combatente).

SIMANGO, Uria. **Gloomy Situation in FRELIMO**. Dar-es-Salaam:[s.n.],1969. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2010/01/gloomy-situation-in-frelimo-by-uria-t-simango-19692.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/01/gloomy-situation-in-frelimo-by-uria-t-simango-19692.html)>. Acesso em 12 out. 2014.

SIMANGO, Uria. In: Joaquim Furtado (Realizador). (2009). **A guerra** (documentário). Lisboa: Rádio e Televisão Portuguesa.

SIMANGO, Daviz. Simango inaugura Mercado do peixe. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 13, 17 out. 2007. Entrevista concedida a Madeira Sebastião.

SIMANGO, Daviz. André Matsangaísa é nacionalista moçambicano que tombou por causa da democracia em Moçambique. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 13-14, 18 out. 2008. Entrevista concedida a Leonel Givandas.

SIMANGO, Daviz. Infelizmente isso não tem acontecido a nível nacional. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 9-11, 5 out. 2010. Entrevista concedida a António Chimundo.

SIMANGO, Daviz. O fato de a Praça ostentar o nome do antigo comandante da RENAMO não significa que ela é propriedade do seu partido. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 15, 14 out. 2012. Entrevista concedida a Manuel Tomé.

SIMANGO, Daviz. Ao me atribuírem o colete a prova de balas, sabiam que iam atirar em mim, querem assassinar-me. **Diário de Moçambique**, Beira, p. 15-17, 18 nov. 2013. Entrevista concedida a António Chimundo.

SOUTO, Amélia Neves de. Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes. **Kronos**, Cape Town, vol. 39, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0259-019020130001](http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0259-019020130001)>. Acesso em 15 set. 2015.

STENIUS, Henrik; ÖSTERBERG, Mirja; ÖSTLING, Johan (Eds.). **Nordic narratives of the second world war: national historiographies revisited**. Lund University: Nordic Academic Press. Disponível em: <<http://www.lunduniversity.lu.se/>>. Acesso em 16 abr. 2015.

TRAJANO FILHO, Wilson, Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: SANSONE, Lívio (Org.). **Memória da África: Patrimônios, museus e políticas das identidades**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2010, p. 14-44.

TRUZÃO, João Baptista. Uma resposta a Janet Mondlane: a outra face dos acontecimentos. **Canal de Moçambique**, Maputo, p. 2-3, 5 out. 2011.

VELOSO, Jacinto. **Memórias em voo rasante**. Maputo: Sográfica, 2006.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Ndjira, 2011. (Coleção Horizonte da Palavra).

VINES, Alex. **Renamo: terrorism in Mozambique**. Indiana: Indiana University Press, 1991.

WERBNER, Richard (Ed.). **Memory and the postcolony: african anthropology and the critique of power**. London: Zed books, 1998.

WEST, Harry G. Voices twice silenced: Betrayal and mourning at colonialism's end in Mozambique. **Sage Publications**, London, vol. 3, n. 3, p. 343-365, 2003. Disponível em <<http://online.sagepub.com/>> Acesso em: 15 set. 2015.